

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA**

**AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA:
DESEMPENHO RECENTE E COMPETITIVIDADE
INTERNACIONAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Oscar Bertoglio

Santa Maria, RS, Brasil

2006

AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA: DESEMPENHO RECENTE E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

por

Oscar Bertoglio

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Integração Econômica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Cláilton Ataídes de Freitas

Santa Maria, RS - Brasil

2006

FOLHA DE FICHA CATALOGRÁFICA /DADOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

© 2006

Todos os direitos autorais reservados a Oscar Bertoglio. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Argentina, nº426, Apto 302, Bairro Centro, Erechim, RS, 99700-000

Fone (054) 35228861; Cel.(054) 91766688; End. Eletr:

oscarbertoglio@yahoo.com.br; oscar-bertoglio@uergs.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA: DESEMPENHO RECENTE E
COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL**

elaborada por

Oscar Bertoglio

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Cláilton Ataídes de Freitas
(Presidente/Orientador)

Dr. Jaenes Miranda Alves

Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, 18 de agosto de 2006.

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a esposa Micheline, a filha Isadora, e aos pais Severino e Leonilda Bertoglio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a oportunidade da vida.

Aos meus pais, Severino e Leonilda Bertoglio, por todos os ensinamentos e lições de vida.

Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas por estarem sempre prontos a ajudar e por apostarem sempre em minha capacidade.

À esposa Micheline, por compreender a necessidade da dedicação constante na construção desse trabalho e pelo seu apoio incondicional.

À filha Isadora, minha nova paixão e motivo para lutar.

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Departamento de Ciências Econômicas e ao Mestrado Integração Latino-Americana, pelas oportunidades oferecidas para a minha formação profissional.

Aos Professores do Mestrado Integração Latino-Americana pelos seus valiosos ensinamentos.

Ao Sr. Dirceu Talamini, pesquisador da EMBRAPA, pela sua disponibilidade e pelas valiosas informações prestadas.

Ao professor Claílton Ataídes de Freitas, pela orientação, competência e clareza nos ensinamentos e, sobretudo, pela amizade.

Aos professores membros da banca examinadora.

À funcionária Maristela pelo auxílio nos momentos de necessidades

Aos colegas do Curso de Mestrado pela convivência, pelas discussões, pelas atividades do conhecimento, em especial ao colega Álvaro Machiavelli.

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	VIII
LISTA DE GRÁFICOS	X
LISTA DE TABELAS.....	XII
INTRODUÇÃO	15
2 COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS.....	22
3 O COMPLEXO AVÍCOLA BRASILEIRO.....	26
3.1 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA AVICULTURA.	26
3.2 EVOLUÇÃO E CONJUNTURA DA AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA....	29
3.2.1 Aspectos relativos à produção avícola de corte no Brasil.....	29
3.2.2 Comportamento do consumo de carnes no Brasil.	34
3.2.3 O Comércio Exterior brasileiro de Carne de Frango.....	37
4 O COMPLEXO AVÍCOLA MUNDIAL.....	47
4.2.EVOLUÇÃO E CONJUNTURA DA AVICULTURA DE CORTE MUNDIAL.....	48
4.2.1 Aspectos relativos a produção avícola de corte mundial	48
4.2.2 As exportações mundiais de carne de frango.....	53
4.2.3 Importações mundiais de carne de frango.....	57
4.2.4 O comportamento do consumo mundial de carne de frangos	61
5 ALGUNS CONDICIONANTES E DETERMINANTES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	63
5.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	63
5.2 PRINCIPAIS RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO INTERNACIONAL.	68
6. METODOLOGIA.....	72
6.1. MODELO TEÓRICO.....	72
6.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO.....	74
6.2.1 Lucro privado.....	74
6.2.2 Lucro social.....	76

6.2.3 Efeitos de divergências.....	77
6.2.4 Transferências líquidas.....	78
6.2.5 Razão do Custo Privado (RCP).....	79
6.2.6 Custo dos Recursos Domésticos (CRD).....	79
6.2.7 Coeficiente de Proteção Nominal de Produtos e Insumos (CPN _p e CPN _i).....	80
6.2.8 Coeficiente de Proteção Efetiva (CPE).....	81
6.2.9 Coeficiente de Lucratividade (CL).....	81
6.2.10 Razão de Subsídios à Cadeia Produtiva (RSC).....	82
6.3 UNIVERSO DE ESTUDO E FONTE DE DADOS.....	83
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS APARTIR DA MAP.....	84
7.1 AVALIAÇÃO E COMPARATIVO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO NO BRASIL – PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES.....	84
7.2 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA MAP APARTIR DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS.....	94
7.2.1 Lucratividade privada.....	94
7.2.2 Lucratividade Social.....	97
7.2.3 Efeitos de Divergências.....	98
7.2.4 Transferências Líquidas.....	99
7.2.5 Indicadores Privados e Sociais.....	99
7.2.5.1 Razão do custo privado (RCP).....	100
7.2.5.2 Custo dos recursos domésticos.....	101
7.2.5.3 Coeficiente de Proteção Nominal com base nos preços dos produtos e dos insumos (CPN _p e CPN _i).....	102
7.2.5.4 Coeficiente de Proteção Efetiva (CPE).....	103
7.2.5.5 Coeficiente de Lucratividade (CL).....	104
7.2.5.6 Razão de Subsídios à Cadeia Produtiva (RSC).....	104
8 CONCLUSÕES.....	106
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXOS.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte do Paraná. Outubro de 2005.....	85
Quadro 02 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Santa Catarina. Outubro de 2005.....	86
Quadro 03 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte do Rio Grande do Sul. Outubro de 2005.....	87
Quadro 04 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de São Paulo. Outubro de 2005.....	88
Quadro 05 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Minas Gerais. Outubro de 2005.....	89
Quadro 06 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Goiás. Outubro de 2005.....	90
Quadro 07 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção de ambiente climatizado, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005.....	95
Quadro 08 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção automática, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005.....	96
Quadro 09 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção manual, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005. ...	96

Quadro 10 - Indicadores privados e sociais da Matriz de Análise Política (MAP) para a produção de carne de frango brasileira – sistemas de produção climatizado, automático e manual – (Brasil x EUA) -, outubro de 2005.....	100
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Índice de crescimento da produção e alojamento de pintos de corte no Brasil no período de 1983 a 2005.....	31
Gráfico 03 – Produção de carne de frango <i>versus</i> produção de pintos de corte no Brasil no período de 1980 a 2005.....	34
Gráfico 03 – Evolução do consumo per capita de carne de frango, carne suína e carne bovina no Brasil no período se 1980 a 2005.....	36
Gráfico 04 - Participação relativa nas exportações brasileiras de carne de frangos: inteiros e corte elaborados, no período de 1980 a 2005.....	39
Gráfico 05 – Índice de crescimento das exportações brasileiras de carne de frango: 1985-2005.....	40
Gráfico 06 – Índice de crescimento das exportações brasileiras de carne de frango <i>versus</i> crescimento das receitas:1980-2005.....	42
Gráfico 07 - Comportamento relativo das exportações brasileiras de carne de frango em relação a produção: 1980-2005.....	44
Gráfico 08 – Índice derescimento da produção avícola de corte mundial - cinco principais produtores. 1990-2005.....	50
Gráfico 09 - Participação relativa na produção mundial de carne de frango - principais produtores, no ano de 1990.....	51
Gráfico 10 - Participação relativa na produção mundial de carne de frango - principais produtores no ano de 2005.....	52
Gráfico 12 - Participação relativa nas exportações mundiais de carne de frango - principais países. 1990.....	55
Gráfico 13 - Participação relativa nas exportações de carne de frango - principais países. 2005.....	56

Gráfico14 – Índice de crescimento das importações mundiais de carne de frango – principais países. 1990-2005	58
Gráfico 15 - Participação relativa dos principais importadores mundiais de carne de frango - 1990.....	59
Gráfico 16 - Participação relativa dos principais importadores mundiais de carne de frango – 2005.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produção e alojamento de pintos de corte no Brasil, crescimento real acumulado e variação percentual, período de 1983 a 2005	30
Tabela02 – Produção de carne de frango no Brasil, evolução na produção e variação percentual. 1980 – 2005.....	32
Tabela 03 - Consumo per capita anual de carne de frango, carne bovina e carne suína no Brasil: 1980-2005.	35
Tabela 04 - Exportações Brasileiras de Carne de Frango: 1980 – 2005.	38
Tabela 05 - Comparativo das exportações brasileiras de carne de frango versus receitas auferidas: 1980-2005	41
Tabela 06 - Participação relativa das exportações em relação à produção de carne de frango no Brasil: 1980-2005.....	43
Tabela 07: Principais destinos da carne de frango brasileira. 1998-2005	45
Tabela 08 - Produção mundial de carne de frango - países selecionados. 1990-2005.....	49
Tabela 09 - Exportações mundiais de carne de frango – principais países. 1990-2005.....	53
Tabela 10 - Importações mundiais de carne de frango em países selecionados. 1990-2005.....	57
Tabela 11 - Consumo per capita de carne de frango: principais países. 1990-2005.....	61
Tabela 12 - Matriz de Análise Política (MAP) teórica	74

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino Americana
Universidade Federal de Santa Maria

AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA: DESEMPENHO RECENTE E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Autor: Oscar Bertoglio

Orientador: Cláilton Ataídes de Freitas

Local e data da defesa: Santa Maria, 18 agosto de 2006.

A partir das relevantes transformações na organização dos sistemas agroindustriais, ocorridas a partir da década de 60, juntamente com a crescente participação do capital industrial nesse processo, muitos setores produtivos, entre eles o setor avícola de corte brasileiro, lograram expressivas taxas de crescimentos ao longo das últimas décadas. Isso só foi possível porque tais setores experimentaram crescentes ganhos tecnológicos reunindo as pré-condições para, também, conquistar mercados externos. Especificamente ao setor avícola de corte brasileiro, tem-se que até meados da década de 80, quase a totalidade da produção era absorvida internamente. Diante disso, os investidores perceberam que a atividade avícola de corte representava uma importante alternativa de remuneração de capitais e com isso, a partir de vultosos investimentos, a atividade se desenvolveu e se consolidou em diversos países do mundo, com destaque para os Estados Unidos e França, e mais recentemente a China, elevando o grau de competição entre os diversos produtores mundiais. Diante disso, surge à necessidade de avaliar, com mais profundidades, quais as reais possibilidades do setor brasileiro competir em âmbito mundial. É recorrente na literatura especializada uma questão: o crescimento da participação das exportações da avicultura brasileira no total exportado pelo resto do mundo se deve às vantagens comparativas reais? ou a atividade se desenvolve na alavanca de políticas públicas que protejam os produtores brasileiros? ou então, de práticas que garantam competitividade internacional de forma artificial? Nesse sentido, o objetivo deste estudo é avaliar o desempenho da atividade avícola de corte no Brasil, e a partir daí construir indicadores que demonstrem ou refutem as vantagens comparativas/competitivas do setor brasileiro. É de interesse desse estudo, também, avaliar em que grau o setor da avicultura de corte brasileira recebeu incentivos ou desincentivos para a prática da atividade, ou se ela se desenvolve seguindo os preceitos da teoria das vantagens

comparativas. No desafio de atingir os objetivos propostos, é avaliado, inicialmente, o desempenho dos principais elementos dentro da atividade, como produção, consumo, exportação, importação, sempre confrontando com o desempenho dessa atividade em nível mundial. Numa segunda etapa, utilizando a metodologia denominada Matriz de Análise Política (MAP), são construídos indicadores que avaliam os graus de lucratividade/rentabilidade da atividade, o grau de proteção/desproteção que o setor possui, assim como os reais níveis em que a atividade é protegida/desprotegida em âmbito mundial. As principais constatações feitas, após uma análise detalhada do que foi proposto foram: i) a atividade da avicultura de corte brasileira apresentou crescimentos expressivos nos diversos indicadores avaliados; ii) no Brasil a atividade cresceu bem acima da média mundial, conseguindo aumentar sua participação no cenário internacional; iii) o Brasil figura como terceiro maior produtor mundial e principal exportador, detendo 40% das exportações totais no ano de 2005; iv) o aumento de participação no cenário mundial se deu a partir de vantagens comparativas reais; v) as políticas em vigor, em nível nacional e internacional geram desproteção ao setor brasileiro e conseqüentemente proteção a outros países produtores, especificamente, Estados Unidos, mesmo assim, esse ramo produtivo brasileiro consegue ser competitivo em âmbito internacional; vi) a partir da redução das proteções em outros mercados, o Brasil tem condições de consolidar-se, ainda mais, como grande produtor e exportador de carne de frango, em nível mundial.

Palavras Chaves: Lucratividade; competitividade; avicultura de corte; proteção/desproteção; Matriz de Análise Política.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Program of Pós-Graduação in Latin-American Integration
Federal university of Saint Maria

BRAZILIAN BROILER PRODUCTION: CURRENT PERFORMANCE AND INTERNATIONAL COMPETITIVENESS

Author: Oscar Bertoglio
Advisor: Claílton Ataídes de Freitas
Venue and date of defense: Saint Maria, 18 August of 2006

Many productive sectors, like the Brazilian broiler one, have increased along the last decades. Taking into account meaningful changes related to the organization of agroindustrial systems since the 1960s, besides the increasing industrial investments into the process, Such sectors have improved due to technological development which helped them to succeed in international markets. Until the mid-1980s, the Brazilian broiler sector had almost its whole production internally consumed. In this sense, investors started to consider broiler production as an alternative business worthy of huge investments. Such activity was spread and developed over many countries, especially in The United States, France, and more recently in China, which prompted the level of competitiveness among worldwide producers. In this way, there is a need of deep evaluation concerning the Brazilian broiler production chances of competitiveness into the international market. Studies have shown that the growth of Brazilian broiler exports is linked to comparative advantages, highly influenced by public politics or artificial international competitive practices. Bearing this in mind, this research aims at evaluating Brazilian broiler production performance, from such analysis it is possible to demonstrate rates showing comparative/competitive advantages into the Brazilian sector. Besides that, this study also considers the kind of incomes such activity has received or if it has been developed according to the theory of comparative advantages In order to meet these objectives, it is necessary, firstly, to evaluate the performance of the main elements into the broiler production process, such as production, consumption, exports, imports, in comparison to worldwide data. Secondly, following the Policy Analysis Matrix methodology, rates will be shown in order to point level of broiler production economic viability, protective/ deprotective levels as its establishment all over the world. The detailed analysis points out i) the Brazilian broiler activity has shown increasing development according to the various rates; ii) In Brazil, such

activity has developed above the international average, which reflects into its participation into the international market; iii) Brazil is the third biggest producer of broiler in the world and its main exporter, responsible for 40 % of the whole exports in 2005; iv) the growth of Brazilian participation is linked to comparative advantages; v) the current international and national politics have caused a deprotective consequence into the Brazilian sector which privilege other countries such as the United States. Even though, the Brazilian productive can still be internationally competitive; vi) with the reduction into protective measures in relation to other markets, Brazil can prevail with its broiler production targeted at international market.

Key words: profitability; competitiveness; broiler production; protective/deprotective levels; Policy Analysis Matrix.

INTRODUÇÃO

O setor agrícola brasileiro experimenta profundas transformações, principalmente a partir da década de 50. A agricultura auto-suficiente, praticada nos padrões tradicionais, cedeu lugar às práticas de atividades integradas aos grandes segmentos industriais. O capital industrial, por sua vez, atuou de forma decisiva, criando a nova estrutura produtiva integrada, dando origem aos sistemas integrados de produção, conhecidos na literatura especializada como sendo a “industrialização da agricultura”. Esse processo de organização passou a subordinar a natureza e, gradativamente, liberando o processo de produção agropecuário das condições naturais.

A partir dessas transformações e da nova organização do setor agro-industrial, o capital envolvido neste processo passa a determinar, também, a modernização de outros complexos industriais. Exemplo típico desta interferência foi a instalação da indústria de rações no Brasil na década de 60, contribuindo para o desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica, da indústria de máquinas e equipamentos para processamento de carnes e do setor de prestação de serviços, que, no conjunto, criaram as bases necessárias para o desenvolvimento do complexo avícola brasileiro.

O fato acima referido, ou seja, a criação das bases do complexo avícola brasileiro teve início na década de 1950, em substituição à avicultura eminentemente comercial, estendida ao longo das décadas de 1920 e 1930. Foi neste período, também, que o Instituto Biológico de São Paulo começou a atuar de forma mais intensa no combate as doenças e no controle sanitário em geral. Foram criadas, ainda, nesse período, às primeiras associações de avicultores e cooperativas.

Um importante impulso da atividade avícola no Brasil se deu em 1963, quando foram instaladas nove filiais de empresas oriundas dos Estados Unidos, que trouxeram consigo linhagens de avós para a produção de matrizes, até então importadas desse País. Cabe ressaltar que, nos Estados Unidos, era difundida a prática na produção de frangos geneticamente controlados, colocando-os como principais produtores de carne avícola naquele período.

Podem-se destacar dois fatores que possibilitaram aumentar consideravelmente o volume, a produção e a produtividade de carne de frango brasileira. Primeiro, foram introduzidos frangos geneticamente adaptados a recinto fechados. Em segundo lugar, desenvolveram-se pesquisas de alimentação e patologia avícola.

Essa forma de organização do sistema de produção de carne de frango, tipicamente sob moldes empresariais, possibilitou a eliminação de desperdícios, a racionalização no uso de mão-de-obra, a partir da mecanização de parte das tarefas, reduzindo custos de produção e tornando a atividade mais atrativa.

Com a consolidação da avicultura de corte brasileira, entre as décadas de 50 e 60, o setor atinge seus melhores índices de crescimento a partir de 1970. Os resultados foram se superando no decorrer dos períodos subseqüentes, dando a entender que o setor poderia atingir níveis de produção capazes de um *player* nesse mercado. Os indicadores de exportação e consumo também apresentaram crescimentos bastante significativos, consolidando o segmento ao longo de todas as etapas da cadeia de produção, conforme serão avaliados no decorrer dos próximos capítulos.

Dentro do complexo brasileiro de carnes, a avicultura de corte foi o segmento que apresentou o maior crescimento, principalmente nas duas últimas décadas. Isso decorre dos ganhos de produtividade em função de incrementos de tecnologia e das alterações nas escalas de operações, tanto na etapa produtiva como na de processamento e da substituição das formas produtivas tradicionais de exploração da produção de carne de frango pelo modelo de avicultura industrial, o qual apresenta maior grau de especialização e profissionalismo.

O setor avícola de corte movimenta direta e indiretamente vários outros setores, a saber: indústria de rações, indústria de máquinas e equipamentos tanto

para alojamento¹ como para frigoríficos² ou processadores³ de carnes, setor de transportes, produção de milho e soja, sendo estes insumos básicos da ração, indústria química farmacêutica e setor de serviços, entre outros.

No âmbito internacional, o Brasil apresenta posição de destaque, situando-se como segundo maior produtor mundial desde 1990. Em 1996, é superado pela China, mantendo, atualmente, posto de terceiro maior produtor mundial de carne de frango. O Brasil esteve, também, como segundo maior exportador de carne de frango desde 1985, superado somente pela França, estando acima inclusive dos Estados Unidos. Em 1996, ainda mantinha a segunda posição no ranking dos exportadores, superado agora, pelos Estados Unidos. Atualmente o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, responsável por cerca de 40% do total das exportações mundiais (ABEF 2006).

Baseado na importância da avicultura brasileira no contexto internacional, bem como em grande incremento no consumo interno, considera-se que o setor representa importante alternativa para a realização de novos investimentos, bem como a possibilidade de reduzir a falta de alimentos em âmbito interno e externo. Com relação aos possíveis novos investimentos, estes se justificam por ser a atividade de ciclos curtos, comparativamente à produção de outras carnes, proporcionando retornos mais rápidos além de que, propicia adaptações em curto espaço de tempo caso ocorram flutuações significativas na demanda.

A avicultura brasileira, assim como os demais segmentos do agronegócio brasileiro, têm sofrido com a concorrência desleal por parte de alguns países europeus, além dos Estados Unidos. Tais países adotam mecanismos de proteção de seus segmentos, através das políticas de apoio, entre elas a concessão de subsídios, bem como de restrições comerciais que dificultam o ingresso de produtos brasileiros naqueles mercados. Além desses fatores, existem restrições alfandegárias aos produtos brasileiros, principalmente nos países da Europa, onde o Brasil possui cotas limitadas de exportações. Desta forma, ganhar maiores parcelas de mercado, no contexto internacional, se torna, cada vez mais, um desafio para as autoridades envolvidas nesse processo.

¹ Alojamento é entendido como uma unidade produtiva, local onde o produtor recebe o pinto que fica o tempo de crescimento e engorda.

² Entendido como sendo uma unidade ou local onde o frango é abatido e embalado para ser distribuído.

³ Entendido como unidade onde o frango é processado, ou seja, transformado, por exemplo, em frios.

Com relação à concorrência dos países asiáticos, esta tem sido mais intensa ao longo da década de 90. A China, por exemplo, vem despontando como grande produtor mundial de carne de frango, pondo em risco os mercados brasileiros, visto que este país apresenta, em termos de custos, praticamente as mesmas condições apresentadas no Brasil. Sendo assim, passa a disputar o mercado internacional, com vantagens sobre a avicultura brasileira, por localizar-se próximo a grandes consumidores mundiais, como Japão, Hong Kong, Cingapura, entre outros.

Diante desse quadro, considera-se a avicultura de corte um importante campo de estudo, no intento de compreender melhor a complexidade deste processo, tais como custos, preços, mercados, estratégias, concorrentes, entre outros. Nesse sentido, o estudo da competitividade da avicultura brasileira frente ao Mercado Mundial, por sua vez, representa a oportunidade de agregar subsídios para o entendimento de forma mais acurada à dinâmica desse setor, que é fundamental ao agronegócio brasileiro.

Apesar de dinâmica, a avicultura de corte brasileira, continua sensível a diversos fatores, muitos deles alheios ao controle do setor. Destaca-se, nesse rol de fatores as políticas governamentais, tais como políticas comerciais, política cambial e de subsídios. Questiona-se, então, se a aplicação destas políticas poderia gerar potencialidades ou então custos adicionais ao setor, sejam eles de caráter privado ou social, o qual dinamizam ou obstaculizam o setor? Além disso, se questiona se o crescimento do setor brasileiro se sustenta em vantagens comparativas reais ou criadas artificialmente através das políticas acima citadas?

Além desses aspectos acima referidos, conhecer as verdadeiras potencialidades, bem como a competitividade da avicultura brasileira frente aos demais países produtores, pode representar subsídios na formulação de estratégias mais agressivas na busca de maior participação, tanto no mercado regional como internacional, a fim de dar sustentação ao crescimento que o setor vem apresentando no decorrer das últimas décadas.

Apesar do desempenho bastante significativo no decorrer dos anos, conforme enfatizado no item 3.2, para manter a avicultura brasileira competitiva diante das demais cadeias e dos demais concorrentes internacionais, será preciso buscar elementos que garantam a continuidade desse crescimento, para fazer frente a diversos problemas que ainda prejudicam a atividade, destacando-se, dentre eles: i) os problemas relacionados à infra-estrutura - não é nenhuma novidade dizer que o

agronegócio no Brasil convive com transportes inadequados e com elevados custos - além do mais, lida com a inoperância dos portos; ii) falta de linhas de crédito apropriadas para investimentos, com juros condizentes vis-à-vis realidades mundiais; é notório que a economia brasileira convive, atualmente, com uma das maiores taxas de juros mundiais; iii) tem sido comum, nestas últimas décadas, a adoção de planos econômicos, muitas vezes equivocados, que acabaram por dificultar o planejamento dos investimentos em médio e longo prazos; iv) o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, em relação ao PIB. O sistema tributário possui um número expressivo de tributos, alguns desses em “efeito cascata”; v) existem no Brasil elevados encargos trabalhistas que oneram os sistemas produtivos. No caso específico da avicultura de corte, este problema se agrava, uma vez que há a incidência de encargos ao longo das diversas etapas da cadeia; vi) o Brasil, em particular o segmento de carne de frango, tem enfrentado dificuldades para aumentar sua participação no comércio internacional frente às barreiras tarifárias e não-tarifárias praticadas por diversas nações, como as da União Européia e também dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o desafio da avicultura de corte do Brasil está em encontrar mecanismos capazes de aumentar sua competitividade, não somente em nível de produção, mas em toda a cadeia, seja na industrialização, comercialização e logística. Além disso, o Brasil deve buscar mecanismos, junto aos organismos internacionais, para romper restrições de mercado que são comuns a vários de seus produtos exportados, principalmente às restrições impostas pela União Européia. Assim, a correta avaliação de falhas de mercado, bem como a elaboração de políticas em níveis micro e macro tornam-se fundamentais para que o setor supere as dificuldades e continue representando boas alternativas de investimentos.

Frente à problemática exposta acima, o presente estudo tem por objetivo geral avaliar o desempenho da avicultura de corte e sua real competitividade no cenário internacional. Mais especificamente pretende-se:

- i) Estudar o comportamento dos principais indicadores de crescimento da avicultura de corte brasileira, tais como produção, consumo, exportação, importação, e suas particularidades;
- ii) Avaliar a estrutura de custos da avicultura de corte brasileira, mais especificamente as etapas de produção entre os principais estados produtores, com suas particularidades.

- iii) Avaliar o comportamento da avicultura de corte mundial referente aos aspectos de produção, consumo, exportação e importação, com suas particularidades.
- iv) Construir indicadores de avaliação de competitividade para a avicultura de corte brasileira, comparativamente à avicultura mundial, a partir das estruturas de custos e da metodologia da Matriz de Análise Política (MAP).
- v) Identificar se existem incentivos ou desincentivos aos agentes que participam da cadeia avícola de corte brasileira;
- vi) Diagnosticar, utilizando os indicadores da MAP, se o crescimento da atividade avícola de corte no Brasil se fundamenta em vantagens competitivas reais, ou se o crescimento do setor se dá a partir de incentivos governamentais, ou ainda se provém de políticas que distorcem as condições reais de eficiência e protejam o setor dos concorrentes internacionais (vantagens comparativas artificiais).
- vii) E, por fim, verificar se a atividade avícola de corte é competitiva em níveis mundiais, até o nível de produção avaliado dentro da cadeia.

Para atingir aos objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma:

O capítulo 1 contempla essa introdução. O capítulo 2, por sua vez, apresenta uma breve discussão sobre as transformações do setor agro-industrial brasileiro, destacando as principais ocorrências, principalmente a partir da segunda metade do século passado. Considera-se importante esta demonstração, uma vez que o complexo avícola de corte deriva destas transformações.

No capítulo 3 serão abordadas questões referentes ao comportamento da avicultura de corte no Brasil, mais especificamente para identificar como evoluiu a produção, o consumo, e o comércio exterior da carne de frango brasileira. Busca-se, com isso, além de conhecer com mais profundidade a dinâmica do setor, criar uma base de análise para poder avaliar os indicadores da MAP com mais propriedade. No capítulo 4 serão feitas às mesmas análises referidas no capítulo 3, porém em nível mundial. Considera-se fundamental fazer estas observações no âmbito mundial para formar a outra base do setor, necessária para avaliar os indicadores da MAP.

No capítulo 5 são tratadas algumas questões referentes aos principais condicionantes e determinantes no comércio internacional. Não se pretende esgotar as discussões sobre o tema, muito pelo contrário, busca-se tão somente apresentar

algumas discussões sobre as teorias do comércio internacional assim como as principais formas de proteção aos sistemas nacionais utilizadas atualmente.

No capítulo 6 é apresentada a metodologia de trabalho, com todas as suas particularidades. No capítulo 7 serão apresentadas as questões de interpretação dos indicadores obtidos pela metodologia, podendo, ainda, fazer as devidas afirmações acerca dos resultados. Por último, no capítulo 8, apresentam-se as principais conclusões deste estudo.

2 COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

Os complexos agroindustriais representam um avanço no sistema capitalista de produção. À medida que surgem novas necessidades econômicas e sociais, assim como limites na obtenção de fatores de produção, também ocorrem mudanças na forma de organização do processo produtivo. O exemplo concreto das transformações, no tocante às atividades agrárias, reside nas mudanças em relação ao modo predominante de produção, ou seja, a agricultura brasileira saiu do predomínio da agricultura convencional para o predomínio do modo moderno, o qual combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho.

Diante desse quadro de transformações no sistema capitalista de produção é que surgem os chamados complexos agroindustriais assim descritos por Guimarães (1982, p. 114).

O conceito de complexo agroindustrial surgiu na década de 1950, exatamente no período de mais intensa industrialização, como resultado dos estudos que, nos Estados Unidos e na Europa, começaram a ser empreendidos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais, a partir das teorias a respeito dessas relações formuladas pelo professor Wassily Leontief. Através da organização de quadros matriciais, obteve-se a comprovação empírica da justa medida em que a agricultura se estava tornando, em consequência do processo de substituição dos métodos tradicionais pelos métodos industriais de produção, um elemento cada vez mais vinculado a um conjunto produtivo em relação ao qual aumentava sua dependência.

Da mesma forma, para Muller (1989), o complexo agroindustrial (CAI) pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração desses produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e tecnologia, e a assistência técnica.

Para Silva (1996), é errônea a idéia de que os complexos agroindustriais (CAIs) é um fato recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 70, e que somente pode ser entendida a partir da diferença entre modernização da agricultura e constituição dos CAIs. É claro que antes das décadas de 60 e 70, mudanças técnicas importantes se fizeram presentes na agropecuária como um todo e é claro

também, que sempre houve um segmento importante de processamento agro-industrial no país. Nos complexos, entende-se que, além da existência de fluxos intersetoriais significativos de compra e de venda entre os diversos ramos que o compõe, também existe uma dinâmica própria. Assim, além das partes se moverem de forma interdependente, o crescimento de um segmento do complexo depende do crescimento dos outros e, mais que isso, pode induzir o crescimento dos outros segmentos, em maior ou menor grau.

Ainda para Silva (1996), o conceito de complexo agroindustrial também traduz a noção de uma divisão estática entre agricultura e indústria. A agroindústria envolve um conjunto de capitais em constante mudança e expressa um esforço contínuo no sentido de transformar a agricultura num processo industrial. Como tal, não existem limites estáticos, nem preestabelecidos: a sua área de alcance é determinada pelo progresso e inovações tecnológicas. Neste aspecto, o complexo agroindustrial representa uma fase de transição na apropriação industrial da agricultura.

No tocante ao surgimento dos complexos agro-industriais no Brasil, entende-se que tenham surgido após 1960, como sugere Muller (1989, p.47).

Em termos mais concretos, pode-se dizer que por volta de 1960 os setores industriais voltados para a agricultura no Brasil não estavam ainda constituídos enquanto indústrias no país. Por conseguinte, a rigor, não se pode falar em complexo agro-industrial brasileiro por esta época (1960), o que, todavia, não implica não haver alguma agroindústria como a de trigo/moinhos, desde os fins dos anos 40(...).

Para Sorj (1980), o complexo agroindustrial assumiu as mesmas características de outros ramos industriais no Brasil; alto grau de concentração, concorrência oligopólica, controle pelo capital monopólico estrangeiro ou nacional. Dito em outras palavras, ocorreu a industrialização da agricultura, que se vincula totalmente a indústria, onde de um lado fornece máquinas e insumos, e de outro adquire e processa os produtos agrícolas. Este vínculo da agricultura com a indústria gera maior interdependência entre as unidades produtivas e de processamento, ocasionando, geralmente, perda de autonomia por parte da primeira.

Diante desse quadro, ou seja, pela integração com a indústria, a produção se realiza em escala mais apropriada, com melhor produtividade, o que representa oferta estável de produtos para a etapa de processamento. Assim, as unidades de produção mais estruturadas conseguem obter maior rentabilidade vis-à-vis àquelas

que ainda produzem nos moldes tradicionais ou com baixa capitalização. Na maioria das unidades processadoras existe a preocupação com a continuidade no processo. Nesse sentido, é necessário integrar o produtor tradicional de insumos ao novo sistema, para que este proporcione oferta estável de bens para a transformação. Essa integração, geralmente, se dá através de contratos entre a unidade processadora e os produtores de insumos individuais.

Nos complexos agroindustriais, em sua maioria, a indústria dita a dinâmica do processo de produção. Aos produtores individuais cabe produzir, participando com a mão-de-obra e algum montante de capital. Em função desta dependência dos produtores em relação à indústria processadora e do reduzido espaço dentro do complexo, ocorrem transferências de lucros do setor agrícola para a indústria, o que representa, muitas vezes, um obstáculo para a modernização ou independência das unidades produtivas individuais (SORJ, 1980).

Segundo Silva (1996), os Complexos Agroindustriais caracterizam-se por um conjunto no qual ocorre a sucessão de atividades de produção e transformação de produtos agroindustriais. Esta sucessão de atividades demonstra a interdependência da agropecuária com o setor industrial e comercial, assim como também com o setor financeiro e de pesquisa. Nessa análise, consideram-se os CAIs como sendo uma seqüência de atividades inter-relacionadas, incluindo a produção de insumos, o processamento e a comercialização final.

Para Claro (1998), o Complexo agroindustrial é composto por um conjunto de firmas que buscam minimizar os custos de produção, distribuição e transação. Este complexo apóia-se em uma cadeia produtiva que compreende os segmentos antes e depois da porteira da fazenda, até chegar ao produtor final. O autor afirma, ainda, que o CAI é uma unidade em que a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira, ou seja, com a indústria de máquinas e de insumos e com a indústria processadora, que da origem aos produtos finais aos consumidores.

Diante do exposto, pode-se afirmar, em linhas gerais, que o processo de integração, ou formação dos complexos agroindustriais, trouxe mudanças significativas, dando outras características ao setor produtivo, tais como: a) concentração do poder por parte da indústria; b) perda de autonomia da agricultura, bem como dos produtores individuais; c) integração por contratos, o que proporcionou escalas mais adequadas aumentando a produtividade, gerando níveis de produção mais estáveis; d) em muitas situações, diminuição da necessidade de

capital, por parte do produtor, para financiar as atividades desenvolvidas junto a suas unidades de produção.

O complexo avícola é exemplo destas transformações, as quais são tratadas no capítulo a seguir.

3 O COMPLEXO AVÍCOLA BRASILEIRO

Com o objetivo de melhor compreender o complexo avícola de corte, são apresentadas, neste capítulo, as discussões referentes ao histórico da Avicultura de Corte no Brasil, sua evolução e conjuntura atual, destacando-se as questões de produção, mercado e comércio exterior.

3.1 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA AVICULTURA.

A produção brasileira de carne de frango, apesar de ter alcançado elevados índices de produtividade, representando importante alternativa de investimento, é uma atividade que surgiu há poucas décadas. Para Sorj et al. (1982), a avicultura industrial no Brasil pode ter como marco inicial, o final da década de 1950, quando substituiu a antiga avicultura comercial que começara nos anos 1920 e 1930.

O primeiro programa avícola brasileiro, nos moldes de integração, foi desenvolvido pela Sadia em 1964, numa extensão da suinocultura, na cidade de Concórdia, Santa Catarina, em conjunto com a prefeitura local e a associação rural. O programa visava selecionar algumas propriedades rurais que servissem de modelo de modernização. As razões pelas quais a Sadia e demais empresas integradoras tiveram facilidade em impor esta forma de relacionamento contratual foi o caráter da estrutura agrária da região, formada principalmente por pequenos produtores que dispunham de poucas alternativas para a geração de renda (Sorj et al., 1982).

Por ser a avicultura uma atividade dinâmica, com alto poder de transformação e retorno, essa passou por transformações significativas e seu melhor desempenho ocorre a partir de 1970. A afirmação dessa atividade como uma fonte viável de investimento perpassa o caráter de substituição da antiga produção, já que o conjunto de empresas que estão, direta ou indiretamente, envolvidos nesse processo de produção acabou criando seu próprio mercado, pelo aumento da produção e do consumo. Assim, a avicultura juntamente com a suinocultura criaram condições para que outros segmentos ou indústrias se instalassem e se internacionalizassem no país, como, por exemplo, as indústrias de rações de aditivos farmacêuticos, entre outras.

De acordo com Sorj (1980), a avicultura de corte brasileira desenvolveu-se rapidamente. Isso se deve, em grande parte, ao alto grau de controle do processo biológico, isto é, diferentemente de outras atividades agropecuárias, o seu desempenho não depende diretamente de solo e clima. O segmento até poderia ser afetado por estes fatores, no entanto, existe a facilidade de incremento de tecnologia, e qualquer variação de temperatura, por exemplo, poderia ser controlada por isolamento térmico e controle de patologias.

Outro elemento em favor do desenvolvimento da atividade avícola no Brasil, segundo Troccoli (1995), é de que a carne de frango é considerada mais saudável em relação às outras carnes e com custos de produção mais baixos, em função de avanços genéticos e ciclos de produção mais curtos.

Nesse contexto, a consolidação do padrão avícola industrial se sobressai, superando as formas mais rústicas de produção. Uma característica deste novo sistema produtivo é que ele atingiu alto grau de produtividade, frente ao qual a avicultura comercial não sobreviveria. Desta forma, a avicultura comercial ou tradicional ficou marginalizada, em função da sua incapacidade de produção em condições de qualidade, controle sanitário e quantidades regulares impostas pelas etapas de processamento e comercialização da produção.

Outra característica da produção avícola de corte é a alta conversão de insumos em carne, proporcionando melhores índices de produtividade, baseados em retornos mais rápidos. A empresa integradora transforma seu capital, na forma de insumos, em produtos finais em curto espaço de tempo, eliminando grande parte dos riscos existentes no processo produtivo. Nesse sentido, a produção avícola de corte brasileira se diferencia das outras atividades agropecuárias no que se refere às relações existentes entre as unidades produtivas e a indústria. Existem duas formas predominantes: uma se verifica principalmente na Região Sul do Brasil, onde as relações se dão via formatação de contratos entre produtores e representantes da agroindústria. O produtor recebe o pinto de um dia, participa com o manejo de engorda, e quando o frango atinge a fase adulta, entrega para a empresa integradora que o abate, processa, e comercializa o produto. Este método favorece a empresa integradora, pois elimina grande parte do risco existente, sem perder o controle em todas as etapas produtivas. Do ponto de vista do produtor, os ganhos dessa forma de organização está na menor necessidade de capital para financiar sua produção e na eliminação do custo de transação do produto.

Outra forma de organização da produção é aquela feita pela verticalização da empresa, ou seja, todas as atividades desenvolvem-se sob o comando da empresa integradora, com capital próprio e mão-de-obra assalariada. Nas duas formas de integração, porém, existe controle total por parte da empresa integradora, que geralmente atua desde a produção da ração, dos pintos, bem como no abate, processamento e comercialização.

O consumo interno foi o grande responsável pelo impulso do setor. O produto tornou-se popular, ganhando importância no cardápio de muitos brasileiros, substituindo, em partes, o consumo de carne bovina. Enquanto em 1970, o consumo per capita anual era de 2,3 kg, atinge 8,9kg em 1980 e 13,40 kg em 1990, 30,10 kg em 2000 e 33,3 kg por habitante em 2005, conforme se apresenta no item 3.2.2 (ANUALPEC 1997 e 2005). Com esta performance do consumo, toda a cadeia passou a responder positivamente.

No que se refere aos custos de produção, em pesquisa realizada pelo Sebrae/SC, em 1978, 85% destes eram constituídos por pintos, rações e concentrados, adquiridos das empresas integradoras. A pesquisa estima que 90% do valor da produção dessa atividade vai para a empresa na forma de pagamento de diversos. Subtraindo-se as despesas financeiras, energia elétrica e gás, verifica-se que somente 5,5% dos custos têm origem na propriedade do agricultor em forma de mão-de-obra e depreciação do imóvel (Sorj et al., 1982). Atualmente, estes números se confirmam, sendo que cerca de 90% dos custos totais se devem aos custos de pintos e ração (APA, 2005), demonstrando que toda tecnologia incorporada no setor e o conseqüente aumento na produtividade, foram absorvidos pelo aumento nos custos relativos.

No que diz respeito ao consumo, o mercado interno tem sido, historicamente, responsável por absorver parcelas significativas da produção brasileira de carne de frango. A restrição de renda e a acirrada concorrência dos demais segmentos de carnes têm obrigado, no entanto, as empresas avícolas a inovarem constantemente introduzindo no mercado cortes cada vez mais específicos, para atender as exigências dos consumidores.

No tocante às exportações, importante via para comercialização da carne de frango brasileira, principalmente a partir da década de 90, destacam-se as estratégias adotadas pelas empresas deste segmento, como: i) a prática de cortes diferenciados, que resulta na agregação de valor, na forma de serviços

incorporados; ii), as empresas, com intuito de aumentar seus lucros, têm buscado explorar mercados com potencial de consumo de maior poder aquisitivo.

Diante do desafio de manter os níveis de crescimento da atividade, compreender e avaliar o comportamento dos diversos segmentos dentro da cadeia, torna-se exercício importante produzir subsídios para os tomadores de decisões dentro do setor. Esta avaliação conjuntural é feita no item a seguir.

3.2 EVOLUÇÃO E CONJUNTURA DA AVICULTURA DE CORTE BRASILEIRA

Apesar da atividade avícola brasileira ter iniciado em períodos anteriores, foi a partir das décadas de 70 e 80 que o setor ganhou força e espaço, consolidando-se como um dos principais produtores mundiais. Diante disso, avalia-se de forma mais detalhada, a evolução e o cenário atual do complexo avícola de carnes.

3.2.1 Aspectos relativos à produção avícola de corte no Brasil

Dentro do complexo agroindustrial brasileiro de carnes, o setor avícola é o que apresentou melhor desempenho nas últimas décadas, principalmente pela mudança em sua dinâmica produtiva, pela reestruturação e organização nas relações de produção, assim como, também, pelos significativos investimentos em genética e tecnologia, dando ao setor, condições de crescimento sustentado, tornando-se, assim, bom atrativo para novos investimentos.

A avicultura de corte não se limita apenas à produção de carnes, já que está inserida num amplo complexo agroindustrial. No que tange à produção e alojamento de pintos de corte, fase que antecede a produção de carne, os números demonstram crescimento nos últimos anos. Este crescimento na fase que antecede a produção de carnes é importante, pois, ele garantirá a dinâmica das demais etapas que se seguem na cadeia. A Tabela 01 apresenta a evolução destes números.

É possível identificar o significativo crescimento na produção e alojamento de pintos de corte no Brasil. Iniciando com uma produção de 1.108.000 milhares de unidades, em 1980, a produção atinge montante de 1.475.239 milhares em 1989, crescimento na ordem de 33% em apenas 6 anos. Dentro da década de 80, vale

destacar, ainda, que exceto os anos de 1984 e 1988, os demais apresentaram crescimento positivo e expressivo.

Tabela 01 – Produção e alojamento de pintos de corte no Brasil, crescimento real acumulado e variação percentual, período de 1983 a 2005

Ano	Milhares de cabeças	Evolução	Variação %
1983	1.108.000	100	0
1984	1.077.069	97	-2,79
1985	1.152.000	104	6,96
1986	1.273.821	115	10,57
1987	1.393.260	126	9,38
1988	1.369.901	124	-1,68
1989	1.475.239	133	7,69
1990	1.621.195	146	9,89
1991	1.819.824	164	12,25
1992	1.974.639	178	8,51
1993	2.112.921	191	7,00
1994	2.323.906	210	9,99
1995	2.537.191	229	9,18
1996	2.593.094	234	2,20
1997	2.863.797	258	10,44
1998	2.858.645	258	-0,18
1999	3.146.155	284	10,06
2000	3.246.069	293	3,18
2001	3.467.810	313	6,83
2002	3.816.968	344	10,07
2003	3.904.860	352	2,30
2004	4.275.673	386	9,50
2005	4.695.878	424	20,26
TMC	6,48%		

Fonte: Revista Aves e Ovos diversas edições, ANUALPEC 2005 e UBA.

Nota 1: a TMC (taxa média de crescimento) é calculada com base no valor inicial e o valor final da série. Obtêm-se, assim, uma taxa que aplicada a partir do valor inicial da série, chega ao valor final da série. Foi calculada a partir da seguinte equação: $FV = PV(1+i)^n$, em que FV é o valor final da série (2005) e PV é o valor inicial da série (1983), n é o número de anos correspondentes da série e i será a taxa calculada.

Nota 2: todas as demais TMC consideradas, no decorrer deste estudo, seguem esta mesma metodologia.

Comparativamente à década de 80, os números dos anos 90 foram ainda mais expressivos. Saindo de uma produção de 1.621.195 milhares de unidades em 1990, a produção brasileira de pintos de corte atinge o montante de 3.146.155 milhares de unidades em 1999, crescimento na ordem 94% ao longo da década. Esse comportamento positivo também se observa no início da atual década, quando,

em 2005, atingiu-se a produção e alojamento de pintos de corte no Brasil, na ordem de 4.695.878 milhares de unidades, contra as 3.246.069 milhares do ano de 2000, representando incremento na produção na ordem de 44,7% em apenas 5 anos, comprovando que o setor passa por um período positivo nesta nova década.

Mais importante do que avaliar etapas, consiste a avaliação do crescimento real acumulado ao longo do período proposto, conforme apresenta o Gráfico 01.

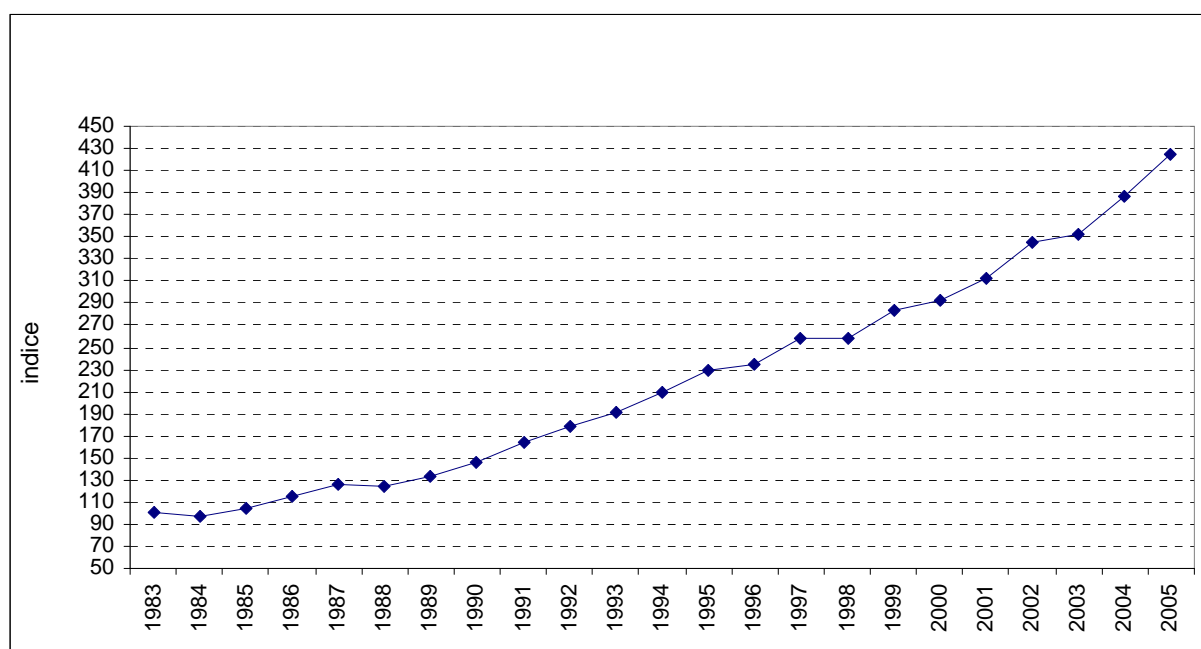


Gráfico 01 – Índice de crescimento da produção e alojamento de pintos de corte no Brasil no período de 1983 a 2005.

Fonte: elaboração do autor, a partir da Tabela 01.

Fica evidente, pelo Gráfico 01, que o crescimento, ao longo do período deu-se de forma positiva, com exceção dos anos de 1987 para 1988 e de 1997 para 1998. Contata-se, também, que o crescimento da produção de pintos de corte no Brasil, no período proposto, foi da ordem de 324%, com taxa média de crescimento na ordem de 6,48% ao ano, bem acima das médias de crescimento da economia brasileira como um todo.

Quando se trata da fase de produção de carne, etapa que sucede o alojamento de pintos, também, obtêm-se resultados positivos, conforme expectativa, conforme mostra a Tabela 02. É possível constatar que o crescimento foi significativo. Verifica-se, por exemplo, que a produção de 1.200.000 toneladas no

ano de 1980, atingindo montantes de 2.267.358 toneladas em 1990, crescimento da ordem de 88,9% em apenas uma década.

Tabela02 – Produção de carne de frango no Brasil, evolução na produção e variação percentual. 1980 – 2005.

Ano	Toneladas	Evolução	Variação %
1980	1.200.000	100	-
1981	1.444.104	120	20,34
1982	1.507.533	126	4,39
1983	1.489.364	124	-1,21
1984	1.355.914	113	-8,96
1985	1.482.507	124	9,34
1986	1.617.322	135	9,09
1987	1.969.840	164	21,80
1988	1.947.197	162	-1,15
1989	2.082.582	174	6,95
1990	2.267.358	189	8,87
1991	2.521.911	210	11,23
1992	2.726.992	227	8,13
1993	3.142.998	262	15,26
1994	3.411.026	284	8,53
1995	4.050.449	338	18,75
1996	4.051.561	338	0,03
1997	4.460.924	372	10,10
1998	4.874.708	406	9,28
1999	5.526.045	461	13,36
2000	5.976.523	498	8,15
2001	6.735.696	561	12,70
2002	7.516.923	626	11,60
2003	7.842.950	654	4,34
2004	8.493.854	708	8,30
2005	9.297.151	775	9,46
TMC	8,19%		

Fonte: Até 1989 - Revista Aves e Ovos diversas edições. Apartir 1990 - ABEF

Se os resultados da década de 80 surpreendem, pelo seu dinamismo, a década de 1990, apresenta números ainda mais expressivos, quando a produção atingiu 5.526.045 toneladas no ano de 1999, crescimento de 144% comparado a 1990. Vale aqui destacar o expressivo crescimento nos anos de 94 para 95, quando o produto fora rotulado como símbolo do Plano Real, o que permitiu aumento expressivo no consumo interno. Nos primeiros anos da atual década, a produção continuou a crescer, e atingiu 9.297.151 toneladas, em 2005, demonstrando que a

produção de carne de frango é relativamente elástica e responde bem aos incrementos de demanda.

Um indicador importante, quando se avalia o desempenho de determinado setor produtivo, é projetar o crescimento real acumulado ao longo do período, conforme nos mostra o Gráfico 02.

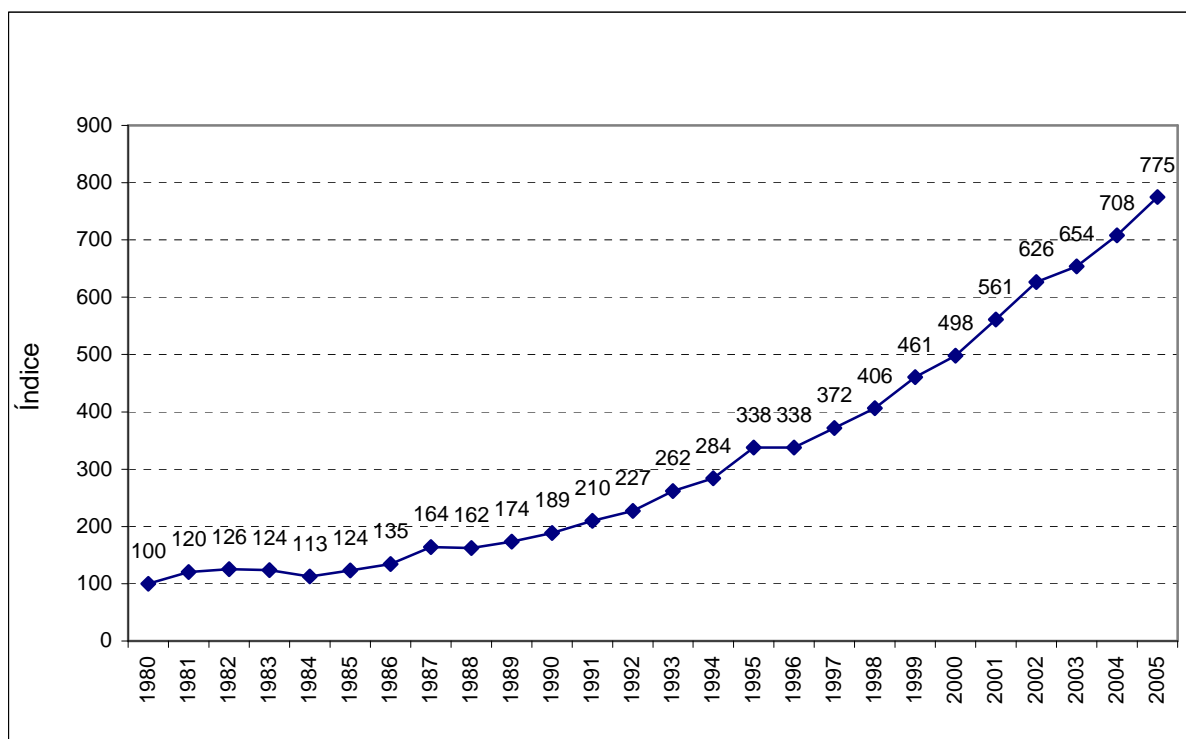


Gráfico 02 – Índice de crescimento da produção de carne de frango no Brasil no período de 1980 a 2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da tabela 02.

Percebe-se, de maneira geral, que o desempenho na produção de carne de frango foi expressivo, atingindo crescimento real acumulado na ordem de 675% com taxa média de crescimento na ordem de 8,2% ao ano, entre 1980 e 2005. Destaca-se, no entanto, que apesar do crescimento real positivo, é a partir do ano 1995 que este se intensifica, justamente quando o mercado interno se aquece, resultado do aumento do poder de compra do salário conseguido no início do Plano Real.

Ao comparar a produção de pintos de corte no Brasil e a produção de carne de frango, conforme está expresso, no Gráfico 03, observa-se que o crescimento nos dois segmentos comportou-se de forma positiva, apesar de apresentar variações diferentes em alguns períodos. Percebe-se, ainda, que a produção de carne cresceu

com mais vigor do que a produção de pintos, principalmente a partir da década de 90, o que leva deduzir que outros fatores importantes devem ser avaliados na atividade, como melhoramentos genéticos, produtividades, entre outros.

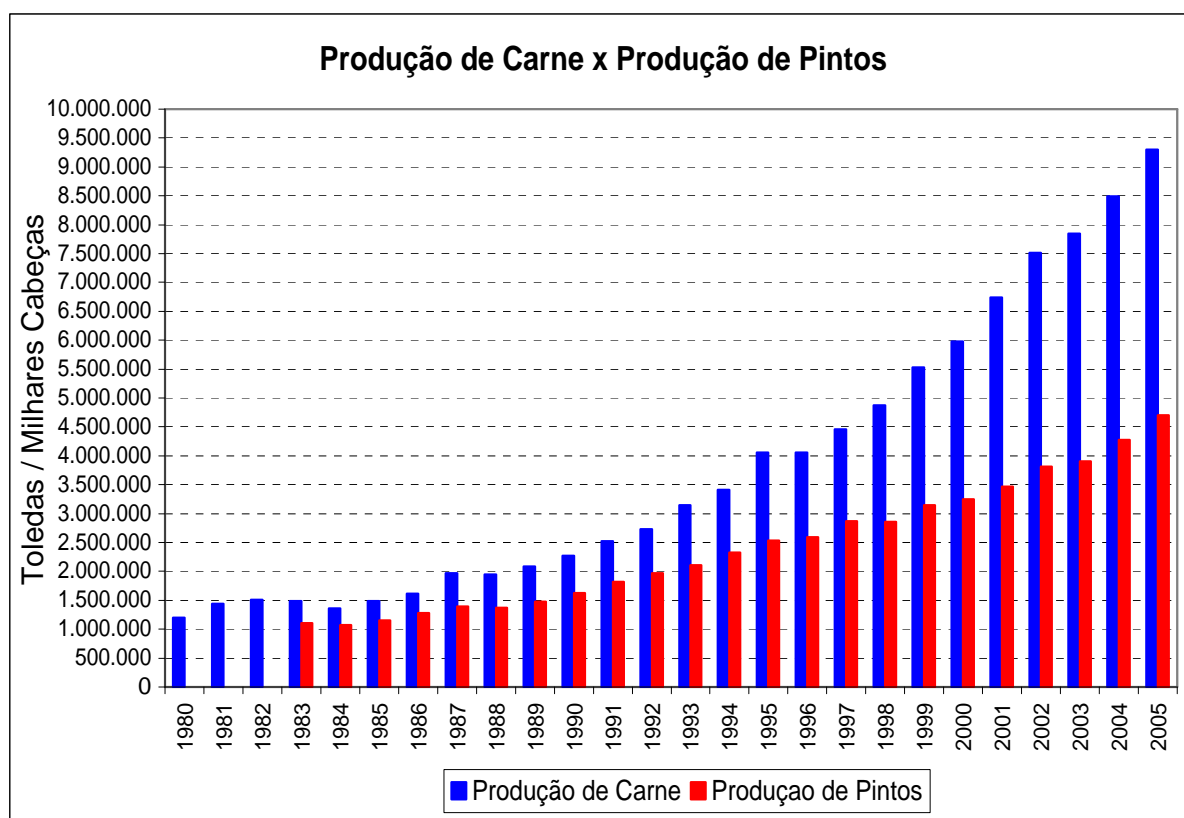


Gráfico 03 – Produção de carne de frango *versus* produção de pintos de corte no Brasil no período de 1980 a 2005

Fonte: Elaboração do autor a partir das tabelas 01 e 02

Este é, portanto, o resumo do que ocorreu com a produção de pintos e de carne de frango no Brasil a partir da década de 80, etapas essas que dão sustentação ao crescimento de toda a cadeia, em suas fases posteriores. Avalia-se, a seguir, como se comportaram os indicadores de consumo e mercado externo.

3.2.2 Comportamento do consumo de carnes no Brasil.

O desempenho de qualquer atividade produtiva depende de diversos fatores, mas principalmente da resposta do mercado consumidor. A carne de frango sofre, historicamente, a concorrência das carnes bovina e suína, e sendo assim, alterações no gosto, na renda, nos preços, entre outros fatores, interferem diretamente nas

quantidades consumidas. O conhecimento detalhado da evolução do consumo destes substitutos, significa também, avaliar de forma mais precisa as possibilidades de expansão no consumo de carne de frango no Brasil. A Tabela 03 apresenta a evolução no consumo per capita anual dos três tipos de carnes mencionados anteriormente, a partir do ano de 1980.

Tabela 03 - Consumo per capita anual de carne de frango, carne bovina e carne suína no Brasil: 1980-2005.

ANO	FRANGOS			BOVINOS			SUÍNOS		
	Cons.	Var%	evol.	Cons.	Var%	evol.	Cons.	Var%	evol.
1980	8,90	-	100	32,80	-	100	8,20	-	100
1981	8,90	0,00	100	29,00	-11,59	88	8,00	-2,44	98
1982	8,50	-4,49	96	30,20	4,14	92	7,70	-3,75	94
1983	9,30	9,41	104	27,70	-8,28	84	7,40	-3,90	90
1984	8,10	-12,90	91	23,00	-16,97	70	7,10	-4,05	87
1985	8,90	9,88	100	22,80	-0,87	70	6,90	-2,82	84
1986	10,00	12,36	112	22,60	-0,88	69	7,30	5,80	89
1987	12,40	24,00	139	22,20	-1,77	68	8,00	9,59	98
1988	11,80	-4,84	133	24,50	10,36	75	7,00	-12,50	85
1989	12,40	5,08	139	24,70	0,82	75	6,60	-5,71	80
1990	13,40	8,06	151	23,60	-4,45	72	7,00	6,06	85
1991	15,00	11,94	169	22,80	-3,39	70	7,00	0,00	85
1992	16,00	6,67	180	25,80	13,16	79	7,30	4,29	89
1993	17,00	6,25	191	26,10	1,16	80	7,60	4,11	93
1994	18,30	7,65	206	26,10	0,00	80	8,00	5,26	98
1995	22,80	24,59	256	26,70	2,30	81	8,20	2,50	100
1996	22,20	-2,63	249	29,20	9,36	89	8,20	0,00	100
1997	23,80	7,21	267	29,60	1,37	90	9,20	12,20	112
1998	24,70	3,78	278	35,90	21,28	109	9,70	5,43	118
1999	28,80	16,60	324	36,70	2,23	112	10,40	7,22	127
2000	30,10	4,51	338	36,20	-1,36	110	10,80	3,85	132
2001	30,90	2,66	347	35,90	-0,83	109	11,10	2,78	135
2002	33,40	8,09	375	36,00	0,28	110	11,20	0,90	137
2003	32,10	-3,89	361	36,00	0,00	110	11,00	-1,79	134
2004	32,20	0,31	362	38,00	5,56	116	11,10	0,91	135
2005	33,30*	3,42	374	35,10*	-7,63	107	12,20*	9,91	149

Fonte: Até 1998, revista aves e ovos diversas edições. Apartir de 1999, ANUALPEC 2005.

Ao longo da série estudada, conforme Tabela 03, nota-se crescimento expressivo no consumo per capita de carne de frango no Brasil. Em partes, esse considerável aumento se deve ao preço mais acessível, comparativamente aos seus substitutos, além do que criou-se a crença que o produto seria mais saudável que as outras carnes. Assim, no primeiro ano da década de 1990, o consumo atinge a marca de 13,40 kg por habitante, representando crescimento de aproximadamente 50% em relação ao primeiro ano da década anterior. O consumo da carne bovina, por sua vez, despencou significativamente, com 23,6kg por habitante em 1990,

decréscimo de cerca de 28% em relação a 1980. O consumo de carne suína também reduziu na ordem de 15% no mesmo período.

É na década de 90, no entanto, que se percebe substancial incremento no consumo per capita de carne de frango no Brasil, o qual passa de 13,40kg por habitante em 1990, para 30,10 kg por habitante em 2000, crescimento da ordem de 124,63% ao longo dos 10 anos. Se comparado ao consumo per capita de carne bovina e suína, percebe-se que a primeira passou de 23,60 kg/h para 36,20kg/h, crescimento de 53,39% no mesmo período. O consumo de carne suína apresentou desempenho positivo inferior ao do frango, passando de 7,0kg/h para 10,8kg/h, no mesmo período, acréscimo de 54,29%.

Para os primeiros anos da atual década, o crescimento no consumo per capita de carne de frango foi mais modesto, atingindo 33,3kg/h em 2005, contra 35,10kg/h de carne bovina e 12,2kg/h de carne suína. O Gráfico 03 apresenta o desempenho real acumulado dos consumos per capita desses três tipos de carnes.

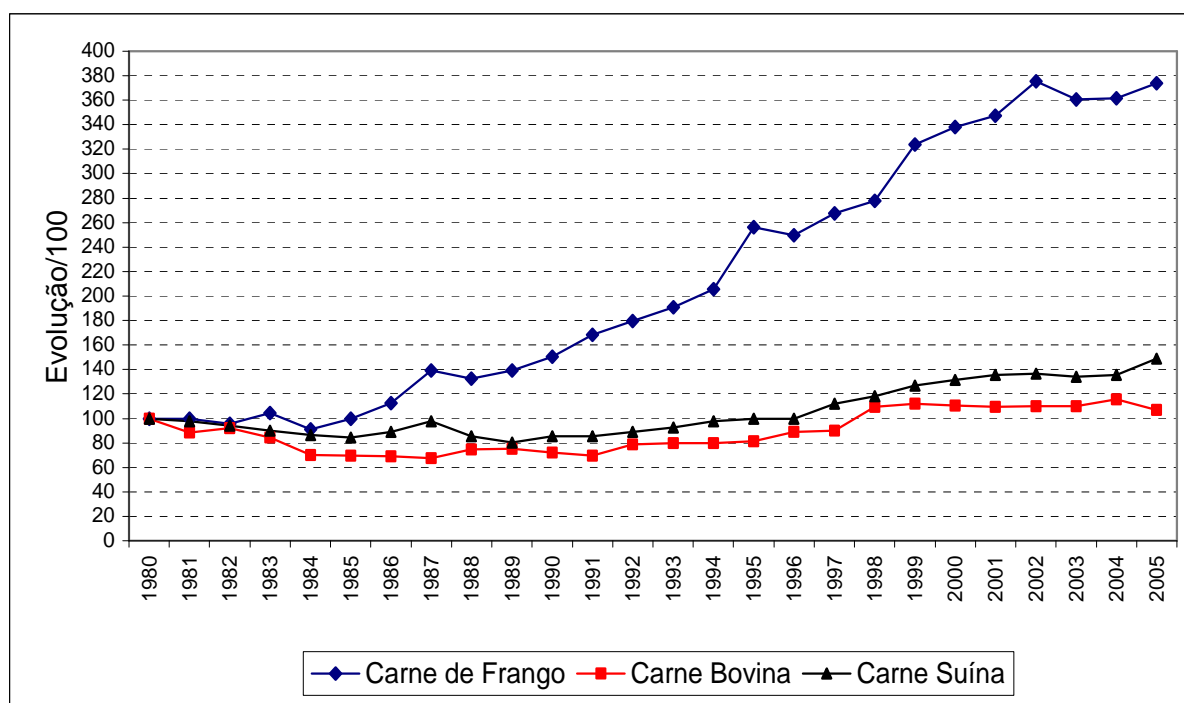


Gráfico 03 – Evolução do consumo per capita de carne de frango, carne suína e carne bovina no Brasil no período de 1980 a 2005.

FONTE: Elaboração própria a partir da Tabela 03.

Pelo Gráfico 03, percebe-se, de forma clara, as fases de crescimento. Para o consumo per capita anual de carne de frango, há um período relativamente estável, de 1980 a 1985 quando ocorre o crescimento significativo em praticamente todos os anos, com algumas exceções, atingindo crescimento real acumulado no consumo, na ordem de 274%, ao longo do período analisado. Comparativamente aos seus substitutos, pode-se considerar este desempenho ótimo, uma vez que o consumo de carne bovina apresentou constantes oscilações, e fecha a série com crescimento real acumulado de apenas 7%. Para a carne suína não foi muito diferente, com oscilações, ora positivas, ora negativas, fechando o período com crescimento real acumulado de 49%.

3.2.3 O Comércio Exterior brasileiro de Carne de Frango

Redirecionando o foco para o mercado externo, é possível constatar que as exportações dão sustentabilidade aos diversos setores produtivos brasileiros, como por exemplo, o setor avícola. No segmento da carne de frango, as exportações têm como ponto de partida o ano de 1975, quando a Empresa Perdigão Agroindustrial juntamente com o grupo empresarial Sadia embarcaram para o exterior o montante de 3.469 toneladas. Desde este período, as exportações têm representado importante alternativa de escoamento da produção brasileira, como mostra a Tabela 04.

Percebe-se, reportando-se à Tabela 04, que até o ano de 1983, as exportações brasileiras de carne de frango eram essencialmente de frangos inteiros. As exportações de cortes, que carregam consigo diferenciais de qualidade e preço somente foram introduzidos na pauta de exportação a partir de 1984. Nota-se, também, que as exportações ganham força rapidamente e, em 1990, já atingem o montante de 299.218 mil toneladas, contra as 168.713 toneladas do ano de 1980, crescimento na ordem de 77% em apenas uma década.

A partir da segunda metade da década de 80, as exportações de cortes ganham maior dinâmica atingindo percentuais expressivos, comparativamente às exportações totais de carne. Enquanto as exportações de frango inteiro diminuíram sua participação, em diversos anos, e acumularam crescimento de apenas 24% entre os anos de 1980 e 1990, o segmento cortes acumulou crescimento na ordem de 182%, no mesmo período.

Tabela 04 - Exportações Brasileiras de Carne de Frango: 1980 – 2005.

ANO	INTEIROS				CORTES				TOTAL		
	Tonel.	%/total	Var.%	Evol.	Tonel.	%/total	Var.%	Evol.	Tonel.	Var.%	Evol.
1980	168.713	100,00	-	100	-	-	-	100	168.713	-	100
1981	293.933	100,00	74,22	174	-	-	-	100	293.933	74,22	174
1982	301.793	100,00	2,67	179	-	-	-	100	301.793	2,67	179
1983	289.301	100,00	-4,14	171	-	-	-	100	289.301	-4,14	171
1984	255.689	88,94	-11,62	152	31.805	11,06	-	100	287.494	-0,62	170
1985	236.740	86,71	-7,41	140	36.270	13,29	14,04	114	273.010	-5,04	162
1986	180.459	80,33	-23,77	107	44.193	19,67	21,84	139	224.652	-17,71	133
1987	164.724	76,56	-8,72	98	50.439	23,44	14,13	159	215.163	-4,22	128
1988	164.302	69,53	-0,26	97	72.000	30,47	42,75	226	236.302	9,82	140
1989	161.099	66,05	-1,95	95	82.792	33,95	14,99	260	243.891	3,21	145
1990	209.567	70,04	30,09	124	89.651	29,96	8,28	282	299.218	22,69	177
1991	203.188	63,16	-3,04	120	118.512	36,84	32,19	373	321.700	7,51	191
1992	232.114	62,44	14,24	138	139.605	37,56	17,80	439	371.719	15,55	220
1993	286.904	66,18	23,60	170	146.594	33,82	5,01	461	433.498	16,62	257
1994	279.523	58,06	-2,57	166	201.906	41,94	37,73	635	481.429	11,06	285
1995	222.423	51,85	-20,43	132	206.565	48,15	2,31	649	428.988	-10,89	254
1996	294.738	51,82	32,51	175	274.057	48,18	32,67	862	568.795	32,59	337
1997	373.772	57,56	26,82	222	275.585	42,44	0,56	866	649.357	14,16	385
1998	365.134	59,62	-2,31	216	247.343	40,38	-10,25	778	612.477	-5,68	363
1999	422.340	54,81	15,67	250	348.211	45,19	40,78	1.095	770.551	25,81	457
2000	470.478	51,89	11,40	279	436.268	48,11	25,29	1.372	906.746	17,68	537
2001	580.223	46,44	23,33	344	669.065	53,56	53,36	2.104	1.249.288	37,78	740
2002	674.379	42,15	16,23	400	925.544	57,85	38,33	2.910	1.599.923	28,07	948
2003	798.044	40,72	18,34	473	1.123.998	57,35	21,44	3.534	1.959.773	22,49	1.162
2004	974.566	39,46	22,12	578	1.449.955	58,71	29,00	4.559	2.469.696	26,02	1.464
2005	1.044.362	36,70	7,16	619	1.717.604	60,35	18,46	5.400	2.845.946	15,23	1.687
TMC	7,26%				19,88%				11,48%		

Fonte: ABEF (Associação Brasileira de Exportadores de Frango) (2006).

Nota: Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a soma dos montantes de cortes mais inteiros não confere com o total, uma vez que já eram exportadas pequenas parcelas de produtos industrializados.

Ao avaliar o desempenho das exportações totais, ao longo da década de 1990, percebe-se que o setor se supera a cada ano. Ao comparar o montante de 906.746 toneladas exportadas no ano de 2000, em relação ao montante de 299.218 toneladas de 1990, tem-se crescimento na ordem de 203%. No que se refere às exportações de cortes, mesmo sofrendo restrições tanto de sobretaxas, como de subsídios por parte de países da Europa, o Brasil superou qualquer expectativa. Ao longo do período de 1990 a 2000, as exportações de cortes elaborados cresceram cerca 386%.

Os primeiros anos da atual década também foram extremamente positivos para as exportações de carne de frango. Com a taxa de câmbio ajustada em 1999, a partir da desvalorização do real, o setor ganhou maior competitividade, respondendo

positivamente. Analisando a Tabela 04, percebe-se que as exportações totais cresceram sempre em taxas acima de 15% ao ano, com destaque para o ano de 2001, onde houve crescimento na ordem de 37,78%.

Quando se busca identificar a participação relativa dos dois segmentos, ou seja, exportação de frangos inteiros e de cortes elaborados, o Gráfico 04 ajuda a esclarecer algumas questões.

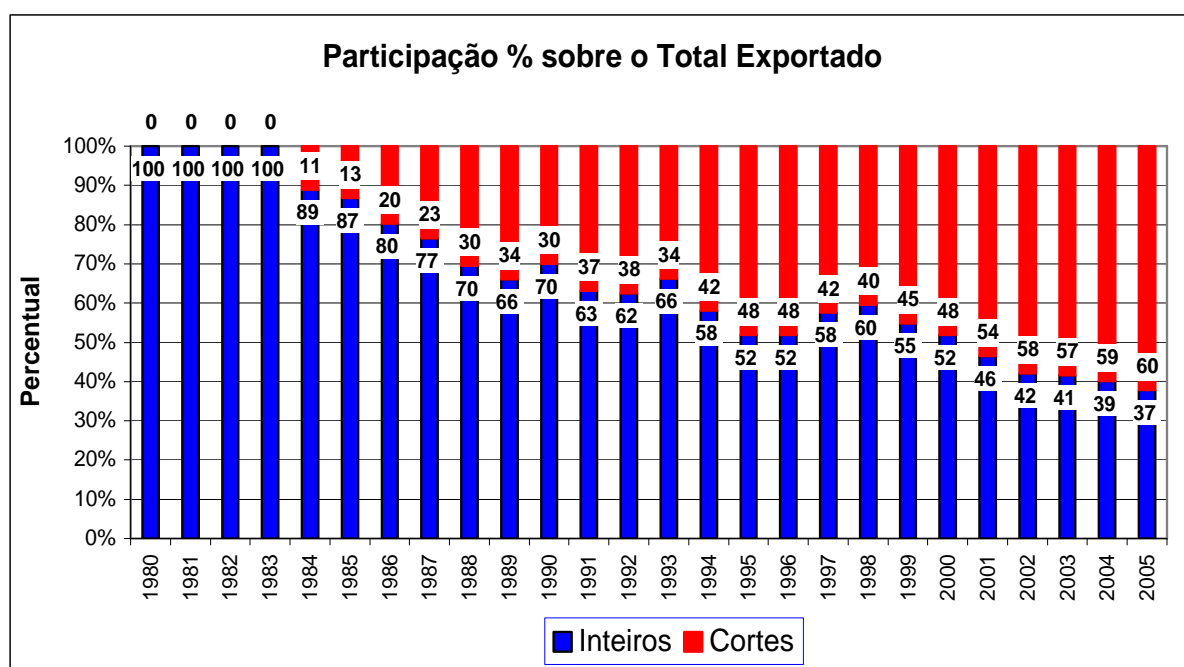


Gráfico 04 - Participação relativa nas exportações brasileiras de carne de frangos: inteiros e corte elaborados, no período de 1980 a 2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 04

Conforme já referido, as exportações de cortes elaborados ganharam força e aumentam sua participação na pauta de exportação, representando, em 2005, 60,35% do total exportado, tornando-se o principal produto deste segmento exportador. O Gráfico 05 mostra o crescimento real das exportações considerando o período proposto, tanto de frangos inteiros ou de cortes. É possível constatar que o crescimento real acumulado foi positivo em praticamente todos os anos. É notável, no entanto, que este crescimento foi menos intenso até o ano de 1998, quando se inicia um período de crescimento mais vigoroso em resposta à desvalorização da moeda brasileira, que proporcionou maior competitividade ao setor, diante dos concorrentes externos. O Gráfico 05 mostra, também, que apesar das diversas

restrições impostas pelos concorrentes internacionais, o segmento de cortes elaborados, é o que apresenta os melhores índices de crescimento.

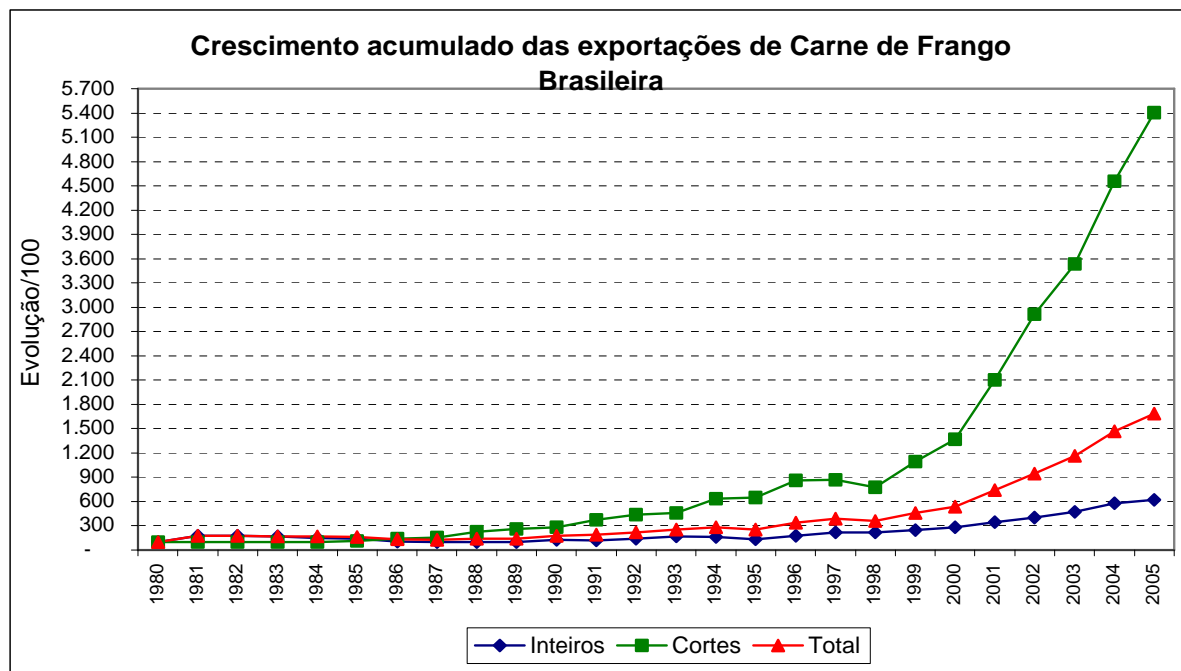


Gráfico 05 – Índice de crescimento das exportações brasileiras de carne de frango: 1985-2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da tabela 04

De modo geral, vale destacar o crescimento das exportações totais ao longo dos 25 anos, o qual atingiu crescimento na ordem de 1.587%, com taxas médias de crescimento de 7,26% ao ano, para o tipo frango inteiro e 19,88% ao ano, para cortes elaborados. Isso garantiu o crescimento médio anual para as exportações totais na ordem de 11,48% (Tabela 04). Talvez nenhum outro segmento do agronegócio brasileiro tenha apresentado tal performance de crescimento em suas exportações.

Além de avaliar o crescimento das exportações, é importante, também, verificar o comportamento do faturamento ao longo dos anos, com intuito de avaliar se as relações de comércio com os outros países está se valorizando ou depreciando. Para esta avaliação, apresenta-se a Tabela 05.

Tabela 05 - Comparativo das exportações brasileiras de carne de frango versus receitas auferidas: 1980-2005

ANO	Quantidades			Receita			Preço Médio (mil US\$/ton)		
	Toneladas	Var.%	Evol./100	Mil US\$	Var.%	Evol./100	US\$	Var.%	Evol/100
1980	168.713	-	100	206.690	-	100	1,225	-	100
1981	293.933	74,22	174	354.291	71,41	171	1,205	-1,61	98
1982	301.793	2,67	179	285.475	-19,42	138	0,946	-21,52	77
1983	289.301	-4,14	171	242.312	-15,12	117	0,838	-11,45	68
1984	287.494	-0,62	170	268.976	11,00	130	0,936	11,70	76
1985	273.010	-5,04	162	238.570	-11,30	115	0,874	-6,60	71
1986	224.652	-17,71	133	220.306	-7,66	107	0,981	12,22	80
1987	215.163	-4,22	128	212.971	-3,33	103	0,990	0,93	81
1988	236.302	9,82	140	224.636	5,48	109	0,951	-3,96	78
1989	243.891	3,21	145	263.065	17,11	127	1,079	13,46	88
1990	299.218	22,69	177	319.765	21,55	155	1,069	-0,92	87
1991	321.700	7,51	191	392.859	22,86	190	1,221	14,27	100
1992	371.719	15,55	220	430.110	9,48	208	1,157	-5,25	94
1993	433.498	16,62	257	478.815	11,32	232	1,105	-4,54	90
1994	481.429	11,06	285	588.407	22,89	285	1,222	10,65	100
1995	428.988	-10,89	254	633.515	7,67	307	1,477	20,83	121
1996	568.795	32,59	337	840.008	32,59	406	1,477	0,00	121
1997	649.357	14,16	385	875.838	4,27	424	1,349	-8,67	110
1998	612.477	-5,68	363	738.925	-15,63	358	1,206	-10,55	98
1999	770.551	25,81	457	875.376	18,47	424	1,136	-5,84	93
2000	906.746	17,68	537	805.738	-7,96	390	0,889	-21,78	73
2001	1.249.288	37,78	740	1.291.658	60,31	625	1,034	16,35	84
2002	1.599.923	28,07	948	1.335.051	3,36	646	0,834	-19,29	68
2003	1.959.773	22,49	1162	1.798.953	34,75	870	0,918	10,01	75
2004	2.469.696	26,02	1464	2.894.883	60,92	1401	1,172	27,69	96
2005	2.845.946	15,23	1687	3.508.548	21,20	1697	1,233	5,18	101
TMC	11,48%			11,51%					

Fonte: ABEF (2006)

Conforme já mencionado, as exportações de carne de frango cresceram significativamente ao longo do período estudado, demonstrando, a priori, que o setor é competitivo, diante dos demais concorrentes internacionais. No que tange às receitas auferidas, observa-se comportamento parecido, ou seja, variações ora positivas ora negativas, mas que tem acompanhado, ao longo do período, crescimento muito próximo das quantidades, acumulando crescimento real na ordem de 1.597%, ao longo do mesmo período.

No que tange aos preços médios, o que se observa é que ao longo da década de 80, estes se depreciam, comparativamente ao ano de 1980, com significativas variações negativas. Os preços médios somente recuperam os patamares de 1980, no ano de 1991 e 1994, quando atingiram US\$1.221,00 e US\$1.222,00 a tonelada, respectivamente. A partir de 1998, fica evidente que os preços auferidos no mercado

internacional se depreciam e só recuperam a média de 1980, no ano de 2005. O Gráfico 06 deixa mais nítida esta observação.

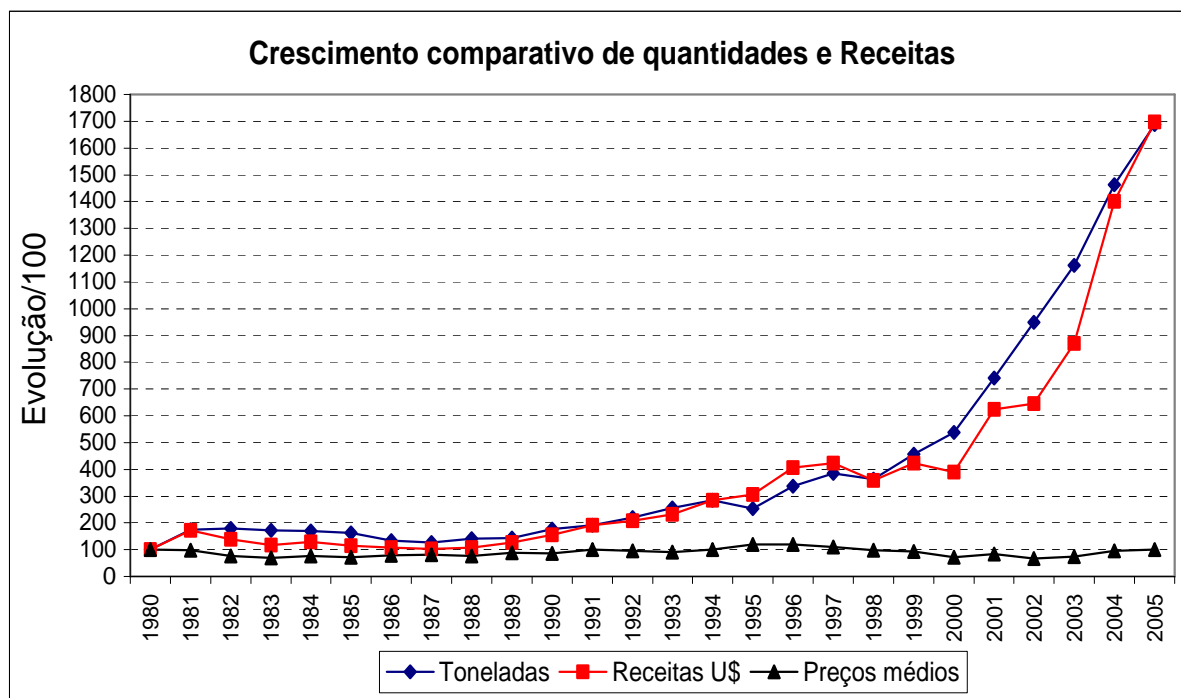


Gráfico 06 – Índice de crescimento das exportações brasileiras de carne de frango *versus* crescimento das receitas:1980-2005

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 05.

O Gráfico 06 apresenta o crescimento real acumulado das quantidades exportadas comparada aos valores monetários auferidos. A relação entre as duas variáveis proporciona, também, os preços médios recebidos pelas referidas exportações. Fica evidente o crescimento das quantidades exportadas de carne de frango e suas respectivas receitas. No entanto, o estímulo ao aumento das quantidades exportadas não advém da melhoria nas relações de comércio com os demais parceiros, visto que os preços médios auferidos se mantêm estáveis e, poucas vezes, superaram aqueles praticados em 1980.

Outro indicador a ser considerado na avaliação das exportações de carne de frango brasileira é a participação das exportações em relação à produção total, buscando identificar se houve incremento no comércio exterior do produto em relação à produção. Os dados são apresentados na Tabela 06.

Tabela 06 - Participação relativa das exportações em relação à produção de carne de frango no Brasil: 1980-2005

ANO	PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO		EXPORT./PROD.	
	Toneladas	Evol./100	Toneladas	Evol./100	(%)	Evol./100
1980	1.200.000	100	168.713	100	14,06	100
1981	1.444.104	120	293.933	174	20,35	145
1982	1.507.533	126	301.793	179	20,02	142
1983	1.489.364	124	289.301	171	19,42	138
1984	1.355.914	113	287.494	170	21,20	151
1985	1.482.507	124	273.010	162	18,42	131
1986	1.617.322	135	224.652	133	13,89	99
1987	1.969.840	164	215.163	128	10,92	78
1988	1.947.197	162	236.302	140	12,14	86
1989	2.082.582	174	243.891	145	11,71	83
1990	2.267.358	189	299.218	177	13,20	94
1991	2.521.911	210	321.700	191	12,76	91
1992	2.726.992	227	371.719	220	13,63	97
1993	3.142.998	262	433.498	257	13,79	98
1994	3.411.026	284	481.429	285	14,11	100
1995	4.050.449	338	428.988	254	10,59	75
1996	4.051.561	338	568.795	337	14,04	100
1997	4.460.924	372	649.357	385	14,56	104
1998	4.874.708	406	612.477	363	12,56	89
1999	5.526.045	461	770.551	457	13,94	99
2000	5.976.523	498	906.746	537	15,17	108
2001	6.735.696	561	1.249.288	740	18,55	132
2002	7.516.923	626	1.599.923	948	21,28	151
2003	7.842.950	654	1.959.773	1.162	24,99	178
2004	8.493.854	708	2.469.696	1.464	29,08	207
2005	9.297.151	775	2.845.946	1.687	30,61	218
TMC	8,19%		11,48%			

Fonte: Elaboração do autor a partir das Tabelas 02 e 04.

Uma primeira constatação é a de que, tanto a produção quanto as exportações brasileiras de carne de frango, cresceram significativamente no período analisado, apesar de suas variações negativas em alguns anos, conforme já fora mencionado anteriormente. Vale destacar que, na primeira metade da década de 80, o setor demonstrou maior capacidade de explorar mercados externos, chegando a exportar cerca de 21,2% do total de carne de frango produzida no Brasil.

A partir da segunda metade da década de 80, as exportações relativas caíram significativamente, estacionando na faixa de 10 a 14% de participação na produção. Somente se observa crescimento relativo expressivo, comparativamente a produção/exportação, no ano de 2000, após a desvalorização da moeda nacional, conforme já mencionado, o que deu maior competitividade aos setores exportadores de modo geral.

Somente nos dois últimos anos, 2004 e 2005, pode-se observar crescimento bastante expressivo nas exportações relativas, quando estas representaram 29,08% e 30,61% respectivamente, elevando a taxa média de crescimento no período na ordem de 11,48%, comparativamente ao crescimento de 8,19% obtido na produção. O Gráfico 07 apresenta estes comportamentos de forma mais nítida.

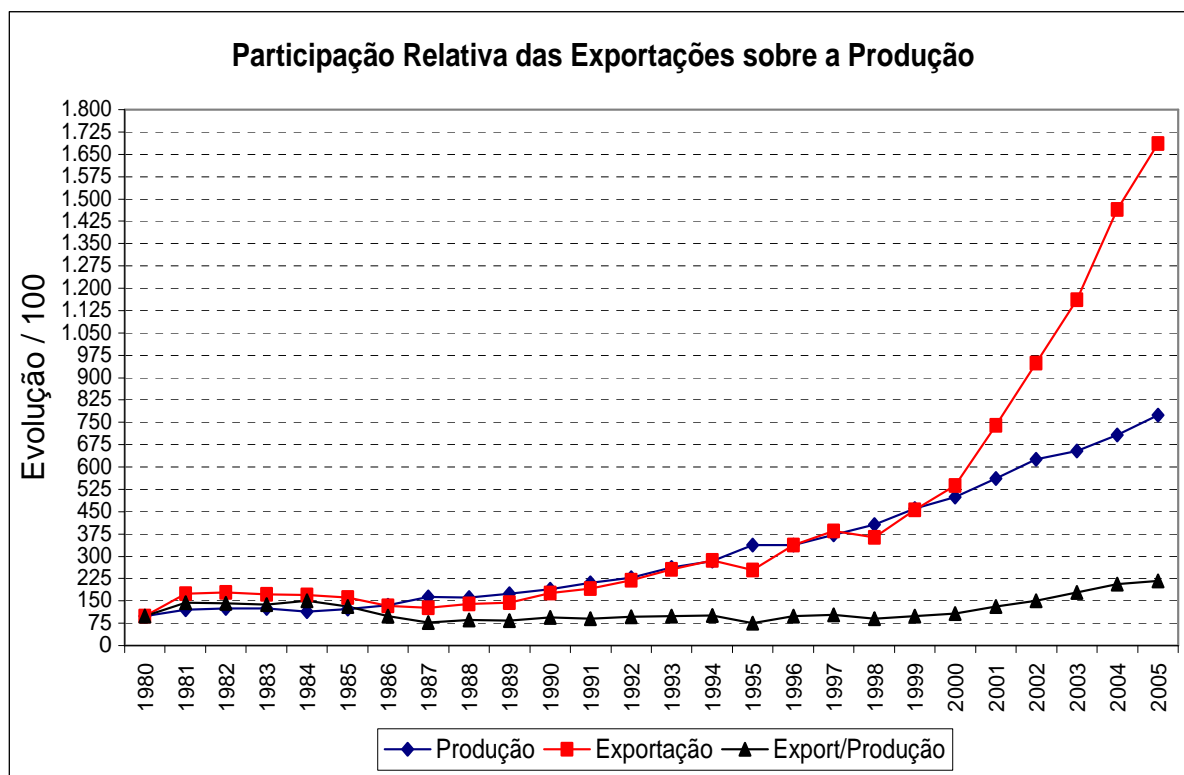


Gráfico 07 - Comportamento relativo das exportações brasileiras de carne de frango em relação a produção: 1980-2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 06.

Observa-se que, no período de 1980 até o final da década de 90, o crescimento, tanto da produção brasileira de carne de frango, quanto de suas exportações, apresentaram tendência de crescimento muito parecida. Contudo, no ano de 2000, as exportações crescem em taxas bem superiores, o que é surpreendente, uma vez que a Tabela 05 demonstra que os preços médios recebidos por tonelada foram, em alguns anos, inferiores aos auferidos em diversos anos da década de 90. Isso poderia ser explicado, em partes, pela falta de mercado consumidor mais efetivo internamente, forçando as empresas a manter suas exportações para não comprometer toda cadeia produtiva.

É importante ressaltar que este crescimento relativo é positivo, por um lado, uma vez que se abrem novas perspectivas para colocação da carne brasileira de frango, mas preocupa por outro, uma vez que o setor se torna mais dependente e vulnerável às oscilações e crises de consumo mundiais, como a provocada atualmente pela gripe aviária.

É importante, também, na busca de avaliar o comportamento do comércio exterior de carne de frango brasileira, identificar os principais destinos deste produto ao longo dos últimos anos. Para isso, a Tabela 07 apresenta números bastante elucidativos.

Tabela 07: Principais destinos da carne de frango brasileira. 1998-2005

Destino	Tipo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
		Toneladas							
Mercosul	Inteiro	55.782	45.475	35.816	18.235	490	5.990	0	0
	Corte	6.582	6.517	5.769	4.567	231	1.926	0	0
	Total	62.364	51.991	41.585	22.803	721	7.917	0	0
U. Européia	Inteiro	6.361	6.980	9.587	13.980	16.955	17.281	18.351	16.599
	Corte	63.561	81.476	122.696	223.613	261.400	268.191	259.656	304.688
	Total	69.922	88.456	132.284	237.593	278.355	285.471	308.584	387.037
Africa	Inteiro	12.177	12.615	23.100	18.742	31.947	33.758	53.657	41.764
	Corte	4.753	9.464	11.980	32.163	44.717	75.440	127.280	149.901
	Total	16.930	22.078	35.080	50.904	76.664	109.198	181.352	191.782
Asia	Inteiro	15.772	19.232	17.293	20.127	18.450	26.200	24.845	25.403
	Corte	151.786	217.975	252.204	276.508	342.194	433.794	604.392	728.083
	Total	167.558	237.207	269.498	296.635	360.643	459.994	632.851	756.950
Or. Médio	Inteiro	227.020	315.390	349.127	442.866	451.531	550.278	644.521	708.510
	Corte	16.401	20.386	20.665	29.873	36.561	43.179	105.206	134.205
	Total	243.421	335.776	369.792	472.739	488.092	593.457	755.490	848.570
Rússia	Inteiro	0	0	0	0	0	0	77.871	82.379
	Corte	0	0	0	0	0	0	113.660	171.499
	Total	0	0	0	0	0	0	192.944	258.187
Am. do Sul	Inteiro	0	0	0	0	0	0	76.846	103.306
	Corte	0	0	0	0	0	0	4.440	9.921
	Total	0	0	0	0	0	0	82.374	114.861
Outros	Inteiro	48.023	22.648	35.554	86.255	20.178	81.007	78.476	66.401
	Corte	4.260	12.394	22.953	102.341	42.892	145.360	235.411	219.306
	Total	52.282	35.042	58.508	188.596	63.071	226.366	316.102	288.559
Total	Inteiro	365.134	422.340	470.478	600.205	539.552	714.514	974.565	1.044.362
	Corte	247.343	348.211	436.268	669.065	727.994	967.890	1.450.046	1.717.604
	Total	612.478	770.552	906.746	1.269.270	1.267.547	1.682.403	2.469.696	2.845.946

Fonte: Elaboração do autor apartir da ABEF

Nota1: Para os anos de 2004 e 2005, os valores totais não representam o somatório das quantidades exportadas em inteiros e cortes, uma vez que os totais contabilizam pequenas parcelas de produtos industrializados que começam a ser exportados.

Nota2: São apresentados dados somente apartir de 1998 por dois motivos. A difícil operacionalização e apresentação; No período anterior, os dados são oriundos de diversas fontes, havendo divergências entre eles.

Nota3: Para o Mercosul são apresentados dados somente até 2003, quando estes são agrupados,aparecendo nas estatísticas da América do Sul. Para a América do Sul e Rússia são apresentados dados somente a partir de 2004, uma vez que anteriormente apresentavam montantes pouco expressivos.

Pode-se constatar, pela Tabela 07, que o mercado internacional de destinos da carne de frango do Brasil apresenta-se bem diversificado. No entanto, destacam-se negativamente as quedas expressivas nos montantes exportados, sejam eles de frangos inteiros ou de cortes elaborados para destinos importantes, como, por exemplo, o Mercosul. Isso se deve, em partes, à forte crise enfrentada pela economia Argentina, no final da década passada e início da presente, a qual diminuiu sensivelmente o poder de compra da população, o que fez refletir no volume de carne de frango importado por esse País.

Outro dado importante a destacar é o efetivo crescimento das exportações para a União Européia, com destaque para os cortes elaborados que cresceram 379% no período de 1998 a 2005. Este comportamento positivo se verifica, também, para a África, para a Ásia, para o Oriente Médio, com crescimentos de 1.033%, 352% e 249% respectivamente, no mesmo período.

Através dessa avaliação, desmitifica-se, também, que o Brasil exporta para a África e outros continentes ou países de menor expressão, somente produtos de baixo valor agregado, neste caso, o frango inteiro. Como exemplo, cita-se o ano de 2005 como referência, das 191.782 toneladas exportadas para aquele continente, 149.901 toneladas foram de corte elaborados. Da mesma forma, a Rússia se apresenta como importante comprador de carne de frango brasileiro, a qual, em apenas dois anos, já atingiu o montante de 258.187 toneladas, sendo a maior parte de frangos em corte, com maior valor agregado.

Outro indicador importante a demonstrar foi o aumento expressivo das exportações para outros países que não estão especificados na Tabela 07. Nota-se que o montante de cortes exportados para esses, representou, no ano de 2005, o montante na ordem de 288.559 toneladas, 452% de crescimento em relação ao ano de 1998. Esta variação, ou diversificação de destinos diminui, em partes, a vulnerabilidade ao setor quando este é afetado por crises internacionais, sejam elas dos tipos comerciais, sanitários, entre outras.

Assim, pode-se afirmar que, tanto a produção quanto o comércio de carne de frango para o exterior, comportou-se de maneira bastante positiva. No capítulo a seguir, avalia-se o comportamento da avicultura de corte em nível mundial, criando assim, referenciais aos quais permite-se comparar com o desempenho da avicultura de corte brasileira.

4 O COMPLEXO AVÍCOLA MUNDIAL

No que tange ao surgimento ou formação do complexo avícola mundial, a literatura dá conta de que este tenha surgido após a Segunda Guerra através da estabulação, da produção e utilização de rações, processo que se deu juntamente com a retomada do crescimento econômico mundial. No Pós-Guerra observa-se o deslocamento do consumo de carnes para o segmento aves, e, com menor intensidade, para suínos. Essa mudança no hábito de consumo dos europeus, de um modo geral, incentivou a utilização de sistemas mais intensivos de produção de carne de aves. Isso gerou, em partes, auto-suficiência do consumo de carne branca na Europa, o que os levou a proteger seus mercados, estimulando, ainda mais a produção interna.

Em razão das disputas comerciais ente os Estados Unidos e a Europa, mudanças puderam ser percebidas, também, em outros segmentos, como, por exemplo, na soja, um dos principais componentes na fabricação de ração. Assim, a partir desta disputa comercial, os grandes frigoríficos que dominavam o mercado em tempos de hegemonia da pecuária extensiva, perdem espaço e são marginalizados, principalmente por grupos que detinham a capacidade de integrar a cadeia de produção grãos-carne, como por exemplo, Cargil e ConAgra.

Diante deste quadro, o complexo agroindustrial avícola logrou maior dinamismo, comparativamente à produção de carne de gado e de suínos. A produção de carne avícola, impulsionado pelo crescimento da demanda, apresentou crescimento médio de 5,6% ao ano, desde meados dos anos 80, graças principalmente, aos avanços tecnológicos agregados ao setor, nas áreas da genética, nutrição e sanidade.

Da mesma forma que o setor nacional, a avicultura de corte mundial caracteriza-se pela sua complexidade, abrangendo diversos elos dentro da cadeia, conforme serão abordados, separadamente a seguir.

4.2.EVOLUÇÃO E CONJUNTURA DA AVICULTURA DE CORTE MUNDIAL

4.2.1 Aspectos relativos a produção avícola de corte mundial

A produção de carne de frango, em nível mundial, é uma atividade bastante antiga. No entanto, é a partir das duas últimas décadas que a atividade se consolida e se dissemina nos mais diversos países. Uma conjunção de fatores ajuda no entendimento desse crescente aumento na produção de carne de frango: em primeiro lugar, nas últimas décadas surgiram tendências mundiais de aumento no consumo de carnes. Isso se deve à relativa melhora da renda nos países em desenvolvimento, ao aumento do grau de urbanização, assim como o crescimento vegetativo das populações. Dessa forma, segundo estimativas, o consumo tenderá a se manter crescente ao longo dos próximos anos, o que traz benefícios diretos, especialmente, aos países em desenvolvimento, já que as projeções indicam que, nestes países, o consumo de carnes tenderá a dobrar entre os anos de 1995 e 2020 (USDA); Em segundo lugar, a busca de novas alternativas de remunerar o capital produtivo e, em terceiro, a carne de frango consegue o rótulo de produto saudável entre parcela significativa dos consumidores, comparativamente aos seus principais substitutos.

Para avaliar o comportamento da produção mundial de carne de frango, entre os principais países produtores, apresenta-se a Tabela 08. A primeira constatação a fazer é o destaque na posição em que se encontra o Brasil no cenário internacional. No início da década de 90, o Brasil detinha a segunda maior produção de carne de frango mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos. No decorrer dos anos, o País perdeu o segundo posto para a China, permanecendo, no entanto, como o terceiro maior produtor. O país acumulou crescimento real na ordem de 265%, entre os anos de 1990 e 2005, passando de uma produção aproximada de 2.356 mil toneladas para 8.620 mil toneladas, com taxa média de crescimento na ordem de 8,44% ao longo dos quinze anos.

Os Estados Unidos, em particular, merecem destaque, pois mantiveram a hegemonia na produção de carne de frango ao longo destes últimos quinze anos. No período de 1990 a 2005, esse País acumulou crescimento na ordem de 89%, com taxas médias de crescimento em torno de 4,06% ao ano. Nesse período, sua produção passou de 8.360 mil toneladas/ano para 15.807 mil toneladas/ano.

Tabela 08 - Produção mundial de carne de frango - países selecionados. 1990-2005.

País	Produção - Mil toneladas												TMC
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
E. Unidos	8.360	11.261	11.850	12.266	12.525	13.367	13.703	14.033	14.467	14.696	15.312	15.807	4,06%
China	1.400	3.700	8.673	7.406	8.120	8.550	9.269	9.278	9.558	9.898	9.700	9.990	13,07%
Brasil	2.356	4.050	4.052	4.461	4.498	5.526	5.980	6.567	7.449	7.645	8.105	8.620	8,44%
U.Européia	4.551	5.280	5.734	6.539	6.789	7.539	7.606	7.883	7.788	7.520	7.695	7.745	3,38%
México	660	1.030	1.478	1.493	1.587	1.784	1.936	2.067	2.157	2.290	2.400	2.520	8,73%
Índia	-	-	665	596	710	820	1.080	1.250	1.400	1.600	1.650	1.800	10,47%
Japão	1.272	1.171	1.130	1.124	1.097	1.078	1.091	1.074	1.107	1.127	1.130	1.135	-0,71%
Argentina	305	690	670	770	850	885	870	870	640	750	900	990	7,64%
Tailândia	575	780	840	900	930	980	1.070	1.230	1.275	1.340	920	950	3,19%
Canadá	572	695	721	750	798	847	877	927	932	929	920	938	3,14%
Malásia	-	-	637	649	660	684	786	813	784	835	850	910	3,63%
Af. do sul	770	927	677	680	667	681	707	730	760	808	805	810	0,32%
Rússia	984	340	290	200	280	350	380	430	500	560	625	705	-2,06%
Austrália	377	450	453	480	527	550	573	568	629	646	650	682	3,77%
Filipinas	-	-	464	496	491	500	520	582	625	635	660	679	3,88%
Indonésia	-	-	605	515	285	355	458	522	632	735	627	675	1,10%
Taiwan	-	-	545	613	609	615	631	622	612	597	586	580	0,62%
T17	22.182	30.374	39.484	39.938	41.423	45.111	47.537	49.446	51.315	52.611	53.535	55.536	5,90%
Outros	2.245	1.835	3.108	3.278	3.480	2.793	2.937	2.794	2.750	1.643	1.698	1.806	-1,35%
Total	24.427	32.209	42.592	43.216	44.903	47.904	50.474	52.240	54.065	54.254	55.233	57.342	5,48%

Fonte: 1990 a 1995: ANUALPEC 1997. 1996 a 2005: ANUALPEC 2005 e ABEF.

Nota: São apresentados, na tabela acima, os principais países produtores a partir do ranking de 2005.

São apresentados dados a partir do ano de 1990, pois em períodos anteriores, existem disparidades estatísticas entre as diversas fontes consultadas.

A China, atualmente detentora da segunda maior produção de carne de frango mundial, apresentou desempenho espetacular nestes últimos quinze anos. Passou de uma produção de 1.400 mil toneladas no ano de 1990 para a marca de 9.990 mil toneladas no ano de 2005, o que representa crescimento real na ordem de 613%. Outro indicador expressivo da avicultura de corte Chinesa foi sua taxa média de crescimento anual na ordem de 13,07% ao ano, a maior entre todos os produtores mundiais.

No cenário da avicultura mundial merecem destaque, ainda, dentro do período observado, México, União Européia, Índia, Argentina, entre outros. Entre os destaques negativos, identifica-se o desempenho real negativo por parte da Rússia e Japão, com taxas médias de crescimento na ordem de -2,06% e -0,71%, respectivamente.

Ao avaliar a evolução da produção de carne de frango mundial, entre os principais países, conforme Tabela 08, torna-se interessante a comparação das

taxas médias de crescimento individual, relativamente ao crescimento real agregado mundial. Nesse sentido, merece destaque o comportamento da produção brasileira, com taxa média de crescimento acima da média mundial, 8,44% e 5,48%, respectivamente. Nessa mesma análise destaca-se, mais uma vez a China a Índia, o México e Argentina que também mantiveram crescimentos acima da média mundial.

Na busca de identificar elementos que demonstrem ou comprovem o dinamismo do setor, analisa-se o crescimento acumulado desses principais produtores. Nesse sentido, apresenta-se o Gráfico 08, o qual permite comparar os desempenhos acumulados dos cinco principais produtores.

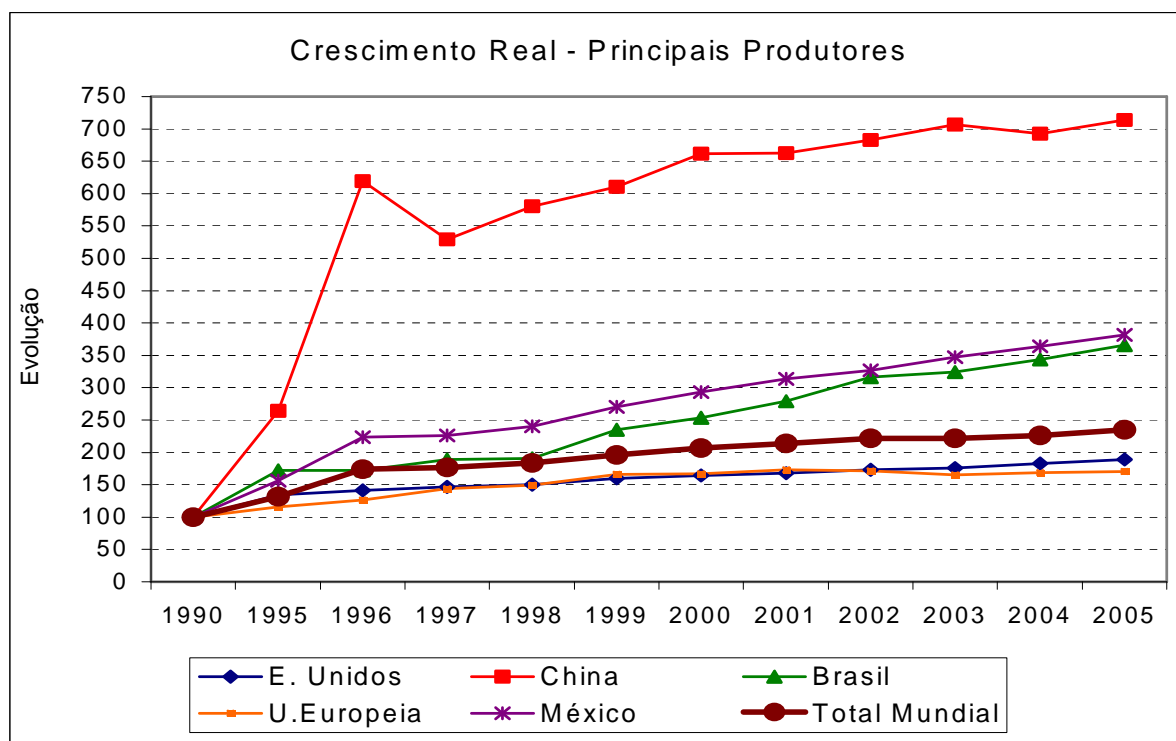


Gráfico 08 – Índice de crescimento da produção avícola de corte mundial - cinco principais produtores. 1990-2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 08.

Ressalta-se, através do Gráfico 08, o crescimento positivo e expressivo do setor de carne de frango, em nível mundial. É interessante destacar, ainda, o comportamento diferente entre os principais produtores, ou seja, enquanto o Brasil a China e o México mantiveram crescimentos acima do crescimento mundial, Estados Unidos e União Europeia apresentaram comportamento inverso. Isso pode ser um claro indicativo de que esteja ocorrendo tendência de alternância de posição dos

países desenvolvidos, em detrimento dos países em desenvolvimento, no que tange à produção de carne de frangos. Nesse contexto merece destaque, conforme já referido, o significativo crescimento real da produção chinesa.

Merece ressaltar, ainda, o crescimento sustentado apresentado pelo setor mundial no seu agregado. Outro elemento importante de análise, na busca de identificar a posição da avicultura brasileira no cenário internacional, além dos outros produtores, é avaliar sua participação relativa ao longo do tempo. Nesse sentido, apresenta-se o Gráfico 09.

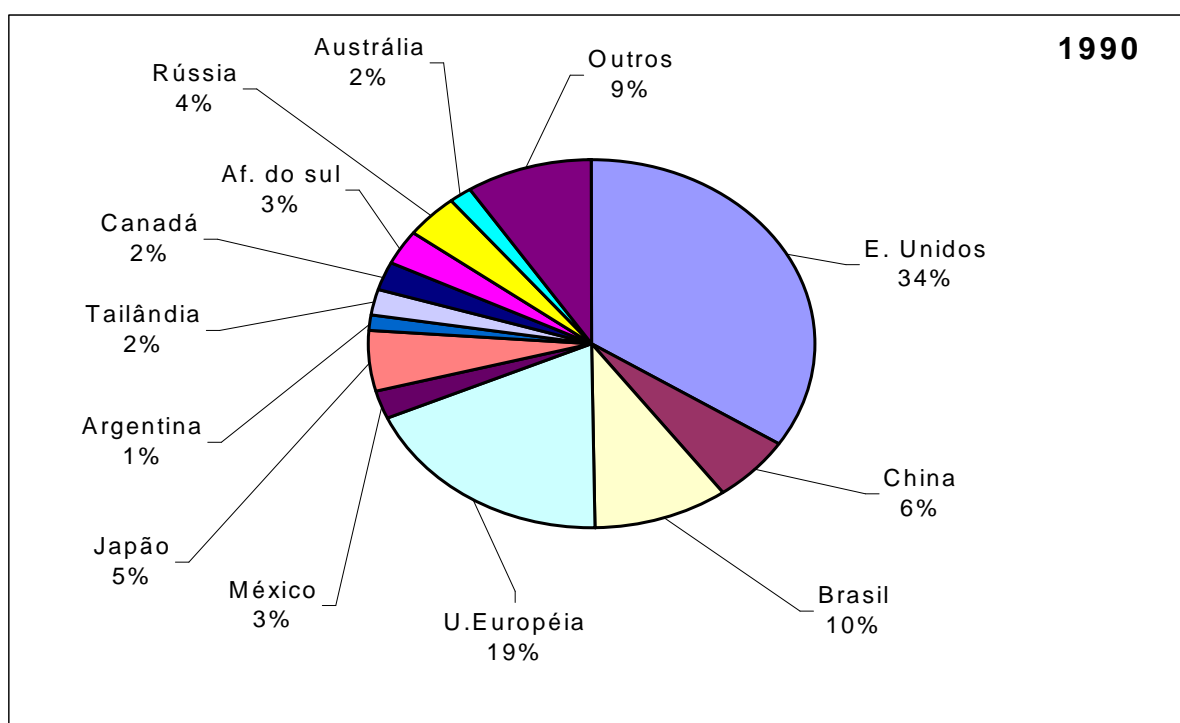


Gráfico 09 - Participação relativa na produção mundial de carne de frango - principais produtores, no ano de 1990.

Fonte: elaboração do autor a partir da Tabela 08.

Corroborando ao que já fora mencionado sobre a produção de carne de frango no mundo, o Gráfico 09 apresenta a participação relativa dos principais países produtores. Observa-se que, no ano de 1990, a produção encontrava-se bastante concentrada, ou seja, 91% do total da produção era oriunda de 17 países. Além disso, os quatro maiores produtores mundiais, Estados Unidos, União Européia, Brasil, e China responderam por cerca de 70% do mercado.

Comparativamente, o Gráfico 10 apresenta a participação relativa dos principais países produtores no ano de 2005.

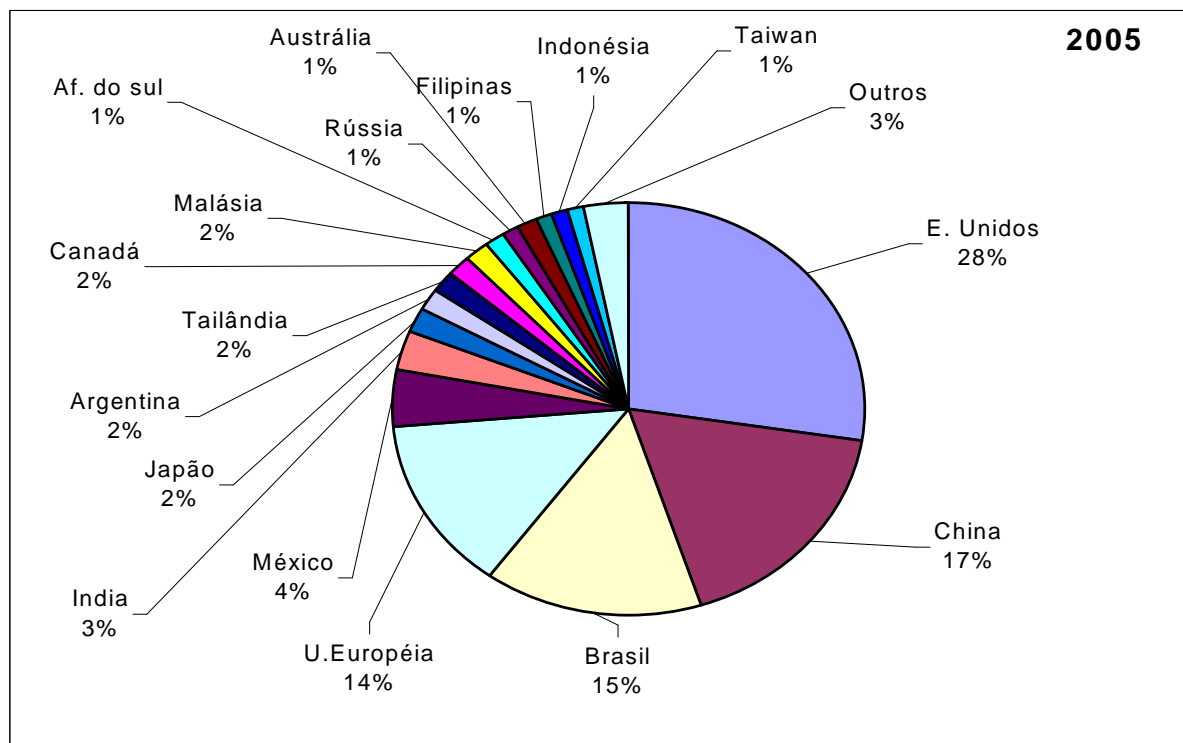


Gráfico 10 - Participação relativa na produção mundial de carne de frango - principais produtores no ano de 2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 08.

Comparativamente ao ano de 1990, observa-se aumento da participação brasileira na produção de carne de frango em relação à produção mundial. A participação relativa passou de 10% em 1990 para 15% em 2005.

Constata-se, novamente, grande concentração da produção mundial, com relativo aumento, comparativamente aos anos anteriores. No ano de 2005, os dezessete principais produtores foram responsáveis por 97% da produção mundial, contra 90% de 1990. Destaca-se, também, o aumento expressivo da participação relativa da China, passando de 6% em 1990, para 17% em 2005. Ao contrário de Brasil e China, a União Européia e Estados Unidos reduziram sua participação relativa na produção mundial de carne de frango.

Esse foi, de modo geral, o comportamento mundial da produção de carne de frango nos últimos quinze anos. Analisa-se, a seguir, o comportamento das

exportações e importações do setor, em nível mundial, com suas particularidades, a partir de 1990.

4.2.2 As exportações mundiais de carne de frango.

Ao longo dos últimos anos, o caminho das exportações tem sido determinante para o aumento da produção de diversos bens em vários países. Exemplo disso verifica-se no segmento de carne de frango de corte, como forma de atender as demandas crescentes em diversos mercados mundiais.

Nessa perspectiva de análise, a Tabela 09 apresenta a evolução das exportações mundiais de carne de frango entre os principais países, a partir de 1990.

Tabela 09 - Exportações mundiais de carne de frango – principais países. 1990-2005.

País	Exportações - Mil toneladas												TMC
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	
Brasil	300	424	560	619	584	735	870	1.226	1.577	1.903	2.255	2.480	14,11%
% / Total	14%	10%	12%	15%	14%	16%	18%	22%	27%	31%	39%	40%	
E. Unidos	512	1.766	2.005	1.998	1.978	2.080	2.231	2.520	2.180	2.232	1.976	2.087	9,18%
U.Européia	849	745	788	729	802	865	849	764	877	793	805	775	-0,57%
Tailândia	139	173	171	195	274	285	328	425	462	527	255	300	4,93%
China	86	350	318	331	323	375	464	489	438	388	250	300	8,12%
Argentina	4	8	3	7	6	6	11	13	23	39	75	90	21,48%
Canadá	1	39	41	39	50	45	54	69	84	76	70	75	30,98%
Em Arabes	0	0	19	18	23	19	20	20	37	40	40	42	8,26%
Ar.Saudita	2	17	18	24	21	16	16	20	20	25	25	25	17,10%
Austrália	2	10	5	4	11	11	13	19	15	15	16	15	13,42%
Subtotal	1.895	3.532	3.928	3.964	4.072	4.437	4.856	5.565	5.713	6.038	5.767	6.189	7,68%
Outros	283	510	859	97	123	42	33	29	34	33	30	35	-12,25%
Total	2.178	4.042	4.787	4.061	4.195	4.479	4.889	5.594	5.747	6.071	5.797	6.224	6,78%

* Preliminar

Fonte: de 1990 a 1995: ANUALPEC 1997. De 1996 a 2005: ANUALPEC 2005 e ABEF.

A primeira observação pertinente, em relação aos dados da Tabela 09, é a posição de destaque que o Brasil tem ocupado no cenário internacional de exportação de carne de frango nos últimos quinze anos. No ano de 1990, o país detinha o posto de terceiro maior exportador, perdendo tão somente para os Estados Unidos e União Européia. A partir desse ano, o Brasil aumentou sua participação, com exceção dos anos de 1995 e 1996, quando o mercado interno estava aquecido e parte da produção foi direcionada ao consumo interno em detrimento das exportações. No ano de 2005, o Brasil atingiu o posto de maior exportador,

responsável por cerca de 40% de todas as exportações mundiais deste produto. Ao longo dos quinze anos, o Brasil acumulou crescimento de 726%, com taxa média de crescimento anual na ordem de 14,11%.

Vale destacar, também, a boa performance dos Estados Unidos, que acumulou crescimento real em suas exportações de carne de frango na ordem de 307%, no mesmo período, com taxa média de crescimento anual na ordem de 9,18%. Como ponto negativo, destaca-se a perda de importância das exportações oriundas da União Européia, acumulando crescimento médio negativo na ordem de -0,57% entre os anos de 1990 e 2005.

O Gráfico 11 apresenta o comparativo de crescimento real acumulado das exportações de carne de frango entre os cinco principais exportadores, e comparativamente ao crescimento mundial.

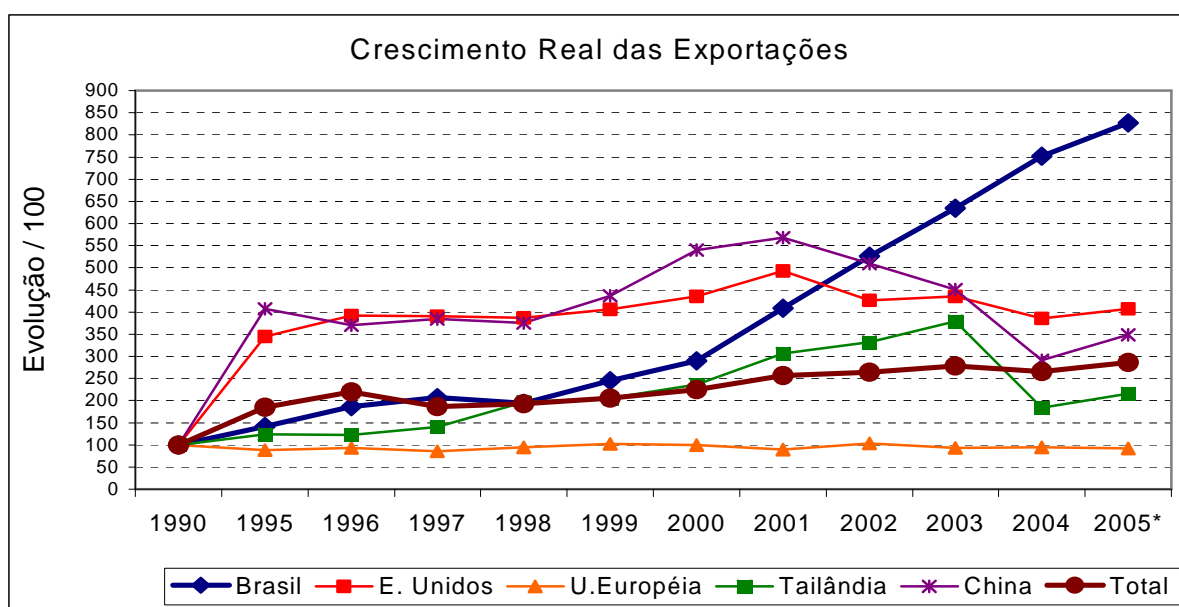


Gráfico 11 – Índice de crescimento das exportações de carne de frango – principais países. 1990-2005

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 09

Como argumentado anteriormente as exportações mundiais de carne de frango cresceram substancialmente nos últimos anos. Esse comportamento é perfeitamente compreensível, já que a produção se concentra em número reduzido de países (Tabela 08). Percebe-se, ainda, pelo Gráfico 11, que até os anos de 1998 e 1999, o crescimento das exportações brasileiras acompanhava o crescimento

mundial. Com o ajuste cambial interno, em 1999, as exportações brasileiras ganharam competitividade, passando a apresentar tendência de alta, até o ano de 2005, indicando que as exportações brasileiras de carne de frango é elástica, isto é, capaz de responder rapidamente aos estímulos gerados pelo aumento de competitividade.

Os demais países relacionados apresentam crescimentos variados. Destaca-se o crescimento dos Estados Unidos, até o ano de 2000, acima dos níveis mundiais. Pelo lado negativo, destaca-se a União Européia, que apesar de possuir importância no cenário avícola mundial acumulou desempenho real negativo nas exportações entre os anos de 1990 a 2005.

Os Gráficos 12 e 13 apresentam a participação relativa dos principais exportadores de carne de frango, como forma de demonstrar, entre outras questões, o grau de concentração das exportações deste produto.

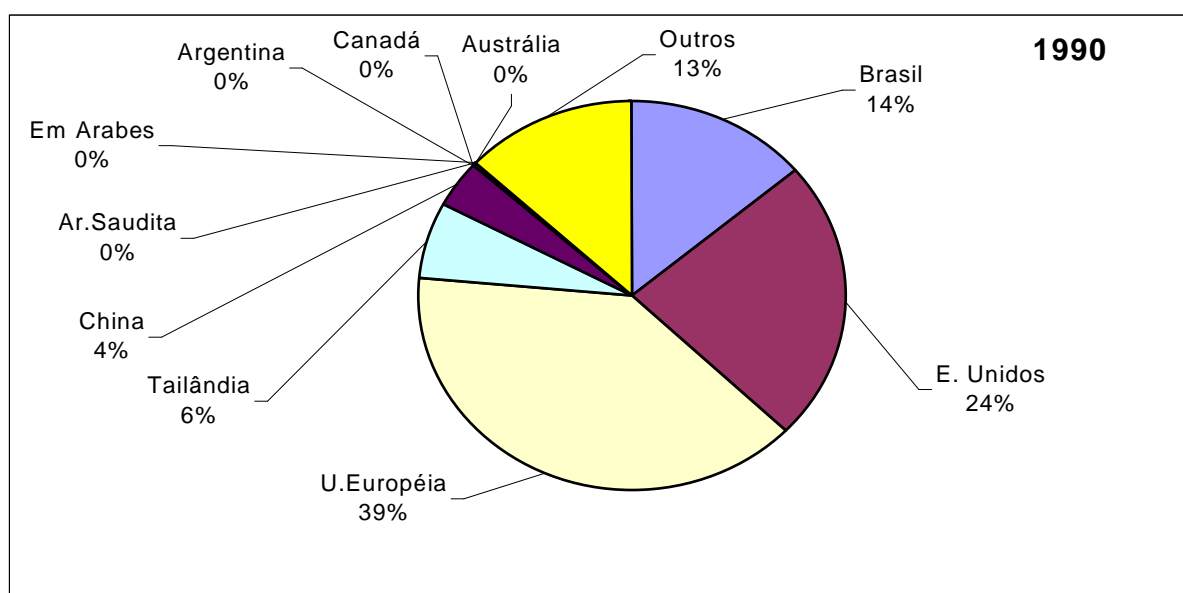


Gráfico 12 - Participação relativa nas exportações mundiais de carne de frango - principais países. 1990.

Fonte: elaboração do autor a partir da Tabela 09

Conforme se observa, no Gráfico 12, no ano de 1990 ocorre forte concentração das exportações mundiais de carne de frango. Os três principais exportadores, a saber, União Européia, Estados Unidos e Brasil, foram responsáveis por cerca de 77% das exportações mundiais, com destaque individual para a União

Européia que exportou cerca de 39% do total. O Brasil respondeu por aproximadamente 14% do volume total exportado naquele ano.

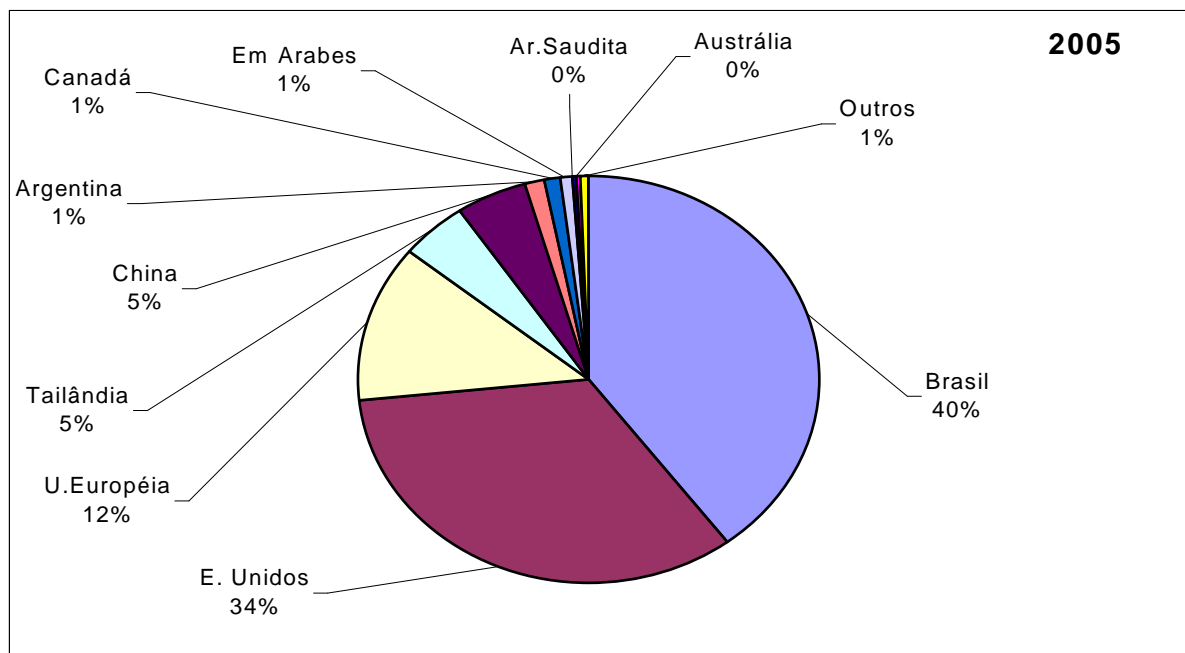


Gráfico 13 - Participação relativa nas exportações de carne de frango - principais países. 2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 09

Através do Gráfico 13, comparativamente ao Gráfico 12, percebe-se que quinze anos mais tarde as exportações continuam concentradas, e até se intensificaram, entre União Européia, Estados Unidos e Brasil, responsáveis por 86% do total exportado. Destaca-se, ainda, o aumento da participação da China e Tailândia que atingiram participação de cerca de 5% sobre o total exportado.

Positivamente, destaca-se o Brasil que passou de uma participação de 14% em 1990, para 40% no ano de 2005, demonstrando, claramente, sua capacidade de responder às demandas de consumo que foram surgindo ao longo dos anos. A União Européia seguiu sentido inverso e fechou 2005, com participação de cerca de 12% do total exportado contra 39% observados no ano de 1990. Os Estados Unidos também aumentaram sua participação no mercado mundial, na ordem de 10%, passando de 24% em 1990 para 34% em 2005.

De modo geral os Gráficos 12 e 13 demonstram que foi mantida a concentração das origens das exportações e inversão das posições entre Brasil e União Européia.

Para dar sustentabilidade à produção e exportação de carne de frango, conforme referido acima, é necessário que as importações dos diversos países consumidores também respondam de forma positiva. As questões referentes ao comportamento das importações mundiais de carne de frango são tratadas no item a seguir.

3.2.3 Importações mundiais de carne de frango.

Países que não são competitivos ou não dispõem de capacidade interna de produção, mas que possuem necessidades e potencial para consumo, abastecem seus mercados a partir das importações. Este é o caso das importações de carne de frango, conforme apresenta a Tabela 10.

Tabela 10 - Importações mundiais de carne de frango em países selecionados. 1990-2005

País	Importações - Mil toneladas												TMC
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	
Rússia	175	800	1.088	1.266	1.020	930	943	1.281	1.208	1.081	930	870	10,54%
Japão	291	536	613	575	590	667	721	710	744	695	500	530	3,82%
Ar Saudita	209	289	287	297	287	364	348	399	380	430	435	443	4,80%
México	39	94	142	166	186	193	227	244	267	337	356	364	14,98%
U Européia	558	107	132	171	167	180	177	190	197	337	305	300	-3,80%
China	65	590	633	364	397	555	588	448	436	453	220	300	10,03%
Em Arabes	-	-	97	104	122	117	11	123	136	168	180	182	6,49%
Hong Kong	208	647	231	168	188	275	168	183	164	154	200	160	-1,63%
Ucrânia	-	-	95	57	50	87	25	64	61	88	130	150	4,67%
Canadá	49	73	49	52	56	63	70	74	80	81	130	115	5,48%
T10	1.594	3.136	3.367	3.220	3.063	3.431	3.278	3.716	3.673	3.824	3.386	3.414	4,87%
Outros	59	185	1.021	372	393	405	536	383	399	474	407	394	12,60%
Total	1.653	3.321	4.388	3.592	3.456	3.836	3.814	4.099	4.072	4.298	3.793	3.808	5,35%

* * Resultado Preliminar

Fonte: Até 1995: ANUALPEC 1997. Apartir de 1996: ANUALPEC 2005.

A primeira constatação importante em relação ao conjunto de dados da Tabela 10, é a identificação da grande concentração das importações mundiais de carne de frango, ou seja, os dez principais importadores são responsáveis por quase 100% do total importado. Em 1990, destacam-se a Rússia, Japão, Arábia Saudita,

União Européia e Hong kong, que juntos foram responsáveis por 87% das importações mundiais daquele produto.

Convém, também, avaliar o desempenho real acumulado das importações mundiais, contemplando todo o período proposto. Nesse sentido, apresenta-se o Gráfico 14 que, juntamente a Tabela 10, permite fazer algumas observações.

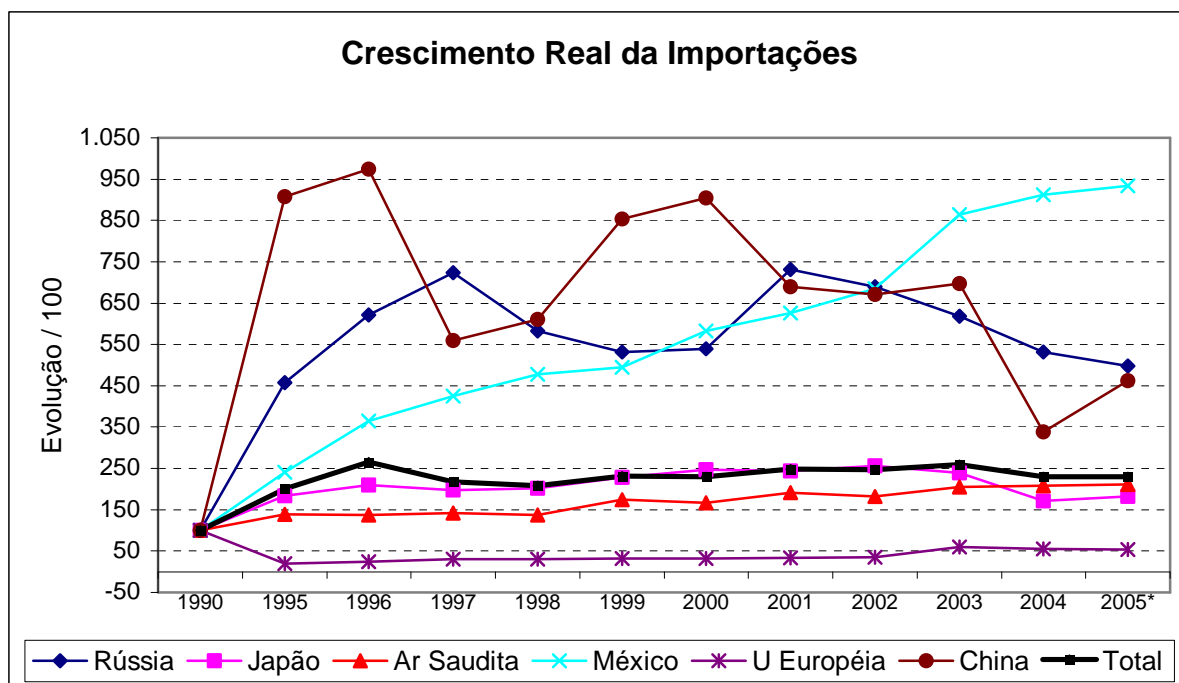


Gráfico14 – Índice de crescimento das importações mundiais de carne de frango – principais países. 1990-2005

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 10.

Reitera-se, também, o crescimento das importações mundiais de carne de frango, de forma consistente, com acúmulo de 130% no período de 1990 a 2005 e taxa média de crescimento médio anual na ordem de 5,35% (Tabela 10). Destaca-se o crescimento expressivo apresentado no período de 1990 a 1996. Nota-se, ainda, que Japão e Arábia Saudita apresentaram crescimentos que se mantiveram próximos ao mundial. A União Européia, por sua vez, obteve crescimento negativo, na ordem de 46%, conforme já fora mencionado.

Entre os países importadores, a Rússia foi o que apresentou uma das maiores taxas médias de crescimento das importações, cerca de 10,54% ao ano, no decorrer do período analisado. Com esta performance, esse país atingiu montantes

que ultrapassaram um milhão de toneladas, em diversos anos, no intervalo de 1990 a 2005, obtendo o posto de principal importador de carne de frango.

Vale destacar, ainda, a boa performance apresentada pelo México, país quase inexpressivo no cenário internacional, no ano de 1990. Suas importações cresceram em níveis expressivos, cerca de 14,98% ao ano, o que garantiu o posto do quarto maior importador de carne de frango no ano de 2005. Neste mesmo sentido, destaca-se o crescimento expressivo das importações chinesas, na ordem de 10,03% (Tabela 10).

Como aspecto negativo, tem-se o recuo significativo das importações da União Européia, acumulando taxa média de crescimento de $-3,80\%$ no decorrer do período. Passou do posto de maior importador em 1990 para a quinta posição em 2005

Os Gráficos 15 e 16 apresentam os principais países importadores de carne de frango, nos anos de 1990 e 2005, comparativamente. O objetivo principal é demonstrar o comportamento e o grau de concentração das importações deste produto.

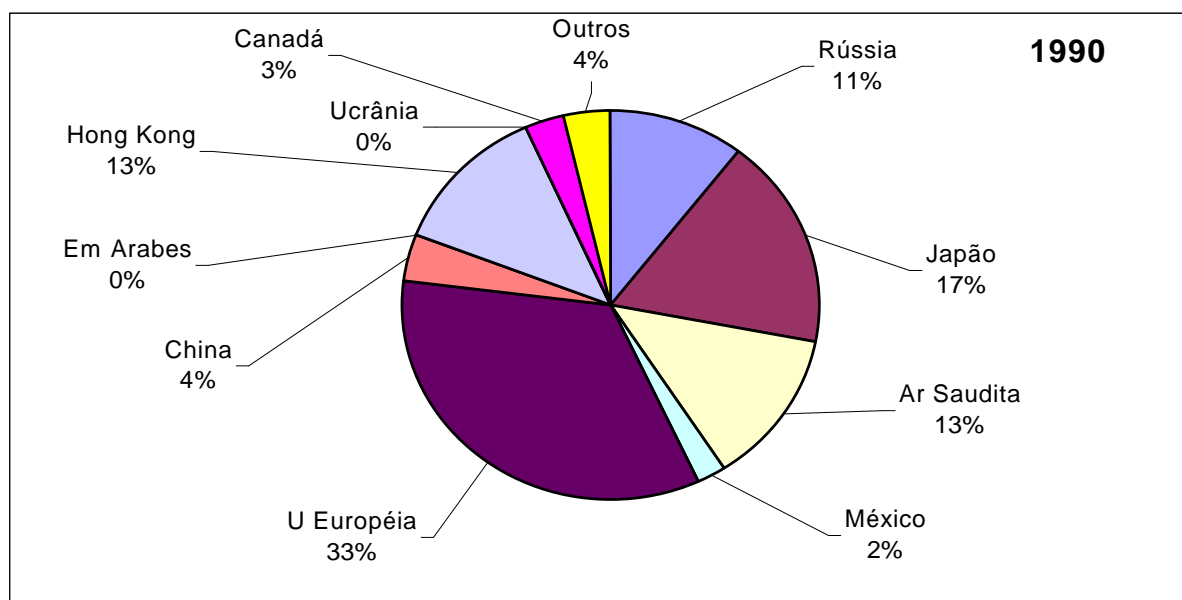


Gráfico 15 - Participação relativa dos principais importadores mundiais de carne de frango - 1990.

Fonte: Elaboração do autor, a partir da Tabela 10.

Reiterando mais uma vez a importância dos principais países importadores de carne de frango, observa-se, pelo Gráfico 15, que União Européia, Japão, Arábia

Saudita, Rússia e Hong Kong eram os maiores importadores mundiais. Mais especificamente, a União Européia liderava o ranking com participação de 33% do total importado, acompanhado por Japão, Arábia Saudita, Rússia e Hong Kong com participações de 17%, 13%, 11% e 13%, respectivamente.

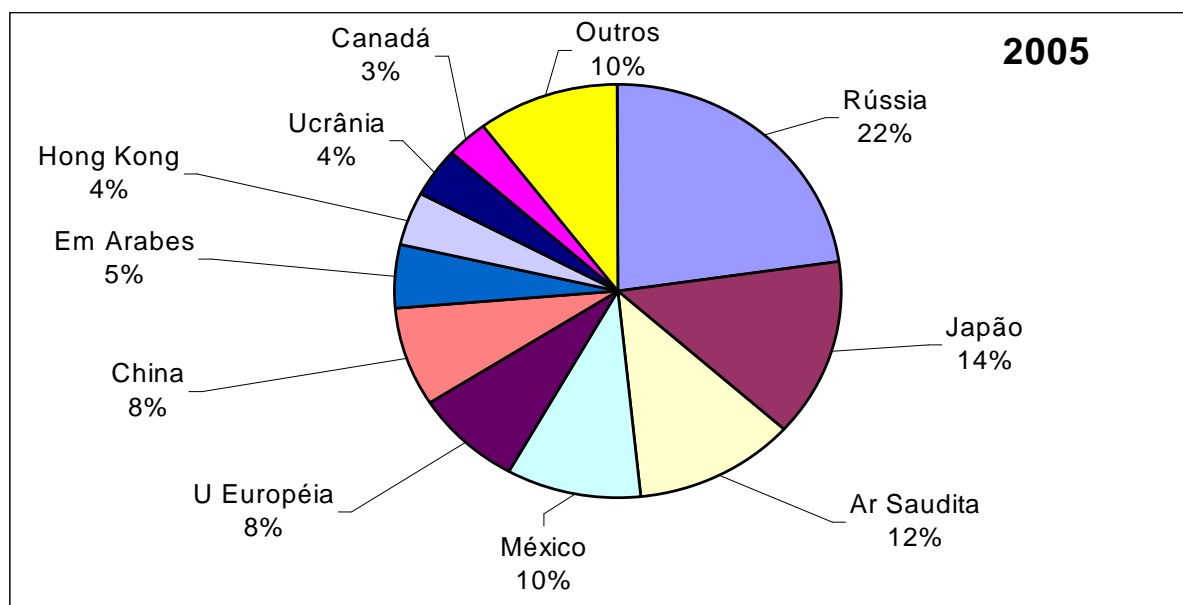


Gráfico 16 - Participação relativa dos principais importadores mundiais de carne de frango – 2005.

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 10.

Pelo Gráfico 16 percebe-se que, no ano de 2005, a situação não é muito diferente daquela de 1990, ou seja, mantêm-se a concentração das importações, uma vez que os dez maiores importadores foram responsáveis por 90% das importações totais, liderados por Rússia, seguidos por Japão, Arábia Saudita, México e União Européia, com participação individual de 22%, 14%, 12%, 10% e 8%, respectivamente.

Este é, portanto, em linhas gerais, o panorama e comportamento do comércio exterior de carne de frango no período de 1990 a 2005, com seus principais exportadores e importadores. Avalia-se, a seguir o comportamento dos indicadores de consumo.

3.2.4 O comportamento do consumo mundial de carne de frangos

Com o aumento significativo da produção mundial de carne de frango, conforme visto em capítulo anterior, torna-se importante a identificação das particularidades inerentes ao consumo, na busca da melhor compreensão do desenvolvimento do setor na extensão de toda sua cadeia. Neste sentido, a Tabela 11 apresenta os indicadores de consumo dos principais países consumidores desta carne a partir do ano de 1990.

Tabela 11 - Consumo per capita de carne de frango: principais países. 1990-2005.

País	Consumo Per capita												TMC
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	
Est Unidos	31,30	36,30	36,40	37,70	38,00	40,30	40,60	40,60	42,60	43,20	45,40	46,50	2,50%
Malásia	-	-	31,80	32,00	31,90	33,00	37,30	38,10	36,20	37,60	37,50	39,30	2,14%
Ar. Saudita	27,20	31,60	28,90	32,80	32,10	31,90	35,20	37,10	35,50	34,70	34,50	34,60	1,52%
Brasil	13,50	22,80	22,20	24,00	24,00	28,80	30,10	30,90	33,40	32,10	32,20	33,30	5,81%
Austrália	22,00	24,60	24,40	25,60	27,50	28,40	29,20	28,40	31,40	30,60	31,70	33,20	2,61%
Canadá	23,00	26,10	24,10	25,10	26,10	28,10	28,60	29,30	29,10	29,20	30,10	29,90	1,65%
México	7,90	16,60	17,10	17,30	18,20	20,00	21,60	22,80	23,70	25,30	26,20	27,10	8,01%
Argentina	9,40	20,80	19,40	22,60	24,80	25,10	24,00	23,20	16,10	18,60	21,10	22,90	5,72%
Africa Sul	12,50	16,30	16,80	17,70	16,60	17,10	17,50	17,70	18,30	20,90	20,20	19,40	2,79%
U Européia	-	-	13,90	16,00	16,40	15,20	15,30	16,10	15,60	15,50	15,80	15,90	1,35%
Japão	12,60	13,40	13,80	13,60	13,40	13,80	14,00	14,20	14,40	14,50	12,90	13,00	0,20%
Rússia	8,50	7,70	9,20	9,90	8,80	8,70	9,00	10,90	11,70	11,60	11,00	11,10	1,68%
Tailândia	-	-	11,20	11,70	10,80	11,30	11,90	12,80	12,80	12,70	8,40	10,20	-0,93%
Filipinas	-	-	6,30	6,60	6,40	6,60	6,70	7,30	7,70	7,70	7,80	7,90	2,29%
China	1,50	4,20	7,30	6,00	6,60	6,90	7,40	7,20	7,40	7,70	7,40	7,60	10,67%

Fonte: Até 1995 : ANUALPEC 1997. Após 1996: ANUALPEC 2005

Nota: Os dados estão organizados respeitando o ranking dos maiores consumidores per capita no ano de 2005. Optou-se em apresentar o consumo per capita e não o consumo total em quantidades, uma vez que as quantidades totais consumidas aproximam-se dos totais produzidos.

Observa-se que a maioria dos países, citados na Tabela 11, apresentam crescimento positivo no consumo per capita de carne de frango. Os Estados Unidos têm sido o grande consumidor, com posição de destaque em todo período analisado, iniciando a série com consumo per capita na ordem de 31,3kg e fechando a mesma com 46,5kg por habitante. Este aumento representou crescimento médio anual na ordem de 2,50%. Na seqüência, conforme ranking de 2005 dos maiores consumidores per capita, aparecem a Malásia e Arábia Saudita, com crescimentos médios na ordem de 2,14% e 1,52% respectivamente.

O Brasil, por sua vez, também manteve posição privilegiada no cenário mundial, no que tange ao consumo médio, ocupando o posto de quarto maior consumo per capita no ano de 2005. No período de 1990 a 2005, o Brasil apresentou taxa média de crescimento na ordem de 5,81%, o terceiro maior crescimento médio entre os países avaliados.

Outros países que merecem destaque, conforme mostra a Tabela 11, são a China, México e Argentina. No caso da China, a taxa média de crescimento do consumo foi de 10,67% ao ano, apesar do consumo per capita relativamente baixo quando comparado aos outros países, como Estados Unidos, Malásia, Arábia Saudita, Brasil, entre outros. Destacam-se, ainda, os bons índices de crescimento de México e Argentina, de 8,01% e 5,72%, respectivamente. Como ponto negativo, destaca-se o baixo crescimento do consumo per capita de Japão, Rússia e o desempenho negativo de Tailândia, 0,20%, 1,68 e -0,93% respectivamente.

De modo geral, observa-se que o consumo per capita, entre os principais consumidores de carne de frango mundiais, tem se comportado de forma positiva, de modo a impulsionar, ou de manter os bons índices de crescimento obtidos pela avicultura de corte ao longo dos últimos anos. A continuidade desses bons indicadores, relativos à produção, consumo, exportação e importação depende de alguns condicionantes internacionais, conforme é tratado no capítulo a seguir.

5 ALGUNS CONDICIONANTES E DETERMINANTES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O livre comércio entre países ainda não é uma realidade, uma vez que as práticas de comércio entre países são condicionadas por uma diversidade de questões complexas, que dificultam a livre circulação das mercadorias pelo mundo. Nesse sentido, este capítulo faz uma breve discussão acerca das principais teorias do comércio internacional, assim como das principais formas possíveis de proteger mercados locais da concorrência dos demais produtores mundiais.

5.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As questões teóricas a respeito dos benefícios do comércio internacional surgem a partir dos economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, na formulação da teoria das vantagens absolutas e vantagens comparativas, respectivamente. Segundo Adam Smith, em sua teoria das vantagens absolutas, o comércio internacional pode trazer benefícios para ambas as partes envolvidas, sugerindo, assim, que os países deveriam especializar-se na produção e comercialização daqueles bens nos quais consigam “vantagens absolutas” em relação aos demais produtores e concorrentes no âmbito mundial. Assim, um país possui vantagem absoluta quando produz um determinado bem a custos inferiores, comparativamente, medidos em termos de unidades de mão-de-obra, em relação aos demais países (KRUGMAN 2005). Portanto, a teoria sugere que cada país se especialize na produção daqueles bens nos quais possui vantagem absoluta e troquem seus excedentes através do comércio internacional. Desta forma, ambos poderiam disponibilizar maiores quantidades de bens a seus consumidores, aumentando seu consumo e, conseqüentemente, o bem estar.

David Ricardo criticou a teoria das vantagens absolutas proposta por Smith, ao argumentar que, se um determinado País, em função da sua disponibilidade de fatores, possuísse vantagem absoluta em todos os bens não haveria comércio internacional. Ricardo mostrou, no entanto, que para justificar o comércio entre eles, bastaria tão somente que um País possuísse vantagens comparativas.

A teoria das vantagens comparativas esclarece que, mesmo um país possua vantagem absoluta, ainda assim o comércio entre dois países seria benéfico a ambos, desde que a desvantagem absoluta não seja da mesma magnitude em todas as linhas de produção. Em outras palavras, as trocas benéficas entre países são possíveis sempre que a capacidade relativa de produzir bens for diferente entre eles, quer dizer, sempre que um país tiver uma vantagem comparativa, mesmo que seja absolutamente mais ou menos produtivo que o outro na produção de todos os bens. A condição básica para a existência de comércio é que o custo de oportunidade de produzir um bem deve ser diferente entre diferentes países (KRUGMAN 2005)

Na concepção das teorias clássicas, as diferenças nos custos comparativos existem somente quando os países apresentam diferentes funções de produção, e assim sendo, o grau de especialização de cada país dependerá de suas condições de produção. Como grande deficiência destas teorias está o fato de que são usados somente à mão-de-obra como fator de produção, e, além disso, não existem explicações satisfatórias do porquê as funções de produção diferem entre os países.

A teoria das vantagens comparativas foi refinada por Eli Heckscher e Bertil Ohlin. O propósito foi desenvolver um modelo para explicar que a existência de comércio entre países se deve à diferença na dotação de fatores produtivos, ou seja, dependendo da dotação de fatores, os preços relativos dos bens produzidos variam de país para país (KRUGMAN 2005). Nessa concepção, os preços de mercado sinalizariam para os agentes econômicos, permitindo uma alocação eficiente dos fatores produtivos.

As recomendações de política comercial, fundamentadas na teoria das vantagens comparativas, pressupõem a abertura unilateral ao comércio. Os países se especializariam na produção dos bens detentores de vantagens comparativas, e assim haveria ganhos líquidos de bem-estar econômico. Essa abordagem, no entanto, tem recebido críticas, principalmente por não explicar o comércio intra-indústria. Segundo esta concepção, a defesa do livre-comércio não é consistente, uma vez que não há pleno emprego de fatores, principalmente mão-de-obra, a tecnologia é fator limitado e de difícil acesso, e, além disso, muitas empresas trabalham com retornos crescentes à escala, e assim sendo, a liberação unilateral do comércio poderia implicar mudanças nos preços relativos, gerando, assim, pressões para aumentos nos déficits na balança comercial (VIEIRA & CARVALHO 1997).

A fim de superar as limitações acima referidas, foram desenvolvidos novos modelos de comércio, com especial destaque para os aspectos relacionados às economias de escala e a existência de práticas de concorrência imperfeita. Dessa forma, a existência do comércio entre países é explicada por vantagens em economias de escalas e não por vantagens nas diferenças das dotações de fatores, como pressupõe a teoria de Heckscher-Ohlin. Um país especializar-se-á na produção daqueles bens nos quais consegue obter custos decrescentes de escala, dando-lhe assim, competitividade no comércio internacional. Com relação à política comercial, a nova abordagem assegura que é possível um país adotar políticas temporárias, tais como subsídios à exportação, ou impor uma tarifa com o objetivo de obter ganhos de escala. Com economias de escalas, há mais comércio intra-indústria e surgem externalidade positivas, como ganhos em aprendizado e desenvolvimento tecnológico. Ao contrário do modelo de substituição de importações, no qual haveria protecionismo generalizado, a nova abordagem do comércio sugere o protecionismo seletivo com o propósito de proteger setores por algum tempo, para que esses se tornem competitivos no mercado externo e produzam externalidades positivas para o resto da economia. (VIEIRA & CARVALHO, 1997)

Com o processo de globalização, enfraquece o poder explicativo da teoria de Heckscher-Ohlin em razão da crescente mobilidade de fatores (THORSTENSEN et al., 1994). Segundo os autores, os fatores englobados na classificação tradicional, como o capital e o trabalho, tornaram-se também bens ou serviços comercializáveis, deixando de ser uma dotação fixa de uma região.

Diante desse quadro, surgem novas abordagens, dando origem às novas teorias de comércio internacional. Estas novas concepções procuram desenvolver ou formular explicações da existência e dinâmica do comércio internacional competitivo a partir das interações estratégicas entre as empresas e os Governos. Nesses modelos, o comércio e os investimentos internacionais ocorrem em mercados imperfeitamente competitivos, nos quais os fatores como barreiras à entrada, diferenciação de produtos, economias de escala e o progresso tecnológico assumem importantes papéis.

Tanto os defensores do livre comércio como os adeptos ao protecionismo, passaram a preocupar-se com a questão da integração, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940. Os defensores da prática do protecionismo argumentavam

que a eliminação de barreiras comerciais, em determinada região, deveria ampliar o tamanho do mercado protegido da concorrência externa para as firmas dos países desenvolvidos, incrementando, com isso, o desenvolvimento regional. Os defensores do livre comércio, por sua vez, aprovavam os processos de integração por considerá-los uma aproximação do livre-comércio. Jacob Viner, ao introduzir os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio, entretanto, questionou esses possíveis efeitos das uniões alfandegárias sobre o bem-estar econômico dos países envolvidos (CAVALCANTI, 1997).

Segundo o modelo clássico desenvolvido por Viner, a formação de uniões alfandegárias tende a produzir dois efeitos distintos: a criação de comércio e o desvio de comércio. Ocorre a criação de comércio entre dois países quando, ao eliminar barreiras comerciais, um deles passa a importar do outro. Isso ocorrerá por que este possui menores custos de produção, comparativamente à situação observada anteriormente. Da mesma forma, ocorre desvio de comércio quando um dos países passa a importar o produto do outro membro do Bloco em substituição àquelas importações feitas de um terceiro, o qual possui custos inferiores. Nesse caso, os produtos que, na situação anterior à integração, eram importados a preços mais baratos do resto do mundo passam a ser importados a preços mais caros dentro desse Bloco. Assim, o desvio de comércio levaria à diminuição do bem-estar e implicaria a alocação menos eficiente de recursos disponíveis.

Neste quadro, três são os resultados possíveis. Em primeiro lugar, pode ocorrer que nenhum dos países signatários do acordo produza o bem em questão; nesse caso, a formação da união aduaneira não tem significado econômico relevante, pois os países obrigam-se a importar o bem de um terceiro, como ocorria na situação anterior à integração. Em segundo lugar, um dos países produz o bem de forma ineficiente, isto é, não é a fonte de abastecimento de menor custo, por isso, com o estabelecimento de uma tarifa sobre a importação de terceiros mercados, o parceiro comercial importaria da fonte mais barata, caracterizando o desvio de comércio. Por último, ambos os países produzem o bem, sendo um deles mais eficiente que o outro; nessa hipótese, o mercado em ambos os países estaria assegurado para a indústria mais eficiente, caracterizando a criação de comércio. (SÖRDERSTEN, 1979).

É nesse contexto que se fundamenta a análise Viner que questiona e argumenta que a criação de uma união alfandegária não traz, necessariamente, o

incremento ao bem-estar econômico dos países envolvidos. Segundo Cavalcanti (1997), conforme as premissas protecionistas, o desvio de comércio constituiria um efeito benéfico para ambos os membros da união, uma vez que estimularia as atividades produtivas no interior da região, entretanto a criação de comércio seria, possivelmente, danosa para o país importador. Para os defensores do livre-comércio aconteceria o oposto: a criação de comércio seria positiva tanto para os países membros - em razão da maior especialização de cada um, de acordo com suas vantagens comparativas - como para o mundo como um todo, que se beneficiaria da melhor alocação dos fatores de produção. Por sua vez, o desvio de comércio resultaria em prejuízo para todos, com exceção do país supridor do bem, haja vista que induziria à má alocação dos recursos.

Para alguns críticos, no entanto, a análise vineriana é útil, mas apenas na sua concepção inicial, uma vez que apresentou algumas suposições que restringiram o seu poder explicativo. Pelo lado da demanda, ele supôs que não haveria possibilidade de substituição de bens no consumo, ou seja, que toda a elasticidade da demanda seria igual a zero. Assim, não havendo substituição de bens no consumo, na ocorrência de desvio de comércio, conseqüentemente haveria diminuição no bem estar do país importador. Pelo lado da oferta, Viner supôs que a elasticidade da oferta seria infinitamente grande, de maneira que todos os produtos seriam produzidos sob a lei de rendimentos constantes (SÖDERSTEN 1979).

Alguns autores que sucedem Viner, no entanto, caminham no sentido da argumentação de que existem aspectos positivos a considerar a partir do desvio de comércio. Segundo estes, com a criação das regiões alfandegárias, haveria consumo potencialmente mais eficiente, o que poderia compensar os efeitos negativos da alocação ineficientes de recursos (CAVALCANTI 1997). Alguns autores incluíram outros elementos na análise do problema, como no caso de Wonacott & Wonacott, citados por Aguirre (1994), que incorporaram na análise os custos de transporte, (o que explica a preferência pela integração em países geograficamente vizinhos) e consideraram a existência de tarifas no resto do mundo. Os autores destacam, entre outras conclusões, que uma união aduaneira pode melhorar os termos de troca dos países-membros com o resto do mundo.

A partir do início da década de 1970, no entanto, os fundamentos teóricos existentes, centrados na competição perfeita e nos retornos constantes, não davam conta de explicar, de forma satisfatória, os fenômenos do comércio internacional.

Com isso, no final da década de 70, ocorreu o aperfeiçoamento na análise sobre os acordos preferenciais de comércio com o advento da chamada “Nova” Teoria do Comércio Internacional. Essa teoria tem fundamentação microeconômica na teoria da organização industrial, caracteriza-se pelas hipóteses de mercados de competição imperfeita e retornos crescentes de escala, o que possibilita a incorporação de aspectos fundamentais da realidade econômica à análise dos problemas de comércio internacional, tais como economias de escala, diferenciação de produtos e firmas com poder de mercado (CAVALCANTI, 1997).

Como extensão da abordagem das teorias da integração regional, baseada na teoria da organização industrial, novos aportes teóricos estão surgindo, com o objetivo de estudar outros efeitos da integração além dos tradicionais “desvio e criação de comércio”. Nesse sentido, destaca-se a abordagem de Smith e Venables (1988), considerando que, antes da abordagem destes, os estudos relacionados às teorias da integração econômica restringiam-se, basicamente, à análise dos efeitos provocados pela redução de custos e barreiras ao comércio entre países de determinada região. Segundo o autor, apesar de essa postura representar adequadamente a formação de zonas de livre-comércio e uniões alfandegárias, a análise de formas de integração mais profundas requer a consideração de outros aspectos do processo, identificados por uma nova postura teórica (CAVALCANTI 1997).

Atualmente, dentro da nova concepção do comércio internacional, vários são os elementos que restringem o comércio entre os países, conforme destaca-se no item a seguir.

5.2 PRINCIPAIS RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

É recorrente entre os especialistas que o comércio internacional é um dos motores de desenvolvimento dos países. Existem, no entanto, alguns argumentos contrários ao incremento do comércio internacional como a preservação de empregos nacionais, defesa da indústria nacional, a nacionalidade e soberania de alguns setores econômicos, segurança alimentar, entre outros motivos políticos ideológicos. Assim, surgem obstáculos e restrições ao comércio entre as nações. A seguir, estão enumerados alguns desses mecanismos.

Em primeiro lugar, estão as restrições que alteram os custos relativos dos produtos importados. Essa prática consiste em criar mecanismos para gerar competitividade artificial a produção nacional, desestimulando a competição interna através da importação de bens e serviços de outros países. Dentre as principais restrições destacam-se:

- i) subsídios: trata-se de uma forma de financiar a produção de algumas mercadorias, as quais possuem os custos relativos de produção mais elevados que os concorrentes internacionais. Desta forma, ao assumir parte dos custos, os Governos transformam as produções ineficientes capazes de competir com seus similares estrangeiros. Em muitas situações, onde o país produz para a exportação, a prática de subsidio incorre em ato ainda mais danoso aos concorrentes, uma vez que pode representar prática de *dumping*. Atualmente, esta prática é muito questionada por países e condenada pela Organização Mundial do Comércio.
- ii) tarifas: trata-se de uma prática, também artificial, de gerar competitividade à produção nacional. Consiste, em cobrar um valor determinado ou um percentual, sobre o preço de uma mercadoria importada, tornando-a, relativamente mais cara, desestimulando sua importação. Tal prática, além de incentivar a ineficiência produtiva, possui um agravante, quando transfere parte da renda da população ao Governo através deste imposto, em detrimento, ou da argumentação da defesa de determinado grupo ou setor. Através da constituição de blocos econômicos, como é o caso da União Européia, busca-se eliminar gradativamente estas tarifas.
- iii) Cotas de importação: a partir da complexidade atingida nas relações comerciais internacionais, muitas atitudes unilaterais acabam criando dificuldades ou restrições para a outra parte. Diante disso, ao invés de restringir totalmente as importações, seja através de tarifas de importação, seja através de pesados subsídios internos, os Governos têm negociado e adotado a prática das cotas. Assim, as importações são permitidas, limitadas é claro, mas sem alterar significativamente os preços internos, preservando o poder de compra da população. Com isso, evitam-se retaliações por parte de seus parceiros comerciais.

As práticas protecionistas discutidas acima, são cada vez mais condenáveis no cenário internacional. Sua eliminação total, no entanto, criaria uma série de problemas localizados para aqueles países menos competitivos, sobretudo aqueles setores intensivos em mão-de-obra. Diante disso, tais países têm buscado criar dificuldades aos importadores, com medidas mais sensíveis, que carregam consigo preocupações relativas à segurança nacional, aliado as questões mais subjetivas. Na literatura moderna essas práticas são enquadradas como novas barreiras ao comércio internacional. A natureza dessa prática consiste, também, em criar dificuldades aos concorrentes estrangeiros, com destaque para:

- i) barreiras técnicas: caracterizam-se como aquelas que impõem a observância de características idênticas aos bens produzidos internamente, geralmente a custos mais elevados. Dado que as tecnologias em conjunto com fatores naturais e fatores climáticos, entre outros, não são iguais entre os concorrentes, a produção sob padrões técnicos impostos não são possíveis, eliminando a possibilidade da importação, protegendo assim, a produção nacional.
- ii) Barreiras fito-sanitárias: cada vez mais existe a preocupação dos países com as epidemias sobre a produção animal e vegetal. Diante disso, são instituídas normas rígidas, dificultando a sua implementação, tornando, muitas vezes, concorrentes internacionais incapazes de cumprí-las. Como exemplo, pode-se citar a exigência da rastreabilidade bovina, demandando novas tecnologias e processos, encarecendo sua produção.

Enfim, todas as medidas restritivas ao comércio internacional adotadas unilateralmente por um determinado País, na sua essência, alteram os custos, e, conseqüentemente os preços relativos, repassando aquela margem de ineficiência ao consumidor final, na forma de impostos embutidos nos preços dos produtos.

Este quadro protecionista referido também é enfrentado pelo segmento brasileiro de carnes, especificamente de frango. Para manter e conquistar novos mercados internacionais é necessário saber tratar com estas adversidades. Para tanto, incorporar ganhos de competitividade reais torna-se ponto fundamental. Diante disso, o capítulo a seguir descreve um modelo metodológico capaz de

quantificar variáveis como lucratividade/rentabilidade, protecionismo, entre outras, que serão avaliadas no setor de avicultura de corte brasileiro, como forma de medir sua real condição de competição em nível internacional.

6. METODOLOGIA

6.1. MODELO TEÓRICO⁴

Apesar do avanço significativo nas pesquisas no Brasil, em particular no setor da avicultura de corte, sua maioria limita-se a estudos de avaliação de desempenho ou de conjuntura. Estudos aprofundados, que levem em consideração aspectos mais complexos dentro da análise da cadeia ainda deixam a desejar, ou seja, não é possível encontrar na literatura, estudos que demonstrem claramente as questões de competitividade, comparativo de custos, aspectos relativos à lucratividade e rentabilidade, remuneração de capital, entre outras tantas questões importantes. Carecem, ainda, estudos que avaliem os setores de forma agregada, no caso específico, da avicultura de corte em seus diversos elos de produção.

Para este estudo, utiliza-se o Modelo Analítico denominado de MAP (Matriz de Análise Política), desenvolvida por Monke e Pearson (1989). A MAP é uma ferramenta contábil que dá sustentabilidade para a análise dos efeitos das políticas públicas, sejam elas em nível micro ou macroeconômicas. Da mesma forma, fundamenta suas análises nos conceitos econômicos relacionados à lucratividade, custos sociais e privados de fatores, competitividade de cadeias produtivas (diferenciados por níveis tecnológicos). O método estabelece dois sistemas contábeis distintos, onde são considerados, respectivamente, os preços de mercado ou privados dos insumos e dos produtos e os preços sociais ou sombras daqueles insumos e produtos comercializáveis (consideram-se preços sociais ou sombra aqueles praticados em nível mundial, livres de distorções que podem ser entendidos ainda, como preços de eficiência). A análise simultânea dos dois sistemas permite avaliar os efeitos das políticas sobre as lucratividades e rentabilidades privadas e

⁴ O Item Metodologia do presente trabalho foi construído a partir das obras a seguir relacionadas que se baseiam, por sua vez, em Monke & Pearson (1989).

- ALVIM, M. I. da S. et al. Análise da Competitividade da produção de soja nos sistemas de plantio direto e plantio convencional na região do cerrado brasileiro.
- ROSADO, P. L. et. al. Competitividade e expansão da avicultura e suinocultura no contexto do mercosul.
- ALVES, J. M. Competitividade e tendência produção de manga para exportação no Nordeste do Brasil.
- FRANCHINE, A . A . A competitividade da carne de frango brasileira e agenda da rodada do milênio.

sociais, e por conseqüência, os seus níveis de eficiência. Dessa forma, a MAP permite avaliar a existência de incentivos ou desincentivos aos agentes envolvidos em um processo de produção ou que fazem parte de uma cadeia de produção.

Esse método de análise permite, ainda, a mensuração dos efeitos das políticas sobre a renda do produtor, bem como a identificação de transferências entre os agentes do mercado, produtores e consumidores (a sociedade). Os resultados podem ser desagregados para focar regiões particulares, tipos de unidades de produção ou tecnologias, que podem se constituir em informações relevantes para qualquer tipo de avaliação de política em setores específicos.

A principal limitação da Matriz de Análise Política é de apresentar uma análise estática, ou seja, restringe-se há um ano-base, de forma que os resultados são aplicados ao período tomado para a realização do estudo, sendo necessárias novas avaliações sempre que ocorrerem alterações significativas nos cenários em questão. A metodologia permite, assim, a realização de projeções de mudanças nos seus principais parâmetros - como taxa de câmbio, preços internacionais de produtos e insumos, salários, taxas de juros, tecnologia e outros, a fim de simular as vantagens comparativas dinâmicas sobre os indicadores de lucratividade e rentabilidade.

Outra importante limitação, ao aplicar a metodologia em questão, é a correta escolha dos indicadores ou preços para compor as estruturas de custos sociais. A recomendação é utilizar os preços praticados em nível mundial, tanto para os insumos comercializáveis, quanto para os preços dos produtos finais, que estejam livres de distorções. A dificuldade recai exatamente na escolha correta destes preços, e que sejam representativos de eficiência, uma vez que os mercados apresentam particularidades distintas para cada país envolvido.

A tarefa principal na operacionalização da metodologia compreende a construção de matrizes de contabilidade de receitas, de custos e de lucros. Neste estudo, em específico, a MAP construída para o estudo da cadeia de produção avícola considera os seguintes níveis de produção: a) a unidade de produção (integrado); b) a unidade de produção para a empresa integradora, com o frango pronto para o abate. A partir disso, os resultados na análise podem ser usados para identificar as categorias de produtores que são competitivos sob as políticas vigentes, que afetam os preços da atividade agrícola, bem como a forma pela qual seus lucros mudam, à medida que as políticas são alteradas.

6.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO

A MAP é construída a partir da seleção dos sistemas de produção representativos do setor avícola para atender aos objetivos deste estudo. Os dados estão relacionados aos preços e quantidades da produção e dos insumos utilizados. A estrutura privada é obtida a partir dos preços dos insumos e dos produtos praticados internamente. Os preços sociais são obtidos, ou representam os preços obtidos no mercado internacional, tanto para o produto quanto para os insumos comercializáveis (referem-se aqueles transacionados no mercado mundial).

A MAP, conforme indicada na Tabela 12, é um produto de duas identidades contábeis, sendo uma que expressa o lucro definido como a diferença entre receitas e custos, e outra que mensura o efeito das divergências (políticas "distorcivas" e falhas de mercado), sendo a diferença entre os valores privados e valores sociais. A MAP contém duas colunas de custos, uma para insumos comercializáveis e outra para fatores domésticos. A partir da construção das estruturas de custos e a aplicação na matriz, descrita na Tabela 12, são construídos os indicadores de avaliação, conforme segue:

Tabela 12 - Matriz de Análise Política (MAP) teórica

Itens	Receitas	Custo		Lucro
		Insumos	Fatores	
		Comercializáveis	Domésticos	
Valores Privados	A	B	C	D
Valores Sociais	E	F	G	H
Efeitos	I	J	K	L

Fonte: Monke e Pearson (1989).

6.2.1 Lucro privado

A lucro privado (*D*), obtido na primeira linha da Tabela 12 refere-se à diferença entre as receitas obtidas (*A*) e os custos (*B + C*), refletindo os preços reais de mercado, recebidos e pagos pelos agricultores, comerciantes ou processadores no sistema de produção. O lucro pode ser expresso da seguinte forma:

$$D = A - B - C \quad (1)$$

$$\text{sendo: } A = p^d \cdot q^d \quad (2)$$

em que A é a receita privada, sendo p^d o preço privado do produto e q^d a quantidade total privada de determinado produto; o d sobrescrito refere-se ao privado.

$$B = \sum_{i=1}^n p_i^d \cdot q_i^d \quad (3)$$

em que B é o custo dos insumos comercializáveis externamente, p_i^d o preço privado do insumo i e q_i^d a quantidade privada do insumo i utilizado na produção do bem sendo analisado:

$$C = \sum_{j=1}^n w_j^d \cdot I_j^d \quad (4)$$

C é o custo dos insumos domésticos, em que w_j^d é o preço privado do insumo j e I_j^d a quantidade privada do insumo j utilizado.

Os preços privados de mercado incorporam os efeitos de todas as políticas públicas, sejam micro ou macro, além das imperfeições de mercado. A partir dos preços dos insumos e dos preços dos produtos, a etapa a seguir é construir os orçamentos para cada segmento da cadeia produtiva (neste estudo, etapa que compete ao produtor integrado e a etapa que compete à empresa integradora). Os componentes desses orçamentos são utilizados para compor a MAP em moeda nacional, embora a análise também possa ser realizada com estruturas em moeda estrangeira.

Os cálculos do lucro privado (D) indicam a competitividade do sistema de produção no período-base, para determinado nível tecnológico ou região, dados os valores dos produtos, os custos dos insumos e as políticas de transferências (como exemplo, impostos, e subsídios) prevalentes. Nesse caso, o termo competitividade representa resultados financeiros na presença de efeitos de políticas e, ou imperfeições de mercado. Os resultados financeiros positivos (lucro) indicam que o sistema produtivo é competitivo, dado às condições existentes.

O custo do capital, definido como um retorno preestabelecido (de acordo com o custo de oportunidade) pelos possuidores de capital para manter seus investimentos no sistema de produção está incluído nos custos domésticos (C). Dessa forma, os lucros (D) positivos são considerados como lucros acima do normal para os operadores da atividade. Isso, via de regra leva a novos ingressos na atividade. Se os lucros privados são negativos ($D < 0$), isto indica que os operadores estão ganhando uma taxa abaixo do retorno normal e, desse modo, pode-se esperar que saiam da atividade, a menos que transformem o modo de produzir para aumentar os lucros até pelo menos o nível normal ($D = 0$).

6.2.2 Lucro social

A segunda linha da matriz de contabilidade, na Tabela 12, apresenta os valores sociais. A lucratividade social é calculada para avaliar a eficiência do sistema de produção agrícola. O conceito de vantagem comparativa é aplicado como medida de lucratividade social ou econômica, ou seja, a medida de vantagem comparativa indica a eficiência de alocação de recursos nacionais (Kannapiran e Fleming, 1999 in Alves, 2002). Portanto, a eficiência é obtida quando os recursos de uma economia são utilizados em atividades que proporcionam os maiores níveis de produção e renda. Desse modo, os lucros sociais (H) são uma medida de eficiência, desde que as receitas (E) e os custos de insumos ($F + G$) sejam avaliados em preços que refletem o custo de oportunidade social. O lucro social é dado por

$$H = E - F - G \quad \text{Sendo: } E = p^s \cdot q^s \quad (5)$$

em que E é a receita social, p^s o preço social do produto e q^s a quantidade total do produto; o s sobrescrito se refere ao social.

$$F = \sum_{i=1}^n p_i^s q_i^s \quad (6)$$

sendo F o custo dos insumos comercializáveis, p_i^s o preço social do insumo i e q_i^s a quantidade do insumo i utilizado:

$$G = \sum_{j=1}^n w_j^s J_j^s \quad (7)$$

em que G é o custo doméstico, w_j^s o preço social do insumo j e J_j^s a quantidade do insumo j utilizado.

Para produção (E) e insumos (F), que são comercializados mundialmente, considera-se que as avaliações sociais apropriadas são dadas pelos preços internacionais livres de distorções ou que sejam representativos para os sistemas de produção e comercialização mundiais. Considera-se que, a esses preços internacionais, os consumidores e produtores podem importar, exportar ou produzir bens e serviços domesticamente. O valor social da produção doméstica adicional compreende as reservas estrangeiras que não são despendidas pela redução de importações, bem como o valor das reservas ganhas pela expansão das exportações.

Como medida de eficiência ou vantagem comparativa, quando o lucro social $H=(E-F-G)$, for negativo, é indicativo de que o sistema de produção nas condições atuais não é viável do ponto de vista econômico, num contexto de mercado internacional, sem que haja intervenção ou incentivos por parte dos governos. Quando incidir lucros sociais negativos, tem-se indicativo de que o sistema não aloca de forma eficiente os fatores ou recursos de produção, ferindo os princípios da teoria da vantagens comparativas. Nessas condições, onde não há alocação eficiente dos recursos, a sociedade poderia importar estes bens a custos inferiores àqueles praticados internamente. A manutenção dessa prática produtiva somente pode ser justificada se os objetivos não forem, unicamente, à eficiência econômica, como por exemplo, a garantia de segurança alimentar, geração de empregos, distribuição de renda, entre outros.

6.2.3 Efeitos de divergências

A terceira linha da Tabela 12 (linha: I , J , K e L) refere-se às diferenças entre os valores privados e sociais de receitas, custos e lucros. Para cada entrada na matriz, ocorre uma eventual diferença entre o preço privado observado ou praticado

no mercado doméstico e o preço social estimado (preço de eficiência – considerado como preço mundial) deve ser atribuída aos efeitos de políticas, na forma de taxações, subsídios, restrições comerciais e distorções na taxa de câmbio, ou ainda pela existência de falhas de mercados de produtos e de fatores. O modelo da MAP pressupõe que, na ausência de falhas no mercado, todas as divergências entre valores privados e sociais de produtos e insumos são causadas por distorções de políticas públicas. Portanto, no modelo empírico, essas divergências são atribuídas aos efeitos de políticas públicas.

Os preços sociais inadequados ou diferentes daqueles praticados livremente, podem ser resultados de alguma política que distorce e que leva ao uso inadequado dos recursos produtivos. Quando são implementadas políticas que distorcem as condições de liberdade, os responsáveis pelo seu uso, estão dispostos a aceitar algumas ineficiências com o propósito de cumprir objetivos, como por exemplo, de redistribuição de renda ou de segurança alimentar. No entanto, é preciso observar que não são todas as políticas que distorcem a alocação de recursos. Algumas políticas são implementadas para promover eficiência corrigindo as falhas de mercado de produtos ou fatores, para operar de forma mais eficiente.

6.2.4 Transferências líquidas

As transferências líquidas causadas por políticas inadequadas ou por falhas de mercado (L na matriz) é a soma dos efeitos dos mercados de produto e de fatores, $L=(I-J-K)$. As transferências líquidas de políticas “distorcivas” são a soma de todas as políticas de fatores, produtos e taxas de câmbio, diminuídas das políticas de eficiência que compensam falhas de mercado. Quando as falhas de mercado são desprezíveis, tem-se maior importância naquelas medidas de transferências, ou seja, as políticas transferem benefícios ao setor privado, que torna sistemas ineficientes em eficientes. Dessa forma, os sistemas eficientes sem as transferências, passam a ganhar lucros excessivos ($L > 0$) sem ajuda do governo, e a política de subsídio aumenta o nível final do lucro privado.

6.2.5 Razão do Custo Privado (RCP)

A razão de custos privados (RCP) é calculada para proporcionar uma medida mais precisa de competitividade. Os resultados da lucratividade privada, que indicam a competitividade sob as condições de políticas existentes, são residuais e podem ter sido calculados tomando como base sistemas que utilizam níveis diferentes de insumos (tecnologias de produção distintas), para produzir bens com diferenciais maiores de preços. Portanto, a análise direta da informação de lucratividade privada não é a mais adequada para analisar a eficiência de sistemas em relação aos fatores domésticos. Esse problema é contornado com a estimação da RCP, que é calculada pela razão entre o custo de fatores domésticos (C) e o valor adicionado ($A - B$) em preços privados, isto é,

$$RCP = C / (A - B) \quad (8)$$

Esta razão indica quanto o sistema pode pagar pelos fatores domésticos (incluindo o retorno normal ao capital), permanecendo competitivo, ou seja, equilibrando a receita com a despesa (lucros normais). Considerando-se que os produtores no sistema realizem lucros ($D > 0$), eles alcançam esse resultado se seus custos de fatores domésticos (C) forem menores que seu valor adicionado ($A - B$) em preços privados. Portanto, os produtores buscam minimizar a relação do custo privado (RCP) mantendo baixos os custos com fatores domésticos (C) e insumos comercializáveis (B), visando maximizar os lucros.

A razão de custo privado indica, também, se os fatores domésticos estão recebendo o seu retorno normal ($RCP = 1$), acima do retorno normal ($RCP < 1$) ou abaixo do retorno normal ($RCP > 1$).

6.2.6 Custo dos Recursos Domésticos (CRD)

O custo dos recursos domésticos (CRD) é uma medida de vantagem comparativa mais criteriosa do que a lucratividade social; a razão é a mesma pela qual a RCP é mais precisa que a lucratividade privada, só que utilizando os valores sociais. Como indicador de vantagem comparativa (eficiência), o CRD indica o comportamento da lucratividade social, ou seja, quanto se despende de recursos

domésticos em valores sociais para gerar uma unidade de divisas por meio da exportação, ou ainda, quando é economizado de recursos em importação, a partir da produção internamente. O CRD é definido pela razão entre o valor social dos recursos domésticos (G) e o valor adicionado ($E-F$) expresso em equivalente social, isto é:

$$CRD = G / (E-F) \quad (9)$$

O $CRD < 1$ significa que são utilizados menos de uma unidade monetária de recursos domésticos para gerar a mesma unidade monetária de divisas. Ou ainda, que seriam desembolsados menos de uma unidade monetária para importar o equivalente da mesma unidade monetária. O CRD é avaliado a preços sociais. Minimizar o CRD é equivalente a maximizar a lucratividade social.

6.2.7 Coeficiente de Proteção Nominal de Produtos e Insumos (CPN_p e CPN_i)

O coeficiente de proteção nominal do produto (CPN_p) é uma razão que expressa a relação entre o preço doméstico (A) de um bem e o preço social (E). Já o coeficiente de proteção nominal dos insumos (CPN_i) representa a relação que existe entre os preços domésticos (B) e os preços sociais dos fatores de produção (F). A interpretação dada é associada à existência de políticas que provocam divergência entre os dois preços, sejam de produtos ou de fatores ou insumos. O CPN_p de produtos comercializáveis, e o CPN_i são definidos como:

$$CPN_p = A / E \quad \text{e} \quad CPN_i = B / F \quad (10)$$

O CPN_p indica o grau de transferências implícitas no preço do produto. Um CPN de 1,1, por exemplo, indica que prevalecem políticas que estão incrementando o preço de mercado, em um nível de 10% maior que o preço internacional. Quando esse coeficiente é menor do que 1, tem-se uma indicação de que os produtores do bem estariam sendo penalizados, à medida que recebem preços inferiores ao que pode ser considerado como nível de preço de eficiência.

O CPN_i , por sua vez, indica o grau de transferências implícito nos preços dos insumos. Quando o $CPN_i > 1$, há o indicativo que os produtores estão tendo custos

nos insumos comercializáveis, maiores daqueles considerados de eficiência, ou praticados em nível mundial. Quando o $CPN_i < 1$, há o indicativo que os produtores estão sendo beneficiados por obterem os insumos em preços inferiores àqueles considerados de eficiência.

6.2.8 Coeficiente de Proteção Efetiva (CPE)

O coeficiente de proteção efetiva (CPE) é uma medida de efeitos de políticas distorcivas mais completa que os indicadores anteriores, pois leva em consideração os valores privados (A) e sociais (E) dos produtos e também dos insumos comercializáveis em valores privados (B) e sociais (F), de forma agregada. Esse coeficiente expressa a relação do valor adicionado em preços privados ($A-B$) por valor adicionado em preços sociais ($E-F$), podendo ser expresso como:

$$CPE = (A-B) / (E-F) \quad (11)$$

O coeficiente dessa razão mede o grau de transferências entre produtores e a sociedade a partir dos efeitos de políticas que afetam os mercados de produtos e insumos comercializáveis. Assim, é possível determinar quanto as políticas afastam os preços dos produtos e dos insumos de seus preços de eficiência. Valores desse coeficiente menores do que 1, indicam que há desproteção ao produtor agrícola, uma vez que o valor adicionado na produção é inferior ao valor adicionado em termos econômicos. A transferência das políticas sobre o produto e sobre o insumo comercializável, tomadas em conjunto, é negativa sob a perspectiva do produtor que recebe e paga em valores privados. Os valores maiores que 1 indicam um resultado oposto, ou seja, os produtores são favorecidos.

6.2.9 Coeficiente de Lucratividade (CL)

O coeficiente de lucratividade é uma extensão do CPE, que inclui as transferências entre os produtores e consumidores (sociedade) decorrentes dos efeitos de políticas sobre os fatores domésticos. O CL é a razão entre lucratividades privada e social, e pode ser expressa como:

$$CL = (A-B-C) / (E-F-G) = D / H \quad (12)$$

O CL é considerado como medida mais completa que o CPE, pois fornece uma indicação do efeito total dos incentivos das políticas, incluindo as que influenciam o mercado de fatores. Serve também como aproximação para a transferência líquida de política, já que, por definição, $L=(D-H)$. Sua utilidade é restrita quando tanto a lucratividade privada como as lucratividades sociais são negativas, visto que os sinais nas duas entradas devem ser conhecidos para permitir uma clara interpretação.

Quando o $CL < 1$, tem-se uma indicação de que os sistemas estão sendo efetivamente taxados, do ponto de vista privado. Valores maiores que 1 significam que está havendo proteção aos sistemas.

6.2.10 Razão de Subsídios à Cadeia Produtiva (RSC)

A RSC é o indicador final de incentivos, no sentido de ser conclusivo em termos de medida e também abranger os efeitos de políticas sobre toda a cadeia. É uma medida da transferência líquida de políticas (L) como uma proporção das receitas sociais totais (E). A expressão desse indicador é expresso como segue:

$$RSC = L / E = (D-H) / E \quad (13)$$

A RSC mostra a proporção da receita, em valores sociais, que seria requerida para manter a eficiência econômica, se um subsídio ou imposto fosse substituído por um conjunto de políticas, de outra natureza, tanto micro como no âmbito macroeconômico. A RSC também pode ser desagregada para mostrar, separadamente, os efeitos de políticas de produto, insumos e fatores. Esse indicador evidencia a proporção de incentivos ou desincentivos que a cadeia produtiva está recebendo, considerando-se os efeitos de todas as políticas de divergências. Quanto menor for o valor da RSC (a diferença entre os valores privado e social), menor a distorção que a cadeia agrícola está sujeita diante do conjunto de políticas de subsídios ou taxações, a que esta sujeito.

6.3 UNIVERSO DE ESTUDO E FONTE DE DADOS.

Para a avaliação de desempenho e conjuntura da avicultura brasileira foram utilizados dados do ANUALPEC (Anuário da Pecuária Brasileira), ABEF (Associação Brasileira de exportadores de frango), entre outros, conforme apresentado nas referências bibliográficas.

Os dados utilizados para a estrutura de custos privados para a produção brasileira, na construção da MAP, são oriundos de levantamentos efetuados pela CONAB/EMBRAPA, conforme apresentado nas referências bibliográficas. Os dados referem-se aos seis principais estados produtores brasileiros. De posse das estruturas de custos individuais de cada estado, então, é construído uma estrutura única a partir da média ponderada, considerando a importância de produção de cada estado individualmente no ano de 2005.

Para a construção da estrutura social de produção, conforme prevê o modelo analítico (MAP), são utilizados dados da avicultura americana⁵. Entende-se adequado utilizar os dados americanos como fiéis indicadores dos dados mundiais, por tratar-se do principal país produtor de carne de frango, além de ser um dos principais exportadores. São utilizados os preços pagos ao produtor naquele país, assim como os custos dos insumos comercializáveis (ração e pintos). Os dados são oriundos do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), conforme descrito nas referências bibliográficas.

As adaptações necessárias serão apresentadas ou explicadas em notas de rodapé sempre que se fizerem necessárias.

⁵ Utilizam-se dados da avicultura americana por considerar que estes são os que melhor se aproximam daqueles preços internacionais, sendo assim, são tidos como representações fiéis dos custos dos insumos e dos preços a nível mundial. Somente para enfatizar, a avicultura americana é líder no ranking de produção mundial, além de ser o segundo maior exportador.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS APARTIR DA MAP

O Presente capítulo busca discutir os indicadores produzidos pela MAP, na tentativa de construir subsídios que demonstrem o nível de competitividade da avicultura brasileira no cenário internacional. No item a seguir, serão discutidas algumas questões referentes aos custos de produção da atividade no Brasil, as quais irão servir de base para a análise da lucratividade e, conseqüentemente, da competitividade da avicultura de corte brasileira diante dos demais produtores no cenário internacional.

7 1 AVALIAÇÃO E COMPARATIVO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO NO BRASIL – PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

Os setores econômicos, de modo geral, apresentam comportamento bastante dinâmico quanto sua forma de organização da produção, seja no que tange aos custos de produção, seja nos aspectos relacionados aos mercados. Com relação aos custos de produção, esses representam uma importante variável de observação, sem o qual o setor, ou a unidade produtiva poderá perder sua competitividade externa, ou até mesmo interna. Da mesma forma, regiões ou unidades de produção com avaliação sistemática em sua estrutura de custos, podem criar vantagens comparativas importantes, que em ultima instância irão determinar o crescimento daquela atividade econômica em determinada região ou país.

Na avicultura de corte brasileira, isso se observa com bastante clareza no decorrer dos tempos, ou seja, mudanças nos custos de produção induzem o deslocamento da matriz produtiva entre as mais variadas regiões do país. Já não se pode avaliar o setor da avicultura brasileira como um todo quando se deseja identificar pontos fortes que geram competitividade, o aconselhável é avaliar as particularidades de cada região produtora.

Para compreender melhor este processo, apresentam-se as estruturas de custos de produção de carne de frango para os seis principais estados produtores, donde é possível fazer uma série de observações. Nas estruturas apresentadas pode-se identificar as diferentes formas de organizar a produção, ou seja, produção organizada apartir de estruturas climatizadas, automáticas ou manuais. Os Quadros

01, 02, 03, 04, 05 e 06 apresentam a estrutura de custos com suas particularidades para a avicultura de corte dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás (Pelo ranking de produção no ano de 2005). Os dados se referem a outubro de 2005.

Quadro 01 – Estrutura de custos da Avicultura de Corte do Paraná. Outubro de 2005.

	Paraná	Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		21.600	aves/ lote	17.000	aves/ lote	14.400	aves/ lote
Itens de Custo	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	3.559,38	0,165	2.454,07	0,144	2.323,62	0,161
	1.1 Depreciação das Instalações	1016,67	0,047	516,67	0,030	516,67	0,036
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1466,67	0,068	1233,330	0,073	1.133,33	0,079
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	1050,00	0,049	680,000	0,040	650,00	0,045
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	26,04	0,001	24,070	0,001	23,62	0,002
	2. Custos Variáveis (B)	3.772,09	0,175	3.485,88	0,205	3.420,59	0,238
	2.1 Cama	880,00	0,041	880,000	0,052	880,00	0,061
	2.2 Calefação	334,00	0,015	334,000	0,020	334,00	0,023
	2.3 Energia Elétrica	315,40	0,015	294,500	0,017	271,70	0,019
	2.4 Água	10,70	0,000	10,000	0,001	9,30	0,001
2.5 Mão de Obra do Integrado	1.267,36	0,059	1267,360	0,075	1.267,36	0,088	
2.6 Mão de Obra de Carregamento	197,01	0,009	153,230	0,009	131,34	0,009	
2.7 Manutenção das Instalações	525,00	0,024	340,000	0,020	325,00	0,023	
2.8 Seguro	63,00	0,003	40,800	0,002	39,00	0,003	
2.9 Eventuais	179,62	0,008	165,990	0,010	162,89	0,011	
(=) Total Custos do Integrado	7.331,47	0,339	5.939,95	0,349	5.744,21	0,399	
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	370,91	0,017	293,86	0,017	251,19	0,017
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	370,91	0,017	293,86	0,017	251,19	0,017
	4. Custos Variáveis (D)	56.408,70	2,645	44.691,15	2,662	38.201,72	2,701
	4.1 Pintos	12.096,00	0,560	9.520,00	0,560	8.064,00	0,560
	4.2 Ração	38.259,54	1,802	30.111,82	1,802	25.506,66	1,807
	4.3 Produtos Veterinários	316,95	0,015	289,35	0,017	273,75	0,019
	4.4 Transporte	1.366,40	0,063	1.285,20	0,076	1.366,40	0,095
	4.5 Funrural	1.535,84	0,074	1.208,79	0,074	1.023,94	0,083
4.6 Assistência Técnica	147,84	0,007	147,84	0,009	147,84	0,010	
4.7 Eventuais	2.686,13	0,124	2.128,15	0,125	1.819,13	0,126	
(=) Total Custos Agroindústria	56.779,61	2,662	44.985,01	2,680	38.452,91	2,718	
Totais	(=) Custo Fixo Total	3.930,29	0,182	2.747,93	0,162	2.574,81	0,179
	(=) Custo Variável Total	60.180,79	2,820	48.177,03	2,867	41.622,31	2,938
	(=) Custo Total	64.111,08	3,002	50.924,96	3,029	44.197,12	3,117
	(=) Custo por Kg de Frango		1,305		1,317		1,247
	Receita Total / Preço do kg Frango	67.881,26	1,39	53.425,07	1,39	51.156,00	1,45
	(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	3.770,18	0,08	2.500,11	0,07	6.958,88	0,20
conversão alimentar: 1,84 ; Peso Final: 2,30kg							

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor.

Quadro 02 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Santa Catarina. Outubro de 2005

	Santa Catarina	Tipo de Aviário								
		Climatizado		Automático		Manual				
		18.000 aves/ lote	R\$/lote	R\$/Frango	14.000 aves/ lote	R\$/lote	R\$/Frango	13.000 aves/ lote	R\$/lote	R\$/Frango
	Itens de Custo									
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	2.328,99	0,129	2.143,62	0,153	1.327,20	0,102			
	1.1 Depreciação das Instalações	440,77	0,024	440,77	0,031	440,77	0,034			
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1230,77	0,068	1088,780	0,078	461,54	0,036			
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	633,69	0,035	591,100	0,042	402,92	0,031			
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	23,76	0,001	22,970	0,002	21,97	0,002			
	2. Custos Variáveis (B)	3.441,56	0,191	3.326,61	0,238	3.182,38	0,245			
	2.1 Cama	764,40	0,042	764,400	0,055	764,40	0,059			
	2.2 Calefação	760,20	0,042	760,200	0,054	760,20	0,058			
	2.3 Energia Elétrica	390,10	0,022	364,250	0,026	336,05	0,026			
	2.4 Água	57,78	0,003	54,000	0,004	50,22	0,004			
2.5 Mão de Obra do Integrado	614,33	0,034	614,330	0,044	614,33	0,047				
2.6 Mão de Obra de Carregamento	336,00	0,019	280,000	0,020	280,00	0,022				
2.7 Manutenção das Instalações	316,85	0,018	295,550	0,021	201,46	0,015				
2.8 Seguro	38,02	0,002	35,470	0,003	24,18	0,002				
2.9 Eventuais	163,88	0,009	158,410	0,011	151,54	0,012				
	(=) Total Custos do Integrado	5.770,55	0,321	5.470,23	0,391	4.509,58	0,347			
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	348,68	0,019	274,12	0,020	256,78	0,020			
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	348,68	0,019	274,12	0,020	256,78	0,020			
	4. Custos Variáveis (D)	53.027,89	2,975	41.689,69	3,006	39.052,69	3,033			
	4.1 Pintos	10.440,00	0,580	8.120,00	0,580	7.540,00	0,580			
	4.2 Ração	35.975,05	2,025	27.952,26	2,023	25.955,67	2,023			
	4.3 Produtos Veterinários	135,25	0,008	128,05	0,009	120,85	0,009			
	4.4 Transporte	2.499,00	0,139	2.352,00	0,168	2.499,00	0,192			
	4.5 Funrural	1.346,17	0,077	1.044,88	0,077	970,24	0,077			
4.6 Assistência Técnica	107,28	0,006	107,28	0,008	107,28	0,008				
4.7 Eventuais	2.525,14	0,140	1.985,22	0,142	1.859,65	0,143				
	(=) Total Custos Agroindústria	53.376,57	2,994	41.963,81	3,026	39.309,47	3,052			
Totais	(=) Custo Fixo Total	2.677,67	0,149	2.417,74	0,173	1.583,98	0,122			
	(=) Custo Variável Total	56.469,45	3,166	45.016,30	3,244	42.235,07	3,278			
	(=) Custo Total	59.147,12	3,314	47.434,04	3,417	43.819,05	3,399			
	(=) Custo por Kg de Frango		1,441		1,486		1,478			
	Receita Total / Preço do kg Frango	59.279,63	1,45	46.083,03	1,45	42.791,39	1,45			
	(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	132,50	0,01	-1.351,01	-0,04	-1.027,67	-0,03			
conversão alimentar: 1,87 ; Peso Final: 2,30kg										

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor

Quadro 03 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte do Rio Grande do Sul.
Outubro de 2005

Rio Grande do Sul		Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		18.000 aves/ lote		14.400 aves/lote		13.500 aves/lote	
Itens de Custo		R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	2.300,68	0,128	1.873,22	0,130	1.426,23	0,106
	1.1 Depreciação das Instalações	391,67	0,022	391,67	0,027	391,67	0,029
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1270,33	0,071	942,000	0,065	598,67	0,044
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	616,10	0,034	517,600	0,036	414,60	0,031
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	22,58	0,001	21,950	0,002	21,29	0,002
	2. Custos Variáveis (B)	3.270,26	0,182	3.179,78	0,221	3.084,14	0,228
	2.1 Cama	516,00	0,029	516,000	0,036	516,00	0,038
	2.2 Calefação	404,00	0,022	404,000	0,028	404,00	0,030
	2.3 Energia Elétrica	365,00	0,020	341,000	0,024	314,60	0,023
	2.4 Água	107,00	0,006	100,000	0,007	93,00	0,007
	2.5 Mão de Obra do Integrado	921,50	0,051	921,500	0,064	921,50	0,068
	2.6 Mão de Obra de Carregamento	456,00	0,025	456,000	0,032	456,00	0,034
	2.7 Manutenção das Instalações	308,05	0,017	258,800	0,018	207,30	0,015
	2.8 Seguro	36,97	0,002	31,060	0,002	24,88	0,002
2.9 Eventuais	155,74	0,009	151,420	0,011	146,86	0,011	
(=) Total Custos do Integrado	5.570,94	0,309	5.053,00	0,351	4.510,37	0,334	
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	331,78	0,018	266,28	0,018	251,75	0,019
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	331,78	0,018	266,28	0,018	251,75	0,019
	4. Custos Variáveis (D)	50.457,55	2,842	40.496,59	2,851	38.287,27	2,875
	4.1 Pintos	9.720,00	0,540	7.776,00	0,540	7.290,00	0,540
	4.2 Ração	35.316,95	1,998	28.253,56	1,998	26.488,21	1,998
	4.3 Produtos Veterinários	153,74	0,009	132,14	0,009	123,74	0,009
	4.4 Transporte	1.496,00	0,083	1.280,00	0,089	1.496,00	0,111
	4.5 Funrural	1.208,12	0,070	966,48	0,070	906,12	0,070
	4.6 Assistência Técnica	160,00	0,009	160,00	0,011	160,00	0,012
	4.7 Eventuais	2.402,74	0,133	1.928,41	0,134	1.823,20	0,135
(=) Total Custos Agroindústria	50.789,33	2,860	40.762,87	2,870	38.539,02	2,894	
Totais	(=) Custo Fixo Total	2.632,46	0,146	2.139,50	0,149	1.677,98	0,124
	(=) Custo Variável Total	53.727,81	3,024	43.676,37	3,072	41.371,41	3,103
	(=) Custo Total	56.360,27	3,170	45.815,87	3,221	43.049,39	3,228
	(=) Custo por Kg de Frango		1,321		1,342		1,345
	Receita Total / Preço do kg Frango	53.452,22	1,26	42.761,78	1,26	40.089,17	1,26
	(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	-2.908,05	-0,06	-3.054,09	-0,08	-2.960,22	-0,08
conversão alimentar: 1,89 ; Peso Final: 2,40kg							

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor

Quadro 04 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de São Paulo. Outubro de 2005

	São Paulo		Tipo de Aviário						
	Itens de Custo	Climatizado		Automático		Manual			
		22.500 aves/ lote	R\$/lote	R\$/Frango	19.500 aves/lote	R\$/lote	R\$/Frango	19.500 aves/lote	R\$/lote
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	4.646,71	0,207	3.727,18	0,191	2.845,06	0,146		
	1.1 Depreciação das Instalações	658,33	0,029	658,33	0,034	658,33	0,034		
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1956,67	0,087	1383,330	0,071	833,33	0,043		
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	1964,00	0,087	1620,000	0,083	1.290,00	0,066		
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	67,71	0,003	65,520	0,003	63,40	0,003		
	2. Custos Variáveis (B)	4.576,65	0,203	4.428,78	0,227	4.285,56	0,220		
	2.1 Cama	1.000,00	0,044	1000,000	0,051	1.000,00	0,051		
	2.2 Calefação	910,00	0,040	910,000	0,047	910,00	0,047		
	2.3 Energia Elétrica	396,00	0,018	352,000	0,018	308,00	0,016		
	2.4 Água	18,00	0,001	17,500	0,001	17,50	0,001		
2.5 Mão de Obra do Integrado	1.184,79	0,053	1184,790	0,061	1.184,79	0,061			
2.6 Mão de Obra de Carregamento	300,00	0,013	300,000	0,015	300,00	0,015			
2.7 Manutenção das Instalações	491,00	0,022	405,000	0,021	322,50	0,017			
2.8 Seguro	58,92	0,003	48,600	0,002	38,70	0,002			
2.9 Eventuais	217,94	0,010	210,890	0,011	204,07	0,010			
(=) Total Custos do Integrado	9.223,36	0,410	8.155,96	0,418	7.130,62	0,366			
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	975,49	0,043	846,35	0,043	852,65	0,044		
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	975,49	0,043	846,35	0,043	852,65	0,044		
	4. Custos Variáveis (D)	69.232,91	3,121	60.067,30	3,129	60.514,18	3,151		
	4.1 Pintos	14.400,00	0,640	12.480,00	0,640	12.480,00	0,640		
	4.2 Ração	45.092,25	2,045	38.980,77	2,044	38.980,77	2,044		
	4.3 Produtos Veterinários	412,20	0,018	370,20	0,019	370,20	0,019		
	4.4 Transporte	3.830,40	0,170	3.404,80	0,175	3.830,40	0,196		
	4.5 Funrural	1.669,25	0,077	1.439,18	0,077	1.439,18	0,077		
4.6 Assistência Técnica	532,00	0,024	532,00	0,027	532,00	0,027			
4.7 Eventuais	3.296,81	0,147	2.860,35	0,147	2.881,63	0,148			
(=) Total Custos Agroindústria	70.208,40	3,164	60.913,65	3,172	61.366,83	3,195			
Totais	(=) Custo Fixo Total	5.622,20	0,250	4.573,53	0,235	3.697,71	0,190		
	(=) Custo Variável Total	73.809,56	3,324	64.496,08	3,356	64.799,74	3,371		
	(=) Custo Total	79.431,76	3,574	69.069,61	3,590	68.497,45	3,561		
	(=) Custo por Kg de Frango		1,489		1,496		1,484		
	Receita Total / Preço do kg Frango	74.088,00	1,40	64.078,56	1,4	64.078,56	1,4		
(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	-5.343,76	-0,09	-4.991,05	-0,10	-4.418,89	-0,08			
conversão alimentar: 1,95 ; Peso Final: 2,40kg									

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor

Quadro 05 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Minas Gerais. Outubro de 2005

	Minas Gerais	Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		21.600	aves/ lote	16.800	aves/lote	16.800	aves/lote
Itens de Custo	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	3.096,42	0,143	2.150,19	0,128	1.291,11	0,077
	1.1 Depreciação das Instalações	833,33	0,039	554,40	0,033	397,39	0,024
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1333,33	0,062	950,000	0,057	483,33	0,029
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ec	900,00	0,042	617,640	0,037	383,44	0,023
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	29,76	0,001	28,150	0,002	26,95	0,002
	2. Custos Variáveis (B)	4.023,02	0,186	3.805,28	0,227	3.643,16	0,217
	2.1 Cama	1.500,00	0,069	1500,000	0,089	1.500,00	0,089
	2.2 Calefação	690,00	0,032	690,000	0,041	690,00	0,041
	2.3 Energia Elétrica	332,00	0,015	310,000	0,018	286,00	0,017
	2.4 Água	10,00	0,000	7,750	0,000	8,50	0,001
2.5 Mão de Obra do Integrado	570,45	0,026	570,450	0,034	570,45	0,034	
2.6 Mão de Obra de Carregamento	225,00	0,010	200,000	0,012	200,00	0,012	
2.7 Manutenção das Instalações	450,00	0,021	308,820	0,018	191,72	0,011	
2.8 Seguro	54,00	0,003	37,060	0,002	23,01	0,001	
2.9 Eventuais	191,57	0,009	181,200	0,011	173,48	0,010	
(=) Total Custos do Integrado	7.119,44	0,330	5.955,47	0,354	4.934,27	0,294	
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	427,79	0,020	331,76	0,020	334,11	0,020
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	427,79	0,020	331,76	0,020	334,11	0,020
	4. Custos Variáveis (D)	60.722,26	2,846	47.091,68	2,841	47.425,37	2,861
	4.1 Pintos	12.960,00	0,600	10.080,00	0,600	10.080,00	0,600
	4.2 Ração	40.999,96	1,929	31.856,58	1,931	31.856,58	1,931
	4.3 Produtos Veterinários	215,70	0,010	208,50	0,012	201,30	0,012
	4.4 Transporte	1.105,00	0,051	780,00	0,046	1.105,00	0,066
	4.5 Funrural	2.400,06	0,115	1.774,14	0,109	1.774,14	0,109
4.6 Assistência Técnica	150,00	0,007	150,00	0,009	150,00	0,009	
4.7 Eventuais	2.891,54	0,134	2.242,46	0,133	2.258,35	0,134	
(=) Total Custos Agroindústria	61.150,05	2,866	47.423,44	2,861	47.759,48	2,881	
Totais	(=) Custo Fixo Total	3.524,21	0,163	2.481,95	0,148	1.625,22	0,097
	(=) Custo Variável Total	64.745,28	3,032	50.896,96	3,068	51.068,53	3,078
	(=) Custo Total	68.269,49	3,195	53.378,91	3,215	52.693,75	3,175
	(=) Custo por Kg de Frango		1,229		1,237		1,221
	Receita Total / Preço do kg Frango	101.128,44	1,83	78.495,58	1,83	78.495,58	1,83
(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	32.858,95	0,60	25.116,67	0,59	25.801,83	0,61	
conversão alimentar: 1,88 ; Peso Final: 2,60kg							

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor

Quadro 06 – Estrutura de Custos da Avicultura de Corte de Goiás. Outubro de 2005

	Goiás	Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		23.000	aves/ lote	22.000	aves/lote	19.000	aves/lote
Itens de Custo	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	2.816,44	0,122	2.627,33	0,119	2.343,49	0,123
	1.1 Depreciação das Instalações	916,67	0,040	916,67	0,042	916,67	0,048
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	972,22	0,042	833,330	0,038	625,00	0,033
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	900,00	0,039	850,000	0,039	775,00	0,041
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	27,55	0,001	27,330	0,001	26,82	0,001
	2. Custos Variáveis (B)	3.724,80	0,162	3.694,35	0,168	3.625,58	0,191
	2.1 Cama	490,00	0,021	490,000	0,022	490,00	0,026
	2.2 Calefação	362,00	0,016	362,000	0,016	362,00	0,019
	2.3 Energia Elétrica	330,00	0,014	330,000	0,015	308,00	0,016
	2.4 Água	25,00	0,001	24,000	0,001	22,50	0,001
2.5 Mão de Obra do Integrado	1.316,43	0,057	1316,430	0,060	1.316,43	0,069	
2.6 Mão de Obra de Carregamento	520,00	0,023	520,000	0,024	520,00	0,027	
2.7 Manutenção das Instalações	450,00	0,020	425,000	0,019	387,50	0,020	
2.8 Seguro	54,00	0,002	51,000	0,002	46,50	0,002	
2.9 Eventuais	177,37	0,008	175,920	0,008	172,65	0,009	
	(=) Total Custos do Integrado	6.541,24	0,284	6.321,68	0,287	5.969,07	0,314
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	449,19	0,020	429,7	0,020	375,00	0,020
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	449,19	0,020	429,7	0,020	375,00	0,020
	4. Custos Variáveis (D)	63.759,70	2,811	60.993,64	2,811	53.241,47	2,841
	4.1 Pintos	15.410,00	0,670	14.740,00	0,670	12.730,00	0,670
	4.2 Ração	40.233,90	1,785	38.484,60	1,785	33.236,70	1,785
	4.3 Produtos Veterinários	238,70	0,010	233,70	0,011	218,70	0,012
	4.4 Transporte	1.950,00	0,085	1.820,00	0,083	1.950,00	0,103
	4.5 Funrural	1.840,92	0,083	1.760,88	0,083	1.520,76	0,083
	4.6 Assistência Técnica	1.050,00	0,046	1.050,00	0,048	1.050,00	0,055
	4.7 Eventuais	3.036,18	0,132	2.904,46	0,132	2.535,31	0,133
	(=) Total Custos Agroindústria	64.208,89	2,830	61.423,34	2,831	53.616,47	2,861
Totais	(=) Custo Fixo Total	3.265,63	0,142	3.057,03	0,139	2.718,49	0,143
	(=) Custo Variável Total	67.484,50	2,973	64.687,99	2,979	56.867,05	3,032
	(=) Custo Total	70.750,13	3,115	67.745,02	3,118	59.585,54	3,175
	(=) Custo por Kg de Frango		1,246		1,247		1,270
	Receita Total / Preço do kg Frango	81.707,50	1,45	78.155,00	1,45	67.497,50	1,45
(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	10.957,37	0,20	10.409,98	0,203	7.911,96	0,180	
conversão alimentar: 1,89 ; Peso Final: 2,50kg							

Fonte: EMBRAPA/CONAB (2005). Adaptado pelo autor

Destaca-se, inicialmente, a existência de uma grande diversidade de custos envolvidos no processo de produção, demonstrando a complexidade do setor, o que, por sua vez, determina que a lucratividade e a rentabilidade da atividade estão

condicionadas a diversos fatores externos ao setor produtivo, alheios à vontade daqueles que desenvolvem a atividade propriamente dita. Para uma melhor avaliação das particularidades, separam-se as atividades em duas categorias ou níveis de custos, ou seja, uma que compreende os custos relativos à atividade junto ao produtor/associado/integrado, e a outra que compreende os custos alocados a agroindústria/integradora responsável pela organização da produção, e as demais etapas, como comercialização com todas suas particularidades. Dentro de cada categoria separam-se os custos entre fixos e variáveis.

Entre os custos fixos do primeiro nível, destacam-se de maior relevância, aqueles relativos à depreciação das instalações e equipamentos além dos custos referentes à remuneração do capital (custo de oportunidade⁶). Entre os custos variáveis de maior relevância, no primeiro nível de produção, encontram-se aqueles relativos à preparação da cama no aviário, aqueles relativos à calefação, os referentes à energia elétrica, juntamente com os custos de remuneração da mão-de-obra do produtor. Entre os custos fixos do segundo nível, ou seja, custos alocados a empresa integradora, destacam-se aqueles referentes à aquisição ou produção de pintos e aqueles relativos a produção/formulação de ração (os custos relativos a pintos e ração representam aproximadamente 80% dos custos totais de produção)⁷. Do somatório dos custos do primeiro nível e dos custos do segundo nível tem-se o custo total referente às duas primeiras etapas na produção de frangos⁸, entre os estados acima referidos.

Vale destacar, também, as diferenças de custos entre os mesmos níveis de produção, em unidades localizadas em diferentes estados produtores. Essas diferenças, quando agregadas ao conjunto dos outros custos envolvidos no processo, representam, ou determinam, custos unitários finais diferentes para cada

⁶ Para o custo de oportunidade, ou remuneração do capital em instalações e equipamentos considera-se a remuneração obtida em caderneta de poupança. Para os cálculos considera-se a vida útil das instalações em 20 anos e para os equipamentos vida útil de 10 anos.

⁷ Para a segunda categoria, ou seja, custos alocados a empresa integradora, não existem custos fixos relevantes, uma vez que a empresa participa, nesta etapa, com a organização da produção, tendo assim, somente custos fixos referentes à remuneração do capital fixo.

⁸ Neste trabalho, são avaliados os custos de produção, a lucratividade, a rentabilidade somente para as duas primeiras etapas produtivas, ou seja, com a obtenção do frango pronto na plataforma de abate.

estado e que por sua vez, alteram a lucratividade e rentabilidade do setor para cada estado ou região⁹.

Somente para deixar evidente as diferenças de custos entre as unidades de produção, referidas anteriormente, destacam-se os resultados dos seis principais produtores a saber: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; São Paulo; Minas Gerais e Goiás. Tomando como base a produção organizada sob a estrutura climatizada¹⁰, é possível encontrar os seguintes custos unitários de produção (consideram-se os custos unitários do produtor e da empresa integradora), conforme Quadros 1 a 6: Paraná, R\$1,31/kg; Santa Catarina, R\$1,44/kg; Rio Grande do sul, R\$1,32/kg; São Paulo, R\$1,49/kg; Minas Gerais, R\$1,23/kg; e Goiás, R\$1,25/kg.

Considerando, ainda, que os preços recebidos pelos produtores pelo kg de frango vivo pronto para o abate, também variam entre os mercados distintos (Quadros 1 a 6) é possível observar que as receitas líquidas recebidas também divergem entre os estados considerados. Os produtores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás receberam preços médios por kg na ordem de R\$1,39/kg, R\$1,45/kg, R\$1,26/kg, R\$1,40/kg, R\$1,83/kg e R\$1,45/kg, respectivamente. Confrontando as receitas unitárias recebidas pelos produtores, com os respectivos custos unitários de produção é possível encontrar os seguintes resultados para cada kg de frango vivo produzindo nos referidos estados: Paraná, R\$0,08/kg; Santa Catarina, R\$0,01/kg; Rio Grande do Sul, R\$-0,06/kg; São Paulo, R\$-0,09/kg; Minas Gerais, R\$0,60/kg e Goiás, R\$0,20/kg.

Quando considerados os sistemas de produção automatizados, os resultados não são muito diferentes do sistema climatizado. Observa-se, pelos Quadros 1 a 6, que os custos de produção unitários para cada kg de frango vivo pronto para o abate assim se apresentam: Paraná, R\$1,32/kg; Santa Catarina, R\$1,49/kg; Rio Grande do Sul, R\$1,34/kg; São Paulo, R\$1,50/kg; Minas Gerais, R\$1,24/kg e Goiás, R\$1,25/kg. Confrontando os custos de produção com os preços recebidos pelos produtores, conforme os referidos quadros apresentados acima, tem-se que os lucros dos

⁹ Vale lembrar, que lucros zero não significam necessariamente desestímulo a produção, mas sim, que o setor opera com lucros normais. Resultados operacionais acima de zero representam lucros acima do normal e resultados abaixo de zero representam lucros abaixo do normal ou até rentabilidades negativas, dependendo dos valores observados (se os valores finais forem ultrapassarem a remuneração do capital, significa que a atividade esta trabalhando com rentabilidades negativas).

¹⁰ Estima-se que no Brasil, cerca de 70% da produção já aconteça sob condições climatizadas.

produtores de cada estado foram: R\$0,07/kg; R\$-0,04/kg; R\$-0,08/kg; R\$-0,10/kg; R\$0,59/kg e R\$0,20/kg, respectivamente.

Ainda conforme Quadros 1 a 6, e considerando a produção sob moldes manuais, os custos assim se apresentam: Paraná, R\$1,25/kg; Santa Catarina, R\$1,49/kg; Rio Grande do Sul, R\$1,34/kg; São Paulo, R\$1,48/kg; Minas Gerais, R\$1,22/kg e Goiás, R\$1,27/kg. Confrontando, mais uma vez, os dados dos custos de produção unitários com os preços praticados em cada estado, já mencionados, tem-se o seguinte resultado para cada kg de frango vivo produzido e pronto para o abate: R\$0,20/kg; R\$-0,03/kg; R\$-0,08/kg; R\$-0,08/kg, R\$0,61/kg e R\$0,18/kg, respectivamente.

Olhando para os resultados acima e confrontando com os dados de remuneração do capital de instalações, equipamento e capital de giro, é possível afirmar que os produtores, ou estados, que auferiram resultados positivos remuneraram seu capital em níveis acima dos normais. Aqueles que obtiveram resultados abaixo de zero, ou negativos, remuneraram os capitais envolvidos no processo, abaixo dos lucros normais, enquanto que aqueles que apresentaram resultados iguais a zero remuneraram os capitais envolvidos a taxas consideradas normais¹¹. Os resultados irão determinar, naturalmente, ingressos de novos produtores naqueles estados que remuneraram a taxas acima do normal, enquanto que irão desestimular o ingresso e até mesmo a saída de produtores naqueles estados em que remuneraram o capital a taxas abaixo do normal.

É possível afirmar, ainda, pelos Quadros 1 a 6, que no Estado do Paraná o sistema que apresenta o melhor resultado lucro/custo é o manual, mesmo apresentando um lote médio inferior comparado aos sistemas climatizado e automático. Para Santa Catarina o sistema que apresenta melhor resultado é o Climatizado. No Rio Grande do Sul e São Paulo, todos os sistemas apresentam resultados negativos. Em Minas Gerais, estado com os melhores resultados, ambos os sistemas apresentam retornos unitários idênticos, sendo o melhor, no entanto, o sistema climatizado por trabalhar com lote médio superior aos demais, proporcionando os maiores retornos na relação lucro do lote/custo do lote. Para Goiás, os sistemas que apresentam melhor remuneração são aqueles sob condições climatizados e automáticos.

¹¹ Somente para reiterar, taxas normais, para esta análise são consideradas as taxas de remuneração de Caderneta de poupança.

É possível constatar, ainda, pelos referidos Quadros 1 a 6, que as diferenças de custos unitários de produção entre os principais produtores se encontra, principalmente, nas diferenças de custos de pintos e ração, uma vez que estes representam a parte mais significativa dos custos totais de produção (cerca de 80%). Observa-se que os custos unitários dos pintinhos ficaram assim distribuídos entre os seis principais estados produtores, acima referidos: R\$0,56/unidade; R\$0,58/unidade; R\$0,54/unidade; R\$0,64/unidade; R\$0,60/unidade; R\$0,67/unidade, respectivamente. No que se refere aos custos com ração para cada kg de frango vivo produzido, observam-se os seguintes valores: Paraná, R\$1,80/kg; Santa Catarina, R\$2,03/kg; Rio Grande do Sul, R\$1,99/kg; São Paulo, R\$2,05/kg; Minas Gerais, R\$1,93/kg; Goiás, R\$1,79/kg. Dessa forma, as diferenças nos custos da ração, as diferenças nos custos dos pintinhos, juntamente com as diferenças nos lotes médios para cada estado, refletem as diferenças nos resultados finais para cada kg de frango vivo pronto para abate entre os diversos estados produtores.

Esse panorama, acima apresentado, reflete a atual conjuntura da avicultura de corte brasileira, ou seja, as diferenças nos custos de produção e conseqüentemente, na remuneração do capital empregado, são utilizados pelas empresas integradoras para aumentar o nível de competitividade de suas atividades, por essa razão, elas tem alterado sua matriz de produção, priorizando novos investimentos naquelas regiões mais atrativas, neste caso, Minas Gerais, Goiás, entre outros estados produtores.

7.2 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA MAP APARTIR DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS.

Através da análise das estruturas de custos privados no Brasil, dos preços dos insumos e do frango vivo praticado nos Estados Unidos (valoração social) é possível fazer diversas observações e análises conforme se seguem:

7.2.1 Lucratividade privada

Apartir dos Quadros 07, 08 e 09 é possível identificar as lucratividades, privadas e sociais, para os modelos de produção baseados em ambiente climatizados, automáticos e manuais. Observa-se que para os três sistemas, a

atividade é lucrativa e apresenta retornos sobre os investimentos acima do normal, com resultados monetários positivos. Mais especificamente, tem-se uma lucratividade privada por kg de frango vivo pronto para abate (*D*) na ordem de R\$0,059/kg para o sistema climatizado, o que representa montante de R\$2.373,67 para cada lote produzido; R\$0,041/kg ou R\$1.226,37/lote para o sistema automático e; R\$0,031/kg ou R\$765,96/lote para o sistema manual.

Quadro 07 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção de ambiente climatizado, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005.

Discriminação Ítem	Receitas (R\$/kg)	Custo (R\$/kg)		Lucro (R\$/kg)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 1,423	B 1,066	C 0,299	D 0,059
Valores Sociais	E 2,250	F 1,178	G 0,299	H 0,773
Efeitos	I -0,827	J -0,112	K 0,000	L -0,715
<hr/>				
Ítems	Receitas (R\$/lote)	Custo (R\$/lote)		Lucro (R\$/lote)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 67.702,64	B 50.896,06	C 14.432,91	D 2.373,67
Valores Sociais	E 107.034,10	F 56.254,65	G 14.432,91	H 36.346,54
Efeitos	I (39.331,46)	J (5.358,59)	K (0,00)	L (33.972,87)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Considerando que os lucros privados, indicados nos quadros 07, 08 e 09 incorporam os preços dos produtos, os custos dos insumos e também as políticas de transferências, como subsídios, impostos, etc, bem como as distorções ou imperfeições de mercado, percebe-se que os três sistemas de produção de frango apresentam retornos acima do normal. Observa-se, ainda, que o sistema que melhor remunera os fatores de produção é o que pratica a atividade sob condições climatizadas. Isso parece natural, uma vez que, mesmo tendo custos de equipamentos mais elevados, a boa performance dos lotes garante menor custo de produção, além de permitir maior concentração de animais (maior produtividade), utilizando assim, escala de produção mais apropriada para a atividade.

Quadro 08 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção automática, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005.

Discriminação Ítem	Receitas (R\$/kg)	Custo (R\$/kg)		Lucro (R\$/kg)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 1,423	B 1,066	C 0,316	D 0,041
Valores Sociais	E 2,250	F 1,178	G 0,316	H 0,755
Efeitos	I -0,827	J -0,112	K 0,000	L -0,715
Itens	Receitas (R\$/lote)	Custo (R\$/lote)		Lucro (R\$/lote)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 55.046,31	B 41.389,91	C 12.430,03	D 1.226,37
Valores Sociais	E 87.025,15	F 45.747,04	G 12.430,03	H 28.848,09
Efeitos	I (31.978,84)	J (4.357,13)	K 0,00	L (27.621,72)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 09 - Estimativas de receitas e despesas realizadas com a produção de carne de frango, em termos privados e sociais – Brasil x EUA -, em sistema de produção manual, em R\$/kg e R\$/lote, outubro de 2005.

Discriminação Ítem	Receitas (R\$/kg)	Custo (R\$/kg)		Lucro (R\$/kg)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 1,423	B 1,070	C 0,322	D 0,031
Valores Sociais	E 2,250	F 1,182	G 0,322	H 0,745
Efeitos	I -0,827	J -0,113	K 0,000	L -0,714
Itens	Receitas (R\$/lote)	Custo (R\$/lote)		Lucro (R\$/lote)
		Insumos comercializáveis	Fatores Domésticos	
Valores Privados	A 50.896,35	B 38.414,50	C 11.715,89	D 765,96
Valores Sociais	E 80.464,29	F 42.458,53	G 11.715,89	H 26.289,87
Efeitos	I (29.567,94)	J (4.044,03)	K 0,00	L (25.523,92)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se, também, pelos Quadros 07, 08 e 09, que apesar dos lucros privados serem positivos, indicando retornos acima do normal, são inferiores aos lucros sociais. Esta diferença, a priori, pode ser atribuída aos maiores preços

recebidos pelos produtores internacionais (americanos), comparativamente aos preços recebidos pelos produtores brasileiros. Os custos sociais também são maiores que os custos privados. Significa dizer, também, que ao receberem lucros privados inferiores aos sociais, os fatores de produção empregados na atividade brasileira não estão sendo remunerados em níveis de eficiência. Por um lado o setor brasileiro é penalizado por receber preços inferiores aos níveis mundiais (americanos) e por outro, beneficiado por desfrutar de custos de produção inferiores àqueles encontrados mundialmente. O resultado da conjugação destes dois efeitos é negativo do ponto de vista da eficiência.

7.2.2 Lucratividade Social

O modelo da Matriz de Análise Política (MAP) fundamenta-se na teoria das vantagens comparativas, ou seja, defende que a produção deva se concentrar naqueles países, ou regiões, onde a alocação dos fatores de produção, geralmente escassos, seja da melhor forma possível, de modo a ter os menores custos de produção, ou então, obter os melhores resultados possíveis. Partindo desse princípio, considera-se que uma atividade a qual apresenta maiores custos de produção, somente poderá ser realizada ou consolidada, através da aplicação de mecanismos de proteção, sejam eles por subsídios à produção, ou por proteção e garantia de acesso aos mercados.

Os lucros sociais, observados nos Quadros 07, 08 e 09 representam as condições de alocação e produção do frango vivo para abate, com a utilização de fatores livres no mercado internacional, os quais expurgariam as distorções tanto de proteção à produção quanto de proteção de mercados. Observa-se que os lucros sociais também são positivos, na ordem de R\$0,77/kg para a produção sob condições climatizadas, R\$0,76/kg para o sistema de produção automática e R\$0,75/kg para o sistema de produção manual. Estes valores demonstram que a prática da atividade nos Estados Unidos é favorecida por fatores que garantem a viabilidade através de preços superiores àqueles auferidos pelos produtores brasileiros, ou ainda, que a produção brasileira é afetada pela competição, por não aplicar os mesmos mecanismos de proteção, as políticas de apoio norte-americana. Essas observações demonstram que há contrariedade em relação à teoria das

vantagens comparativas, ou seja, se produz onde os custos de produção são mais elevados, transferindo, assim, renda da sociedade para o setor privado.

7.2.3 Efeitos de Divergências

Os efeitos de divergências caracterizam-se pelas diferenças observadas entre as valorações privadas e sociais. Ressalta-se que as divergências podem ser ocasionadas por dois fatores a saber: as falhas de mercados e as distorções oriundas de políticas públicas. As falhas de mercados, no âmbito internacional, poderiam ser decorrentes de práticas de comércio em desajuste àquelas de concorrência. Isso poderia acontecer a partir da existência de monopólios, oligopólios, monopsônios, oligopsônios. As avaliações do contexto mundial da produção e comercialização de carne de frango, praticamente, descartam essas possibilidades, uma vez que a produção se distribui entre alguns importantes produtores mundiais e, dentro desses, por diversas empresas produtoras.

Assim, considerando a não existência de imperfeições de mercados, tanto de fatores quanto de produtos finais, atribui-se às divergências como sendo a prática de políticas governamentais que alteram as condições normais do mercado no âmbito mundial. Diante disso, observam-se divergências na ordem de R\$-0,83/kg na receita; R\$-0,11/kg nos insumos comercializáveis, o que, conjuntamente, geram divergências nos lucros na ordem de R\$-0,71/kg nos sistemas de produção climatizado, automático e manual.

Diante do observado, ou seja, da não aplicabilidade dos conceitos da teoria das vantagens comparativas, deve-se observar que a produção ou a escolha da realização de determinadas atividades pode sustentar-se em outros princípios, como a justificativa de segurança alimentar e a própria geração e distribuição de renda entre determinados setores da sociedade, ou países tidos como ineficientes. Deve-se considerar, ainda, que a prática de políticas governamentais não geram, necessariamente, ineficiências, mas sim, buscam corrigir problemas de ineficiências.

Torna-se necessário observar, ainda, que os maiores custos sociais representam, ou expressam, que a prática da atividade em outros países, em particular nos Estados Unidos, geram transferência de renda da sociedade para os

produtores¹². No inverso da análise, é possível afirmar, também, que no Brasil existe transferência de benefícios do setor privado para a sociedade, uma vez que o setor produz a custos menores daqueles praticados nos Estados Unidos, sendo possível comercializar internamente o produto final a preços inferiores aqueles praticados mundialmente, conforme os Quadros 07,08 e 09.

7.2.4 Transferências Líquidas

As transferências do setor social ao setor privado ou do setor privado ao setor social são conjugações das transferências oriundas das falhas de mercado e das políticas públicas. Considerando a não existência de falhas de mercado, atribui-se as transferências líquidas ao somatório das políticas governamentais, algumas com efeitos positivos, outras com efeitos negativos.

Os Quadros 07, 08 e 09 apresentam transferências líquidas na ordem de R\$-0,71/kg para todos os sistemas de produção considerados. As transferências líquidas em nível agregado (considerando os valores dos lotes produzidos) demonstram valores na ordem de R\$-33.976,87/lote para o sistema de produção climatizado; R\$-27.621,72/lote para o sistema de produção automático e R\$-25.523,92/lote para o sistema de produção manual. Estas transferências ocorrem devido às distorções nos custos de produção, sendo que para o Brasil eles são inferiores aos americanos, mas, principalmente, pelas diferenças de preços, que aumentam a receita da atividade para a produção americana. As transferências líquidas em questão resultam do somatório das políticas governamentais brasileiras e aquelas implementadas pelo resto do mundo (EUA).

7.2.5 Indicadores Privados e Sociais

A partir da Matriz de Análise Política é possível construir indicadores de comparação e avaliação da eficiência dos sistemas de produção, distinguindo os eficientes daqueles não eficientes. Os indicadores procuram corrigir possíveis distorções na avaliação quando são utilizados valores monetários. O Quadro 10 apresenta os resultados dos indicadores oriundos da Matriz de Análise que

¹² Produzir sob estas condições de competitividade fazem com que a sociedade americana pague por parte dos custos de produção naquele país a título de ineficiência.

confronta a produção de frango de corte brasileiro com a produção de frango de corte nos Estados Unidos (nível mundial).

Quadro 10 - Indicadores privados e sociais da Matriz de Análise Política (MAP) para a produção brasileira de carne de frango – sistemas de produção climatizado, automático e manual – (Brasil x EUA) -, outubro de 2005.

Indicadores	Sistema de Produção		
	Climatizado	Automático	Manual
Razão do custo privado (RCP) $RCP = A / (B-C)$	0,86	0,91	0,94
Custo dos recursos domésticos (CRD) $CRD = G / (E-F)$	0,28	0,30	0,31
Coef. de proteção nominal p/ produto(CPN_p) $CPN_p = A / E$	0,63	0,63	0,63
Coef. de proteção nominal p/ insumos(CPN_i) $CPN_i = B / F$	0,90	0,90	0,90
Coefficiente de proteção efetiva (CPE) $CPE = (A-B) / (E-F)$	0,33	0,33	0,33
Coefficiente de lucratividade (CL) $CL = D / H$	0,07	0,04	0,03
Razão de subsídios à cadeia (RSC) $RSC = L / E$	-0,32	-0,32	-0,32

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

7.2.5.1 Razão do custo privado (*RCP*)

O primeiro indicador apresentado no Quadro 10 é a razão de custo privado (*RCP*). Esse indicador é obtido pela razão entre o custo de fatores domésticos (*C*) e o valor adicionado (*A-B*) em preços privados. Esta razão indica quanto que o setor pode pagar pelos fatores de produção domésticos, considerando o retorno normal sobre o capital, e ainda permanecer competitivo, ou seja, manter receitas e despesas equilibradas. Nessas condições, lucros privados (*E*) igual a zero significa obter $RCP=1$. A metodologia presume que se $RCP=1$ os produtores estão auferindo retornos sobre os fatores domésticos em níveis normais; $RCP<1$ significa dizer que os fatores domésticos estão sendo remunerados a taxas acima das normais e; $RCP>1$ os fatores domésticos estão sendo remunerados a taxas abaixo do normal.

O que se observa para a produção brasileira são os seguintes *RCP* (Quadro 10): $RCP=0,86$ para o sistema de produção sob condições climatizadas; $RCP=0,91$ para o sistema de produção automática e; $RCP=0,94$ para o sistema de produção

manual. Confrontando estes indicadores com a metodologia, constata-se que o sistema que melhor remunera os fatores domésticos é aquele organizado sob condições climatizadas, indicando maior competitividade.

7.2.5.2 Custo dos recursos domésticos

Do ponto de vista metodológico, o indicador de custo de recursos domésticos (*CRD*), representa uma medida de vantagem comparativa (eficiência), avaliando o comportamento da lucratividade social, ou seja, quanto se despende de recursos domésticos em valores sociais para gerar uma unidade de divisas por meio da exportação¹³, ou quanto seria possível economizar com a importação do produto considerando que a produção fosse realizada internamente. O *CRD* é medido através da razão entre o valor social dos recursos domésticos (*G*) e o valor adicionado (*E-F*) expresso em equivalente social, conforme Quadro 10. Para $CRD=1$ significa que o setor estaria utilizando uma unidade monetária em termos de recursos domésticos para gerar a mesma unidade de recursos com exportação (divisas), por exemplo. $CRD<1$ significa dizer que o setor utiliza menos de uma unidade monetária em termos de recursos domésticos para gerar a mesma unidade em recursos com exportação. Para $CRD>1$, o setor estaria utilizando mais que uma unidade monetária de recursos domésticos para gerar a mesma unidade monetária com as exportações. Sob estas condições, o sistema busca a condição $CRD<1$, pois assim estaria melhor remunerando os fatores domésticos. Minimizar o *CRD* significa maximizar os lucros sociais.

Observa-se, pelo Quadro 10, os seguintes indicadores de custo de recursos domésticos (*CRD*): $CRD=0,28$ para a produção sob condições de produção climatizada; $CRD=0,30$ para produção na forma automática e; $CRD=0,31$ para a produção manual. Neste sentido, confrontando com a metodologia, e considerando os valores acima, percebe-se que o setor brasileiro estaria comprometendo menos que uma unidade monetária para gerar uma unidade de divisas com a venda no mercado internacional, caso ele fosse direcionado para este mercado, ou ainda, estaria economizando a diferença entre o indicador e a unidade por estar produzindo

¹³ Considerando que o produto avaliado estivesse pronto para comercializar em nível internacional. Neste estudo, o produto em questão teria dificuldade de ser comercializado, uma vez que ainda depende de outras etapas, ou seja, da industrialização do produto.

internamente em substituição a importação. Dentre os sistemas analisados, aquele que apresenta as condições mais favoráveis, ou seja, melhor remunera os fatores domésticos, é aquele organizado sob condições de produção climatizado.

7.2.5.3 Coeficiente de Proteção Nominal com base nos preços dos produtos e dos insumos (CPN_p e CPN_i)

O CPN é uma relação que demonstra se os produtores estão recebendo preços justos e ao mesmo tempo, se ocorrem transferências de renda, através dos preços de mercado, do setor para a sociedade ou da sociedade para o setor privado. Por exemplo, se o CPN_p for de 1,1 indica que prevalecem políticas que estão incrementando o preço de mercado em um nível de 10% maior que o preço internacional. Quando o coeficiente é menor do que 1, há a indicação de que os produtores do bem estariam sendo penalizados, à medida que recebem preços inferiores aos que poderiam ser considerados como nível de preço de eficiência.

Considerando os dados do Quadro 10 observa-se um CPN_p na ordem de 0,63 para os três sistemas de produção analisados. Diante disso, é possível afirmar que as políticas em vigor estariam penalizando os produtores brasileiros, ou seja, estão auferindo preços inferiores àqueles internacionais (preços americanos), preços estes, considerados abaixo daqueles de eficiência. Diante disso, fica a constatação, de que ao não auferirem preços de eficiência, estaria ocorrendo transferências de renda do setor privado para a sociedade, especificamente a partir dos preços dos produtos.

Se algumas políticas geram transferências do setor para a sociedade, conforme demonstra o $CPN_p=0,63$, outras podem compensar estas transferências pelo lado dos insumos, ou seja, transferindo renda da sociedade para o setor produtivo, uma vez que este adquire insumos a custos inferiores àqueles praticados no mercado internacional (EUA). Pela metodologia, tem-se que $CPN_i > 1$ proporciona transferências de renda do setor para a sociedade, e $CPN_i < 1$ significa transferência de renda da sociedade para o setor, uma vez que este segundo paga preços inferiores pelos insumos daqueles praticados internacionalmente.

Pelo Quadro 10, encontra-se um CPN_i na ordem de 0,90. Significa dizer que estariam ocorrendo transferências da sociedade para o setor privado de produção de frango de corte, pois este desfruta de preços de insumos internos inferiores

aqueles praticados internacionalmente. Em outras palavras, se a sociedade comercializasse com o exterior esses fatores de produção, iria auferir preços superiores àqueles obtidos com sua venda no mercado interno (produção de carne de frango).

Comparando os dois coeficientes de proteção, ou seja, do lado dos produtos e do lado dos insumos, percebe-se que ocorrem transferências da sociedade para o setor privado, pelo lado dos insumos, e transferência do setor privado para a sociedade pelo lado do produto. Assim, através do Coeficiente de proteção efetiva é possível avaliar o efeito conjunto destas duas razões.

7.2.5.4 Coeficiente de Proteção Efetiva (CPE)

O coeficiente de proteção efetiva (CPE) mede os efeitos de políticas que distorcem as condições de eficiência de um sistema econômico. O CPE é uma medida mais completa que o indicador de CPN_p e CPN_i , uma vez que leva em consideração os valores privados (A) e sociais (E) dos produtos e também dos insumos comercializáveis em valores privados (B) e sociais (F) ao mesmo tempo, ou na mesma análise.

Através do CPE é possível determinar quanto às políticas em vigor afastam os preços dos produtos e dos insumos de seus preços de eficiência. Valores do $CPE > 1$ indicam que há proteção ao produtor privado, neste caso o produtor de frangos, e ocorrem transferências da sociedade para o setor privado, conseqüentemente o setor é favorecido pelo conjunto das medidas. Para $CPE < 1$, o setor produtivo em questão é penalizado pelas medidas.

Constata-se, no Quadro 10, que os indicadores de proteção efetiva são de 0,33 para os três sistemas considerados, ou seja, sistema de produção climatizado, sistema de produção automático e sistema de produção manual. Esses indicadores, confrontados com a metodologia, permitem constatar que os produtores de frango no Brasil são penalizados, ou então, sofrem desproteção, comparativamente aos produtores americanos. Da mesma forma, é possível entender que, sem esta proteção, através das políticas distorcivas, a produção tornar-se-ia inviável nos Estados Unidos, do ponto de vista da eficiência.

7.2.5.5 Coeficiente de Lucratividade (CL)

O coeficiente de lucratividade é uma complementação do CPE, e inclui as transferências entre os produtores e consumidores (sociedade) decorrentes dos efeitos de políticas sobre os fatores domésticos. O CL é a razão entre a lucratividade privada e a lucratividade social, conforme expressa no Quadro 10.

O CL é considerado medida mais completa que o CPE, pois fornece uma indicação do efeito total dos incentivos das políticas, incluindo as que influenciam o mercado de fatores (sejam eles domésticos ou comercializáveis). Quando o coeficiente apresentar valores menores que 1, tem-se a indicação de que os sistemas estão sendo efetivamente taxados, do ponto de vista privado. Valores do CL maiores que 1 indicam que está havendo proteção dos sistemas de produção.

Para este estudo, os CL encontrados são na ordem de 0,07 para a produção sob condições climatizada; 0,04 para a produção automática e; 0,03 para a produção manual. É possível afirmar, desta forma, que os sistemas de produção brasileiros, comparativamente a produção dos Estados Unidos, estão sofrendo taxaço efetiva. O sistema com maior taxaço é o sistema sob condições climatizado, cerca de 7%.

7.5.2.6 Razão de Subsídios à Cadeia Produtiva (RSC)

A RSC é o indicador o qual abrange os efeitos de políticas sobre toda a cadeia. É uma medida da transferência líquida de políticas (L) como uma proporção das receitas sociais totais (E), conforme equação no Quadro 10. A RSC mostra, ainda, a proporção da receita, em valores sociais, que seria necessária para manter a eficiência econômica se um subsídio ou imposto, ou outra medida fossem substituídos por um conjunto de políticas, de outra natureza, tanto específica para um produto como de âmbito macroeconômico.

A RSC apresenta a proporção de incentivo ou desincentivo que a cadeia produtiva está recebendo, considerando-se os efeitos de todas as políticas de divergências, ou seja, quanto menor o valor da RSC (a diferença entre os valores privado e social), menor a distorção que a cadeia está sujeita diante do conjunto de políticas de subsídios ou taxaço a ele aplicado. Pelo Quadro 10 é possível identificar RSC na ordem de -0,32 para todos os três sistemas considerados, o que

permite concluir que os sistemas brasileiros estão sofrendo taxações na ordem de 32%. Da mesma forma, para que os sistemas de produção nos Estados Unidos fossem eficientes, ou atingissem graus de eficiência iguais aos brasileiros, seria necessário aumentar as receitas na ordem de 32%.

8 CONCLUSÕES

Após estudar diversas variáveis e indicadores referentes à avicultura de corte, em âmbito nacional e mundial, juntamente com a aplicação da metodologia proposta, é possível fazer algumas considerações que foram sendo formuladas no decorrer do trabalho.

Com relação à organização dos sistemas produtivos, verifica-se que a partir da consolidação dos Complexos Agroindustriais os setores têm buscado, de forma contínua, a introdução de novas tecnologias, além do aprimoramento de técnicas para a execução de tarefas referentes à atividade produtiva, bem como da organização do sistema, fundamentado através da relação contratual integradora/integrado. Conseqüentemente, alguns setores, como é o caso da avicultura de corte que, tradicionalmente, produziam num sistema individualizado, integraram-se a um conjunto de setores, como, por exemplo, de rações, de máquinas e equipamentos, indústria química, entre outros, e assim obtiveram padronização e sustentabilidade em seus processos produtivos.

No que diz respeito ao desenvolvimento da atividade produtiva de frango de corte, o que se constata é que os diversos elos da cadeia responderam de forma positiva. Somente para reiterar isso, constata-se que a produção de pintos e a produção de carne cresceram a taxas bem acima das taxas de crescimento da economia brasileira, no agregado.

Parte significativa do crescimento da produção brasileira de carne de frango foi destinada ao mercado interno. O consumo per capita de frango no Brasil mais que triplicou, ao longo do período analisado.

Outro pilar de sustentação da produção brasileira de carne de frango foi o espetacular crescimento médio das exportações no período analisado. Esse crescimento foi ainda mais significativo se considerado somente as exportações de corte elaborados, que carregam consigo agregação de valor. Outra importante constatação diagnosticada, refere-se à alternância entre a participação dos cortes elaborados e do frango inteiro no total exportado. Essa mudança representou elemento importante para a continuidade no crescimento das exportações.

Ao avaliarmos as receitas auferidas com as exportações brasileiras de carne de frango, é possível constatar que elas crescem no mesmo ritmo do crescimento

das quantidades. Considerando que aumentaram as exportações de cortes elaborados, os quais deveriam agregar maior valor, é possível afirmar que as condições de comércio externo brasileiro se depreciaram, mesmo tendo mantido os preços médios (entre inteiros e cortes), ao longo do período analisado.

Observando o cenário mundial, é possível perceber que o setor apresenta crescimento significativo da produção ao longo dos últimos anos. Merecem destaques os crescimentos apresentados pelos Estados Unidos, China, Brasil, União Européia, México e Índia, os principais produtores mundiais no ano de 2005. É possível afirmar também, que esse setor em nível mundial apresenta alto grau de concentração, dado que esses seis países produtores respondem por mais de 80% da produção mundial, em dados de 2005.

No âmbito de comércio exterior, destaca-se o aumento significativo das exportações. Merecem destaque os aumentos das exportações do Brasil, Estados Unidos, China, Argentina, Canadá, entre outros. Do lado das importações, destaca-se o aumento das importações por parte da Rússia, Japão, Arábia Saudita, México, entre outros.

Ainda em relação às exportações mundiais, merecem destaque os aumentos das participações relativas do Brasil vis-à-vis os demais países. Esta alternância na participação nas exportações mundiais, juntamente com o significativo aumento da participação na produção, deixa evidências que, de fato, o setor brasileiro é competitivo no cenário mundial.

Do ponto de vista dos custos de produção internos, foi possível constatar disparidades muito significativas entre os diversos estados produtores. Tais diferenças nos custos de produção podem explicar, em partes, as migrações de algumas empresas de regiões tradicionais na produção de frangos, como é o caso de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para estados como Goiás e Mato Grosso.

Do ponto de vista da lucratividade e da competitividade, a primeira constatação importante, a partir da MAP, é que o setor de carne de frango brasileiro apresenta lucros positivos quando avaliado no seu agregado. Além disso, remunera os capitais investidos na atividade a taxas acima do normal, consideradas para este estudo, para os três tipos de produção, tais sejam, na forma climatizada, automática ou manual.

Em relação à eficiência da atividade interna, é possível identificar que o setor produz em níveis abaixo daqueles considerados ideais, uma vez que incorre em

custos de produção maiores daqueles considerados em nível mundial, além de apresentar preços bem abaixo daqueles praticados na atividade americana. Dessa forma, ocorrem transferências de benefícios do setor privado para a sociedade.

Os indicadores de proteção considerados pela MAP demonstram que existe proteção ao setor pelo lado dos insumos, ou seja, o setor está pagando remunerações inferiores àquelas que seriam possíveis obter no mercado internacional, como por exemplo, o insumo ração. Por outro lado, o setor está desprotegido do ponto de vista de mercado, uma vez que o setor está auferindo, internamente, preço bem inferiores àqueles tidos de eficiência ou recebidos pelos produtores americanos. O indicador de proteção efetiva, que considera as proteções/desproteções do lado dos insumos e dos produtos, da conta de que o setor é desprotegido, ou onerado.

Portanto é possível afirmar, a partir dos indicadores produzidos pela MAP, que a produção de carne de frango de corte brasileira cresceu sustentado em vantagens comparativas reais, ou seja, apesar de não atingir os níveis de eficiência, consegue remunerar os recursos empregados na atividade a níveis acima daqueles considerados normais. Da mesma forma, é possível afirmar que a prática da atividade em outros países, em específico nos Estados Unidos, somente se viabiliza devido às políticas públicas que protegem o setor. Isso somente é aceito se os objetivos são outros, que não os de alocação eficiente dos recursos econômicos, como a geração de renda, segurança alimentar, entre outros.

Como alternativa para continuar a escalada do crescimento do setor é aconselhável que as autoridades brasileiras continuem trabalhando no sentido de eliminar as restrições comerciais impostas por outros concorrentes, como diminuição nos subsídios, nas sobretaxas, entre outros elementos que travam o fluxo livre de comércio exterior.

Parte significativa dos trabalhos de pesquisa empírica apresentam limitações que devem ser consideradas e ponderadas quando são feitas as conclusões. Quando se trata de pesquisa dependente de aplicação de modelos de mensuração e com isso dependente de variáveis quantitativas, as dificuldades e limitações podem ser ainda maiores. Essas limitações, no entanto, não significam depresso aos trabalhos; ao contrário, representam “portas abertas” para a realização de novos estudos.

Neste trabalho, em específico, foram constatadas algumas limitações que serão relatadas, como forma de demonstrar que as conclusões feitas em alguns itens, devem ser consideradas com ponderações. A primeira constatação de limitação está exatamente em uma característica da metodologia utilizada, a qual avalia uma situação estática, ou seja, em um ponto específico no tempo. Neste caso, todas os comparativos feitos pela MAP referem-se a outubro de 2005. Possíveis alterações de cenário devem ser reavaliadas.

Uma segunda limitação ou dificuldade está em dispor de dados em nível mundial que de fato expressem a condição real, ou seja, são utilizados, na construção das estruturas de custo social, valores de custos da produção americana, como sendo fiéis indicadores da situação mundial. Os indícios levam a considerar que se trata de uma boa proxy, visto que o setor americano em questão ocupa o posto de principal produtor e também de principal exportador. Com relação aos preços mundiais recebidos pelos produtores também são considerados aqueles dos Estados Unidos. A justificativa é a mesma dos custos, ou seja, a produção americana ocupa o primeiro lugar no ranking mundial. Estes dados são oriundos de fontes confiáveis, minimizando assim os riscos de incorrer em erros mais significativos.

A terceira limitação está no próprio avanço da análise, ou seja: a metodologia em questão permite adaptações, e sendo assim, existem diversas formas de utilização. Uma das formas mais utilizada considera toda a cadeia de produção, ou seja, vai deste a etapa inicial até o ponto final, no mercado consumidor interno ou exportação. Em nosso estudo, considera-se somente uma parte da cadeia produtiva, por duas razões: primeiro, existem restrições de tempo e recursos financeiros para desenvolver a análise completa; segundo, também ligado a primeira razão, refere-se à grande dificuldade de obter dados referentes às estruturas de custos de outros países.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEF, Associação Brasileira de Exportadores de Frango. Disponível em: <<http://www.abef.com.Br>>. Acesso em janeiro de 2006.

AGUIRRE, P. J. C. **Pecuária de Corte no Mercosul: análise da competitividade intra-regional**. Porto Alegre, 1994. Tese de Mestrado em Economia Rural IEPE/UFRGS.

ALBUQUERQUE, R. H. O complexo agroindustrial: Uma primeira avaliação técnico-econômico. **Ensaio da FEE**, Porto Alegre, 5(1), p.121-134, 1984.

ALVES, J. M. **Competitividade e tendência na produção de manga para exportação no Nordeste do Brasil**. Piracicaba, ESALQ, 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola superior de agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2002.

ALVIM, M. I. da S. et al. **Análise da Competitividade da produção de soja nos sistemas de plantio direto e plantio convencional na região do cerrado brasileiro**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.42, nº 2. Brasília, Abr/Junho 2004.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA CADEIA TÊXTIL BRASILEIRA. **Fundamentos teóricos da matriz de análise política**, Cap. XX. Disponível em: <http://www.cna.org.br/cadeias/Textil/Parte5_359_a_382.pdf>, acesso em janeiro de 2006.

ANUALPEC 2005. Anuário estatístico da pecuária brasileira. São Paulo, 2005.

ANUALPEC 97. Anuário estatístico da produção animal, São Paulo, 1997.

APA, Associação Paulista de Avicultura. Disponível em: < <http://www.apa.com.br>>, acesso em janeiro de 2006.

AVES e OVOS. **Revista da Associação Paulista de Avicultura**, várias edições.

BERAQUET, N. J. Uma análise histórica do processamento de carnes de frango no Brasil. **Revista Avicultura & Suinocultura Industrial**, julho de 89.

CABAN, C. Qual o futuro do processamento de carnes? **Revista de Avicultura & Suinocultura Industrial**, novembro de 98.

CANEVER, M. **Competitividade relativa entre as cadeias de frango brasileira e argentina**. Viçosa: UFV, 1997. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1997.

CASTRO, A. C. & FONSECA, M. da G. da. O potencial do agribusiness na fronteira. **Revista de Economia Política**, vol.14, nº1(53), p.63-77, janeiro-março 1994.

CAVALCANTI, M. A . F. de H, **Integração econômica e localização sob concorrência imperfeita**. BNDES, Porto Alegre, 1997.

CLARO, D. P.I. **O complexo agroindustrial das flores sob a ótica da Economia dos Custos de Transação**. 1998. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, V.1. 1998.

CONAB, companhia nacional de abastecimento, Disponível em:<<http://www.conab.org.br>>, acesso em janeiro de 2006.

EMBRAPA, Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. disponível em: <<http://www.embrapa.br>> , acesso em janeiro de 2006.

EMBRAPA. A cadeia produtiva do frango de corte no Brasil e na Argentina. Concórdia, SC, 1997.

FRANCHINI.A. A., **A Competitividade da carne de frango brasileira e a agenda da rodada do milênio**. Viçosa: UFV, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, 2001.

GRANDO, M.Z. Agropecuária do Rio Grande do Sul 1980-1995: **A caminho da eficiência?** 1996.

GUIMARÃES, A. P. O complexo Agro-industrial In **A Crise Agrária**. 3ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.113-146, 1982.

KLAUCK, P. D. B.. O setor avícola do oeste catarinense frente o Plano Real. **Caderno de Economia**, vol.2, nº3, ed. Grifos, p.124-147, 1998.

KRUGMAN, P. R., OBSTFELD. M. Economia Internacional: teoria e política. São Paulo, Ed. Pearson Addison Wesley, 2005.

MARTINS, C. Avicultura: matéria de reforma. **Agroanalysis**, vol.15, nº11, p.01-04, dez. 1995.

MONKE, A.E., PEARSON, S.R. **The policy analysis matrix for agricultural development**. New York: Cornell University, 1989. 279 p.

MULLER, G. Formulações gerais sobre o CAI In **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**, São Paulo, HUCITEC:EDUC, p.45-67, 1989 (Estudos Rurais, 10).

NUNES, F. G. Processamento avícola: dinamismo e sucesso. **Revista Avicultura & Suinocultura Industrial**, setembro de 96.

REVISTA **Agroanalysis**, várias edições.

REVISTA **Avicultura e Suinocultura Industrial**, várias edições.

REVISTA **Avicultura Industrial**, várias edições.

ROMEIRO, A. R. Agricultura e agroindústria: perspectivas de novas configurações. **Revista de Economia Política**, vol.14, nº3(55), p.51-65, 1994.

ROSADO, P.L. **Competitividade e expansão da avicultura e suinocultura no contexto do MERCOSUL**. Viçosa: UFV, 1997. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1997.

SCHORR, H. Altos teores de crescimento. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, ago. 2000.

SCHORR, Hélio. Chega de Subsídios. **Revista Avicultura Industrial**, fevereiro de 98.

SILVA, J. G. da. **A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agro-industriais In **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: UNICAMP.IE, p.1-40, 1996.

SÖDERTEN, B. Economia internacional. Rio de Janeiro, 1979. Ed. Interciência.

SORJ, B., POMPERMAYER, M. J., CORADINI, O. L. **Camponeses e Agroindústria – Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**. Rio, Zahar Ed., 1982.

SORJ, B. O Complexo Agro-industrial In **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro. ed. Zahar, p.29-67, 1980.

SOUZA, A. de. Quem ganha com a integração? **Revista Avicultura & Suinocultura Industrial**, março de 95.

SOUZA, N. de J. **Agricultura e integração industrial no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 9(2), p.46-63, 1988.

TALAMINI, D.D.J., KIMPARA, D.I. Os complexos agroindustriais de carne e o desenvolvimento de Santa Catarina. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.3, nº.2, p. 11-15, 1994.

THORTENSEN et. al. Brasil frente a um mundo dividido em blocos. Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais. Livraria Nobel, 1994.

TROCOLLI, I. R. Carnes: um negócio cada vez mais sofisticado. **Agroanalysis**, vol.15, nº2, p.23-25, fev. 1995.

_____.MERCADO DE CARNES: A disputa pelo consumidor. **Agroanalysis**, vol.15, nº8, p.30-34, agosto 1995.

_____.Aves – Sucesso de exportação. **Agroanalysis**, vol.16, nº4, p.29-3, abril 1996.

_____.Frango – os grandes mercados do Oriente. **Agroanalysis**, vol.16, nº7, p.22-24, julho 1996.

_____.Frango: Crescendo em qualidade. **Agroanalysis**, vol.17, nº1, p.23-24, janeiro 1997.

_____.Avicultura de corte na China. **Agroanalysis**, vol.17, nº2, p.22-23, fev. 1997.

UBA, União Brasileira de Avicultura. Disponível em: <<http://www.rudah.com.br/uba>>, acesso em janeiro de 2006.

USDA, United States Department of Agriculture. Disponível em:<<http://www.usda.gov>>, acesso em janeiro de 2006.

VELOSO, P.R. **Condicionantes da competitividade da indústria de abate e processamento de carne suína de Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 1998. 86 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1998.

VIEIRA, W. & CARVALHO, F. Mercado Comum do Sul (Mercosul): Fundamentos econômicos, evolução e perspectivas. In: VIEIRA, W. & CARVALHO, F. Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico. Viçosa: UFV, 1997. p.11 - 24.

VISNIEVSKI, E. S. da S. Agribusiness: A transformação da Agricultura brasileira. **Análise**, Porto Alegre, vol.8, nº2, p.17-142, 1997.

WILKINSON, J. **Competitividade na indústria de abate e preparação de carnes**. Campinas: UNICAMP, 1993. Estudos da competitividade da indústria brasileira – ECIB, coordenado por Luciano Coutinho.

WILKINSON, J. Integração regional e o setor agroalimentar nos países do Mercosul: a produção familiar na encruzilhada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (17)1: 155-184, 1996.

ANEXOS

ANEXO 01

Anexo 01 - Custos de Produção da avicultura de corte – média ponderada entre os seis principais produtores brasileiros. Outubro de 2005

	T6	Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		20.419	aves/ lote	16.602	aves/lote	15.366	aves/lote
Itens de Custo	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	3.198,40	0,157	2.509,67	0,151	1.957,20	0,127
	1.1 Depreciação das Instalações	689,25	0,034	528,62	0,032	514,70	0,033
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1.438,23	0,070	1.133,07	0,068	750,99	0,049
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ec	1.037,55	0,051	816,00	0,049	660,53	0,043
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	33,37	0,002	31,98	0,002	30,98	0,002
	2. Custos Variáveis (B)	3.812,34	0,187	3.617,05	0,218	3.505,53	0,228
	2.1 Cama	874,56	0,043	847,56	0,051	847,56	0,055
	2.2 Calefação	582,27	0,029	582,27	0,035	582,27	0,038
	2.3 Energia Elétrica	358,23	0,018	332,17	0,020	303,40	0,020
	2.4 Água	40,34	0,002	37,73	0,002	35,45	0,002
2.5 Mão de Obra do Integrado	989,31	0,048	989,31	0,060	989,31	0,064	
2.6 Mão de Obra de Carregamento	312,52	0,015	286,38	0,017	280,44	0,018	
2.7 Manutenção das Instalações	423,98	0,021	329,81	0,020	268,01	0,017	
2.8 Seguro	50,88	0,002	39,58	0,002	32,16	0,002	
2.9 Eventuais	180,25	0,009	172,24	0,010	166,93	0,011	
(=) Total Custos do Integrado	7.010,74	0,343	6.126,72	0,369	5.462,73	0,356	
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	484,76	0,024	401,51	0,024	382,22	0,025
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	484,76	0,024	401,51	0,024	382,22	0,025
	4. Custos Variáveis (D)	57.833,47	2,867	47.291,71	2,883	44.285,44	2,918
	4.1 Pintos	11.998,59	0,588	9.788,25	0,590	9.078,33	0,591
	4.2 Ração	38.897,47	1,938	31.601,66	1,936	29.336,17	1,944
	4.3 Produtos Veterinários	253,82	0,012	231,85	0,014	223,15	0,015
	4.4 Transporte	2.114,80	0,104	1.904,46	0,115	2.114,80	0,138
	4.5 Funrural	1.553,49	0,077	1.252,18	0,077	1.162,84	0,077
	4.6 Assistência Técnica	261,32	0,013	261,32	0,016	261,32	0,017
	4.7 Eventuais	2.753,98	0,135	2.251,99	0,136	2.108,83	0,137
(=) Total Custos Agroindústria	58.318,23	2,890	47.693,22	2,907	44.667,66	2,943	
Totais	(=) Custo Fixo Total	3.683,16	0,180	2.911,18	0,175	2.339,42	0,152
	(=) Custo Variável Total	61.645,81	3,053	50.908,76	3,101	47.790,97	3,147
	(=) Custo Total	65.328,97	3,234	53.819,94	3,276	50.130,39	3,299
	(=) Custo por Kg de Frango		1,364		1,382		1,392
	Receita Total / Preço do kg Frango	67.702,64	1,423	55.046,31	1,423	50.896,35	1,423
	(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	2.373,67	0,059	1.226,37	0,041	765,96	0,031
conversão alimentar: 1,88 ; Peso Final: 2,37kg							

Fonte: CONAB/EMBRAPA. Organizado pelo autor.

ANEXO 02

Anexo 02 - Custos de Produção da avicultura de corte – Estrutura montada, apartir da estrutura de custos brasileira (média), utilizando valores dos Estados Unidos (Custos de pintos, custos de frango e preços recebidos pelos produtores). Outubro de 2005

	Social EUA	Tipo de Aviário					
		Climatizado		Automático		Manual	
		20.419	aves/ lote	16.602	aves/lote	15.366	aves/lote
Itens de Custo	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	R\$/lote	R\$/Frango	
Custos do Associado	1. Custos Fixos (A)	3.198,40	0,157	2.509,67	0,151	1.957,20	0,127
	1.1 Depreciação das Instalações	689,25	0,034	528,62	0,032	514,70	0,033
	1.2 Depreciação dos Equipamentos	1.438,23	0,070	1.133,07	0,068	750,99	0,049
	1.3 Remuneração s/ capital p/ instal e ed	1.037,55	0,051	816,00	0,049	660,53	0,043
	1.4 Remuneração S/ capital de giro	33,37	0,002	31,98	0,002	30,98	0,002
	2. Custos Variáveis (B)	3.812,34	0,187	3.617,05	0,218	3.505,53	0,228
	2.1 Cama	874,56	0,043	847,56	0,051	847,56	0,055
	2.2 Calefação	582,27	0,029	582,27	0,035	582,27	0,038
	2.3 Energia Elética	358,23	0,018	332,17	0,020	303,40	0,020
	2.4 Agua	40,34	0,002	37,73	0,002	35,45	0,002
	2.5 Mão de Obra do Integrado	989,31	0,048	989,31	0,060	989,31	0,064
	2.6 Mão de Obra de Carregamento	312,52	0,015	286,38	0,017	280,44	0,018
	2.7 Manutenção das Instalações	423,98	0,021	329,81	0,020	268,01	0,017
	2.8 Seguro	50,88	0,002	39,58	0,002	32,16	0,002
2.9 Eventuais	180,25	0,009	172,24	0,010	166,93	0,011	
(=) Total Custos do Integrado	7.010,74	0,343	6.126,72	0,369	5.462,73	0,356	
Custos da Agroindústria	3. Custos Fixos ©	484,76	0,024	401,51	0,024	382,22	0,025
	3.1 Remuneração do Capital de Giro	484,76	0,024	401,51	0,024	382,22	0,025
	4. Custos Variáveis (D)	63.192,06	3,133	51.648,84	3,149	48.329,47	3,185
	4.1 Pintos	13.078,46	0,640	10.669,19	0,643	9.895,38	0,644
	4.2 Ração	43.176,19	2,151	35.077,84	2,149	32.563,15	2,158
	4.3 Produtos Veterinários	253,82	0,012	231,85	0,014	223,15	0,015
	4.4 Transporte	2.114,80	0,104	1.904,46	0,115	2.114,80	0,138
	4.5 Funrural	1.553,49	0,077	1.252,18	0,077	1.162,84	0,077
4.6 Assistência Técnica	261,32	0,013	261,32	0,016	261,32	0,017	
4.7 Eventuais	2.753,98	0,135	2.251,99	0,136	2.108,83	0,137	
(=) Total Custos Agroindústria	63.676,82	3,156	52.050,35	3,173	48.711,69	3,210	
Totais	(=) Custo Fixo Total	3.683,16	0,180	2.911,18	0,175	2.339,42	0,152
	(=) Custo Variável Total	67.004,40	3,319	55.265,89	3,367	51.835,00	3,414
	(=) Custo Total	70.687,56	3,500	58.177,07	3,542	54.174,42	3,566
	(=) Custo por Kg de Frango		1,477		1,495		1,505
	Receita Total / Preço do kg Frango	107.034,10	2,250	87.025,15	2,250	80.464,29	2,250
	(=) Saldo por LOTE (R\$) / kg (R\$)	36.346,54	0,773	28.848,09	0,755	26.289,87	0,745
conversão alimentar: 1,88 ; Peso Final: 2,37kg							

Fonte: Elaborado pelo autor apartir dos dados de CONAB/EMBRAPA e dos dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

ANEXO 03

Na dificuldade de encontrar alguns dados atuais para a análise, torna-se necessário, em muitos momentos, desenvolver aproximações que se fundamentem na literatura e que também se aproximem ao máximo das condições atuais e normais. Assim, para os valores dos insumos comercializáveis (custos de pintos e custos de rações) mundiais são desenvolvidas e utilizadas as seguintes proxys, conforme segue:

O ponto de partida da construção dos custos de pintos e ração em nível internacional parte da estrutura de custos privados, conforme já apresentada no texto, assim como nos anexos 01 e 02, os quais apresentam a ponderação dos custos, preços e receitas dos seis principais Estados produtores.

Juntamente a esta estrutura de custos, utiliza-se um estudo desenvolvido por SHORR (2000), citado por FRANCHINI, A. A., em sua dissertação “A competitividade da carne de frango brasileira e a agenda da rodada do milênio”, conforme segue:

Tabela – Comparativo de custos de produção de frango: custos de pintinho, ração e total para Brasil, Holanda, China, EUA, Tailândia e França.

	Brasil	Holanda	China	EUA	Tailândia	França
Custo do pintinho*	100	170,4	106,5	98,8	104,3	152,3
Custo da ração*	100	153,9	119,5	102,5	143,5	159,1
Custo do abatedouro	100	188,7	118,3	112,8	136,8	179,4
Custo total**	100	191,2	109	109	124,7	185,7

Fonte: SCHORR (2000).

Assim, a partir dos custos de pintos e ração apresentados nos anexos 01 e 02, aplicar-se-ia uma proporção conforme tabela acima, ou seja, considera-se os custos do Brasil igual a 100 e para os custos dos demais países utiliza-se o proporcional. Apesar de ser um estudo do ano 2000, acredita-se não haverem alterações muito significativas.

Uma segunda base de informações é um estudo do Economista Holandês, Peter van Horne, do Instituto de Economia Agrícola da Holanda, disponível em: <http://www.avisite.com.br>, onde faz um comparativo entre os custos de Pintos e

Ração para seis países – Holanda, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Brasil. Os dados estão expressos no gráfico abaixo¹⁴:



Gráfico: Custo de Produção de Pintos e Ração expressos em centavos de euros.

Fonte: Avisite (2002). Reportagem de outubro de 2002.

A partir do gráfico acima construiu-se a relação com base 100 para os custos de Brasil e Estados Unidos. Considerando os custos para a economia brasileira como base 100, obtêm-s os seguintes indicadores:

Para ração: Brasil = 100 Estados Unidos = 111

Para Pintos: Brasil = 100 Estados Unidos = 109

Apartir das relações acima são aplicados os percentuais sobre os custos privados da ração na estrutura de custos apresentada no Anexo 01 e assim são obtidos os custos em reais (R\$) para a estrutura de custos sociais, expressa no anexo 02.

¹⁴ Os dados e o referido gráfico estão disponível na reportagem intitulada: "A competitividade da avicultura brasileira", reportagem de outubro de 2002 disponível no site da Avisite: <http://www.avisite.com.br/noticias/maisnotss.asp?CodCategoria=&CodNoticia=1894&Mes=8&Ano=2002>

ANEXO 04

Tabela - Preços médios recebidos por produtor nos Estados Unidos.

Item	Louisiana			United States		
	Entire Month		Preliminary	Entire Month		Preliminary
	October 2004	September 2005	October 2005 ¹	October 2004	September 2005	October 2005 ¹
	Dollars			Dollars		
Soybeans, per bushel	5.80	5.98	5.85	5.56	5.77	5.44
Rice, per cwt	7.98	6.47	6.46	7.60	6.95	6.85
Upland Cotton, per pound	.532	.460	.507	.506	.443	.469 ²
Hay, all, baled, per ton	n/a	n/a	n/a	92.80	99.00	97.70
Beef Cattle, per cwt ³	66.50	67.20	63.80	86.50	88.20	90.80
Steers & Heifers, per cwt	98.70	102.00	101.00	91.10	92.30	96.00
Cows, per cwt ⁴	47.60	46.70	42.00	49.80	49.80	47.70
Calves, per cwt	116.00	121.00	119.00	126.00	133.00	132.00
Broilers, live, per pound	n/a	n/a	n/a	.390	.460	.430
Eggs, All, per dozen	n/a	n/a	n/a	.494	.643	.513
Milk, All, per cwt ⁵	n/a	n/a	n/a	15.60	15.30	15.40

¹ Mid-month.

² Preliminary prices are based on sales during the first half of the month

³ "Cows" and "steers and heifers" combined.

⁴ Beef cows and cull dairy cows sold for slaughter.

⁵ Before deductions for hauling and government withholdings. Includes bulk tank, quantity and other premiums. Excludes hauling subsidies

⁶ n/a = Not Available.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2006).

Os dados da Tabela acima foram obtidos junto ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e expressam os preços recebidos pelos produtores. Para a montagem da estrutura de custos sociais, expressa no anexo 02 e utilizados para a construção da matriz de análise política, foi procedido da seguinte forma:

Broilers, live, per Pound, significa preço por libra pelo frango vivo, igual U\$0,43. Considerando que uma libra equivale a 454g, faz-se a conversão para chegar ao preço em kg, medida utilizada no Brasil. Chega-se ao resultado de que o preço pago ao produtor americano equivale a U\$0,95 por kg. Convertendo os preços de dólares para Reais, a partir das cotações cambiais do Banco Central do Brasil, tem-se um preço equivalente a R\$2,25 por kg de frango vivo. A taxa de câmbio utilizada foi de 2,37, taxa média para o mês de outubro de 2005.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.